

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DIVA VIVEIROS

**O PENSAMENTO POLÍTICO DE CLÁUDIO MANUEL DA COSTA:
UMA LEITURA DO POEMA *VILA RICA***

BELO HORIZONTE

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DIVA VIVEIROS

**O PENSAMENTO POLÍTICO DE CLÁUDIO MANUEL DA COSTA:
UMA LEITURA DO POEMA *VILA RICA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História. Linha de Pesquisa *História Social da Cultura*

Orientadora: Dra. Adriana Romeiro

BELO HORIZONTE

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Dissertação intitulada **O pensamento político de Cláudio Manuel da Costa: uma leitura do poema *Vila Rica***, de autoria de Diva Teixeira Viveiros aprovada pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Adriana Romeiro (orientadora/ UFMG)

Prof. Dr. Luis Carlos Vilalta (UFMG)

Profa. Dra. Melânia Aguiar (PUC-MG)

“Quanto mais vos pago, mais vos devo”

Luís de Camões

AGRADECIMENTOS

Especialmente à Professora Dra. Adriana Romeiro pela incontestável competência, erudição e apoio em todos os momentos de execução deste trabalho.

Aos professores que ministraram cursos no programa de pós-graduação e muito contribuíram para este trabalho: Dra. Adalgisa Arantes Campos, Dra. Carla Maria Junho Anastasia, Dr. Henrique Estrada, Dra. Heloisa Maria Murgel Starling e Dra. Kátia Gerab Baggio.

Aos amigos: Alexandre de Oliveira Ventura, por uma conversa sobre o “Vila Rica”, nos idos de 2003, a Adriano Toledo Paiva e Jader Barroso pelo auxílio prestado, à Maria Goreti de Castro Cabral que, mesmo à distância, incentivou-me e apoiou-me em todos os momentos, à Cida Ventura e à Márcia Junqueira, grandes amigas nos momentos mais difíceis e à Gabrielle Teixeira pela elaboração do *Abstract*.

À professora Dra. Melânia Silva Aguiar por sua presença na banca de qualificação, que, juntamente com a professora Dra. Carla Anastasia, deu valiosas contribuições para conduzir este texto a um melhor caminho.

A todos do Programa de Pós – Graduação em História por tornarem este estudo possível.

A Isabel Cristina Leite cuja presença e auxílio constantes viabilizaram a execução desta pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 - O POEMA <i>VILA RICA</i> E SEU CONTEXTO HISTÓRICO	
1.1- O poema	14
1.2- A repercussão da obra de Cláudio Manuel da Costa sobre a historiografia Setecentista... ..	31
1.3- As diferentes visões dos autores que trabalharam com o poema.....	40
CAPÍTULO 2- CLÁUDIO MANUEL DA COSTA E O CENÁRIO DE COMPOSIÇÃO DE SUA OBRA	
2.1- O autor, sua obra e o contexto cultural luso-brasileiro de sua época.....	73
2.2- O cenário de composição do poema	86
CAPÍTULO 3- AS ORIGENS DE MINAS GERAIS NO POEMA <i>VILA RICA</i>	
3.1- O <i>Vila Rica</i> como um mito de fundação	100
3.2- Os anacronismos e a miologia presentes no <i>Vila Rica</i> : o resgate das origens míticas.....	107
CAPÍTULO 4- A PERMANÊNCIA DA TEORIA ESCOLÁSTICA NO POEMA <i>VILA RICA</i>	
4.1- A escolástica	115
4.2- A presença da Segunda escolástica do poema <i>Vila Rica</i>	121
CONCLUSÃO.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155

RESUMO

O objetivo deste trabalho é propor uma releitura do épico *Vila Rica*, escrito por Cláudio Manuel da Costa em 1773 e publicado apenas em 1839. Nos mais de duzentos anos de sua composição, foram poucas as edições do poema e pequeno foi o reconhecimento pela sua qualidade literária, e menor ainda por sua importância histórica. Fruto da pena do maior letrado luso-brasileiro setecentista, o *Vila Rica* merece ter sua importância redimensionada nos estudos históricos e literários brasileiros. Este trabalho se propõe a dar uma contribuição a uma análise do poema sob a perspectiva de que apresenta uma leitura mítica de Cláudio Manuel da Costa sobre as origens da Capitania de Minas Gerais. Ao resgatar a fundação mítica da Capitania, Cláudio Manuel da Costa estaria apresentando seu modelo de bom governo, de rei justo e de sociedade baseando-se na Segunda Escolástica e em uma visão corporativa de Estado.

Palavras chave: Cláudio Manuel da Costa, Poema Vila Rica, Escolástica, Mito fundador.

ABSTRACT

The objective of this paper is to propose a rereading of the epic *Vila Rica* written by Cláudio Manuel da Costa in 1773 which was only published in 1839. There were few editions of the poem in more than two hundred years of its composition and little recognition for its literary quality and historic importance. *Vila Rica* as a fruit of the pen of the greatest luso-brazilian writer from the seventeenth century deserves to have its importance reconsidered in the Brazilian historical and literary studies. The purpose of this paper is to contribute to the analysis of the poem under the perspective of Claudio Manuel da Costa's mythical reading about the origins of Minas Gerais Captainship. As he reclaims the mythical foundation of the Captainship, Claudio Manuel da Costa introduces his model of good management, of a fair king and of society based on the second scholastic and a corporate view of State.

Key words: Cláudio Manuel da Costa, Vila Rica Poem, Scholastic, Foundation Myth

INTRODUÇÃO

“A origem está antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo; ela está do lado dos deuses, e para narrá-la se canta sempre uma teogonia.”¹

Em 1711, o governador Antônio de Albuquerque fundou Vila Rica. Sessenta e dois anos mais tarde, o poeta Cláudio Manuel da Costa concluía seu poema do mesmo nome, *fundando* assim a “sua” Vila Rica. Entre estas *duas* fundações, diversas foram as transformações pelas quais passou não apenas a Capitania das Minas, mas toda a América Portuguesa e todo o Império. A forma pela qual estas transformações refletiram-se nas convicções e na obra do poeta Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), posto que certamente ele se apropriou delas para apresentar a fundação da capital de sua pátria, integra este texto.

Datado de 1773 e publicado integralmente apenas em 1839, o épico revela a fundação das Minas e a descoberta do Ouro. O discurso fantasioso, que corre paralelo a um discurso histórico fortemente documentado, visaria recuperar e renovar as origens de sua Pátria. Buscando construir uma pátria no presente, o poeta retorna ao passado, a procura de uma época gloriosa, a que em seu tempo muitos se referiam com saudosismo.

Estudar uma obra literária é muito mais do que ater-se ao seu texto, adverte-nos Sergio Alcides

É necessário dirigir as perguntas não exclusivamente à obra literária em sentido restrito, nem, por outro lado, ao âmbito social e intelectual que lhe serviu de cenário; melhor seria enfocar da maneira mais dinâmica possível a relação entre esses dois termos – texto e contexto – debaixo do postulado teórico de uma via de mão dupla, tecendo determinações de parte a parte. Sem o exame da sociabilidade contemporânea e local, cruzado com o estudo das idéias que estavam no ar (e da sensibilidade capaz de captá-las e ordená-las, não teremos alternativa ao anacronismo psicológico além da mera verificação estilística, formal, que se limita a descrever o texto e

¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2008. pp.18

a constatar que ele não se encaixa bem nos moldes daquilo que se convencionou chamar de arcadismo.²

Tomamos como ponto de partida a idéia de que a biografia e a obra do poeta Cláudio Manuel da Costa nos permitem considerá-lo um homem comprometido com os dramas de seu tempo e de sua pátria, por ele próprio identificada como as Minas. Consideramos que uma leitura atenta do *Vila Rica* nos permite identificar oculta no poema, que teoricamente teria sido escrito para glorificar a empresa colonizadora a matriz de um pensamento político caro a Cláudio Manuel e a toda elite mineira setecentista. Afirmamos que temos no *Vila Rica* uma epopéia comprometida com o *mito fundador*.

Reinaldo Martiniano Marques, ao estudar “o funcionamento da memória no discurso da poesia mineira setecentista³”, nos apresenta conceitos contrastantes de memória. Segundo este autor, há a “memória arquivo que endossa a tradição, vista como passado petrificado”, e a “memória operadora de diferença em que o passado é retomado como objeto de reflexão e apreendido como algo dinâmico, marcado pela mobilidade do presente (...) Na poesia mineira do setecentos parecem coexistir esses dois tipos de memória⁴”. Acreditamos que ambas as possibilidades devem ser usadas na análise da memória que Cláudio Manuel da Costa pretende preservar no poema *Vila Rica*.

Através deste trabalho nos propomos a realizar a leitura deste mito de fundação, a partir das propostas e convicções políticas partilhadas por Cláudio Manuel com uma elite letrada e econômica, da qual ele era um importante representante. As dificuldades são múltiplas. A duplicidade do discurso existente na obra, ficção/poesia / história/ verdade já é um obstáculo significativo. A maior parte do discurso histórico de Cláudio Manuel é feito paralelamente ao Poema em seu fundamento histórico, no qual descreve as primeiras descobertas de ouro e a fundação das primeiras vilas. O fundamento histórico e a multiplicidade de notas existentes na obra chegam a colocar o poema em posição secundária, pois como diz o próprio autor, seguindo o exemplo de Voltaire: “*toda esta ficção não serve mais que de Ornamento, e tudo o que não se deduz da*

2ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos; Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas 1753-1773*. São Paulo: HUCITEC, 2003. pp.15-16.

3MARQUES, Reinaldo Martiniano. (In)*Confidencias da memória na poesia mineira do século XVIII. Revista do II Congresso da ABRALIC. vol.III.* pp.304

4Idem *ibidem* pp.305

história é insignificante.”⁵

Ler conjuntamente as diversas partes da obra, e ser capaz de articulá-las em uma análise coerente com o todo da obra do poeta, é o desafio do historiador que se propõe a encontrar no texto algo mais que o resgate factual das origens de Minas, ou de versos encomiásticos destinados a louvar os feitos das autoridades metropolitanas.

No que tange às fontes utilizadas, elas não se limitam ao poema *Vila Rica*. O conjunto da obra de Cláudio Manuel da Costa e a obra dos outros poetas setecentistas também são de extrema importância para o resgate do pensamento político de nosso autor. Em termos metodológicos, faremos o cruzamento entre o poema *Vila Rica* e as outras obras de Cláudio Manuel da Costa, bem como as obras dos outros poetas inconfidentes.

Em seu trabalho *Capítulos de Literatura Colonial*, Sérgio Buarque de Holanda, afirma:

“a vitalidade de uma poesia depende em grande parte daquilo que nela descobriram e continuam a descobrir as gerações seguintes, e não nego o alto interesse que possa ter uma investigação crítica animada sobretudo, por semelhante consideração. Contudo, a pretensão deste estudo consiste em querer tanto quanto possível – e admito que nem sempre é rigorosamente possível – situar cada obra em seu ambiente natural e na perspectiva histórica, determinar, em outras palavras, não o que significaria ela para o autor e seus contemporâneos, mas além disso, até que ponto conseguiu responder às exigências, aos apelos, em uma palavra, às 'perguntas' do público de seu tempo⁶”.

Em nosso estudo sobre o poema *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, as duas considerações apontadas por Sérgio Buarque de Holanda nos movem. É nosso interesse resgatar o poema com o olhar atual, mas também, e talvez, sobretudo, examinar até que ponto ele teria conseguido responder às “perguntas do público de seu tempo”.

Para melhor elaboração deste trabalho, os capítulos serão assim divididos:

Capítulo 1 – Procederemos uma apresentação do poema, *Vila Rica*, do assunto de seus versos, as obras que influenciaram a sua composição, apresentaremos as edições até hoje dadas ao prelo e retomaremos alguns dos mais relevantes trabalhos já feitos sobre o *Vila Rica*.

Capítulo 2 – Apresentaremos a sociedade mineira colonial setecentista, o poeta

5 COSTA, Cláudio Manoel. *Vila Rica*. IN: PROENÇA FILHO. *A poesia dos inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2002. pp.1083

⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.p. 287

Cláudio Manuel da Costa e as normas estéticas que orientaram os trabalhos dos letrados luso-brasileiros do período.

Capítulo 3 – Discutiremos o poema *Vila Rica* como manifestação da antiga tópica da idade de ouro, herança da Antiguidade, reatualizada no poema como um mito fundador das origens de Minas. Discutiremos também os anacronismos presentes na obra a mitologia criada pelo poeta como forma de manifestação de um pensamento nativista.

Capítulo 4 – Apresentaremos a teoria escolástica, seu significado e sua permanência no mundo lusitano dos setecentos, articulando-a a uma forma corporativa de Estado. Mostraremos também o quanto esta teoria ainda se fazia presente entre os letrados mineiros setecentistas e como é possível encontrá-la norteando as concepções de Estado e sociedade que perpassam o poema *Vila Rica*. Identificaremos na escolástica a ideologia que inspirou e motivou as ações da Conjuração Mineira.

CAPÍTULO 1: O POEMA *VILA RICA* E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

1.1- O POEMA

Através dos séculos muito se discutiu sobre o que seria um poema épico. O termo deriva do grego *épos*, que, dentre os seus significados, quer dizer “palavra, verso, discurso”⁷. À época em que Cláudio Manuel da Costa compôs o seu épico *Vila Rica*, este debate ainda estava em voga. Em função das dúvidas que pairavam sobre quais seriam as normas deste gênero literário, o poeta Cláudio Manuel não assume ter escrito um poema *épico*, mas sim uma “composição em metro”, conforme afirma no prólogo do *Vila Rica*. Todavia, recorre a Voltaire, considerado por Cláudio Manuel como “o bom autor”, para criticar aqueles que prejudicam o gênero *épico* tentando impor-lhe normas inexistentes. Aqui, podemos inferir que Cláudio considera Voltaire um modelo para os épicos modernos. Participando do debate travado no século XVIII sobre o gênero, Voltaire dizia:

“Que a ação seja simples ou complexa, termine em um mês ou em um ano, ou conte com duração mais longa; que a ação se fixe num espaço único, assim como na *Ilíada*, ou o herói viaje de mar em mar, como na *Odisséia*; seja feliz ou desgraçado, furioso como Aquiles, ou piedoso como Enéias, que haja um personagem principal ou vários; que a ação transcorra sobre a terra ou às margens da África, como em *Os Lusíadas*, na América, como na *Araucana*; no céu, no inferno, fora dos limites de nosso mundo, como no *Paraíso*, de Milton, não importa. O poema será sempre um poema épico a menos que se encontre um novo nome. (...) Tais são, mais ou menos, as regras principais ensinadas pela natureza a todas as nações que cultivam as letras; mas a maquinária do maravilhoso, a intervenção de um poder celeste, a natureza dos episódios, tudo quanto depende da tirania do costume e deste instinto a que se chama de gosto, eis sobre o que há mil opiniões e nenhuma regra.”⁸

⁷ www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/imgDicionario.asp?arqImg=2357&vol=3&vvcont=16569&vtabela=tabBluteauE . Acesso em : 25/04/2009.

⁸ VOLTAIRE apud LOPES, Hélio. *Introdução ao poema Vila Rica*. Muriaé: 1985

Sérgio Alcides considera que o épico seja um recurso do poeta para cobrir Minas de dignidade, visto que de acordo com a cultura clássica “o gênero épico correspondia ao estilo grave, próprio para o tratamento de temas elevados”⁹.

Para compor o poema *Vila Rica*, Cláudio Manuel buscou inspiração em dois autores da sua predileção: Virgílio e Voltaire. Através do primeiro autor, ele busca o objetivo central da obra que é o resgate das origens da “Pátria Minas”, sob a influência da *Eneida*. Outro aspecto relevante do poema, aqui já sob influência do segundo autor, através do *Henriade*, ele retrata o momento em que esta “Pátria” abandona o rumo da desordem e envereda pelo caminho da paz duradoura e da civilidade¹⁰.

Para Voltaire, o que diferia a epopéia de outros estilos literários era, justamente, o vínculo desta com a história. Cabe ao Poeta evitar que a utilização do maravilhoso leve ao ridículo. Renuncia ao fantasioso e busca o resgate do fato verdadeiro. Tomando o cuidado de evitar os “disparates do maravilhoso”, ele justificava assim o seu *Henriade*:

“É para me conformar a este gênio exato que reina no século em que eu vivo que eu escolhi um herói verdadeiro no lugar de um herói fabuloso; que eu descrevi guerras reais e não batalhas quiméricas; que eu não empreguei qualquer ficção que não seja imagem sensível da verdade.”

Podemos sintetizar a discussão afirmando que um épico é um poema narrativo longo, que retrata uma série de fatos históricos, ou feitos heróicos. Tais acontecimentos podem ser protagonizados por um ou de mais indivíduos, sejam eles reais, ou mitológicos.

O gênero épico perpetua lendas e tradições ancestrais, preservadas ao longo dos tempos. Os grandes modelos ocidentais são os poemas de Homero a *Iliada* e a *Odisséia*, ou ainda o clássico latino *Eneida*, de Virgílio. Em língua portuguesa destaca-se *Os Lusíadas*, de Luís de Camões.

O poema épico, apesar de possuir fundamentos históricos, não é retrato fiel da realidade, normalmente os acontecimentos relatados são revestidos de conceitos morais

⁹ ALCIDES. op. cit. 185

¹⁰ Foram consultadas duas edições da obra de Voltaire. VOLTAIRE. *Henriade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008 e VOLTAIRE. *Henriade*. Porto: Oficina de Antônio Alvarez Ribeiro. 1789; VIRGÍLIO. *Eneida*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

e/ou modelos de comportamento.¹¹

Nilze Paganini sintetiza a discussão sobre o termo imitação/mimesis, prática comum à época de Cláudio Manuel. Segundo a autora, para os árcades, da Metrópole ou da América, a imitação era parte do processo de composição poética. De Platão e Aristóteles, passando por Horácio e Quintiliano e pelos renascentistas, a noção de imitação chegou ao século XVIII¹². Sérgio Buarque de Holanda afirma que a imitação seria “uma virtude e quase um dever”.¹³ Estudando o arcadismo, o autor ressalta que:

“A presença de tais modelos pode fornecer-nos, ao contrário, pontos de referência estáveis que serão singularmente úteis para qualquer esforço de inteligência crítica e histórica do mesmo autor. Não são as ‘influências recebidas’, através de sua evolução por um determinado escritor, o que importa verificar num esforço dessa natureza (...) tais escolhas se prendiam tanto quanto possível, naqueles tempos, a convenções e padrões comumente aceitos e dependiam, em muito menor grau do que hoje, de um critério pessoal -, nem ainda chegar a um julgamento inequívoco de valor. Mas justamente pelo fato de nos apresentar a existência quase obrigatória daqueles ‘antecedentes’ uma escala de referências mais ou menos fixa, temos maiores probabilidades de, partindo dela, ganhar acesso ao que constitui mais propriamente a parte do autor em sua obra e ao que haja, nesta, de verdadeiramente orgânico e intrínseco¹⁴”.

Ainda sobre a imitação, João Adolfo Hansen, discutindo as artes seiscentistas, a situa em Portugal entre 1580 (com o domínio espanhol sobre Portugal) e 1750 (início das reformas pombalinas). No caso do Brasil, esta datação poderia ser entendida para mais adiante. Neste seu “século de 200 anos”, Hansen observa que os sistemas de representação da arte baseiam-se em referências históricas diversas, entre as quais, gregas, latinas, patrísticas e escolásticas. Utilizando estas referências, os seiscentistas (na concepção ampliada do termo), o fazem de acordo com uma base aristotélica, o que remete à idéia de imitação/mimese¹⁵. Hansen considera que em uma sociedade pré-iluminista, onde inexistiam as noções de originalidade, de direitos autorais, de público e opinião pública, a imitação era sempre baseada na idéia de Aristóteles de que a arte se

¹¹ Para uma discussão completa sobre o assunto ver: Lima, Djalma Espedito de. *A épica de Cláudio Manuel da Costa; uma leitura do poema Vila Rica*. Dissertação de mestrado. FFLCH, USP, 2007.

¹² PAGANINI, Nilze. *Mimese, história e ficção do Vila Rica*. Dissertação de mestrado. FALE/UFMG. 2000.

¹³ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense. 2000. pp.268

¹⁴ Idem ibidem pp.269

¹⁵ HANSEN, João Adolfo. Artes seiscentistas e teologia política. In: TIRAPELLI, Percival. *Barroco memória viva: arte sacra colonial*. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2005. pp.180-189

faz a partir de modelos coletivos. Assim, afirma o autor,

(...) “As artes seiscentistas são feitas segundo a noção de que existem gêneros para cada assunto e ocasião e de que, em cada gênero, existe um estilo próprio, que aplica uma verossimilhança específica, como uma adequação dos procedimentos técnicos aos assuntos representados¹⁶”

No *Vocabulário português e latino* de Raphael Bluteau, as definições do setecentos para *imitar a alguém* seriam: “seguir seu exemplo, aquele que imita as ações de seus maiores, gloriar-se de imitar aos antigos”.¹⁷ O último sentido também é encontrado em Pedro Antônio Correia Garção, que defendia ser dever do poeta imitar os mestres da Antigüidade¹⁸. Era preciso, segundo Bluteau e Garção, tomar cuidado com a diferença entre imitação e tradução. Aos que se iniciassem na arte de criar, o conselho era para que utilizassem de fábulas, imagens, pensamentos e estilos dos poetas clássicos e *criar algo seu*: “*Feliz aquele que não só imita, mas excede o seu original*”¹⁹.

Para Hansen, no século XVII luso-brasileiro, a referência aristotélica é lida de acordo com a neo-escolástica. Ao imitar os seus modelos, os artistas católicos o fazem a partir de uma iluminação pela Graça Divina. Tal concepção é a mesma utilizada contra Lutero em Trento, que afirma que, apesar de pecadores, os homens continuam sendo guiados pela luz divina.

O homem seiscentista explicava esta concepção baseando-se na discussão de São Tomás de Aquino a respeito do pensamento dos anjos. O século XVII considerava que o anjo vê diretamente a Deus e por isso não se utiliza de imagens para representar o que vê. Em oposição, o homem não pode ver diretamente a Deus e assim é incapaz de concebê-lo sem imagens. Todo seu conhecimento é indireto, obtido por representações dos conceitos, metaforicamente. A representação exterior destas metáforas, música, artes plásticas, discurso, evidencia a luz divina presente na vontade, na inteligência e na memória dos artesãos, poetas e escritores. Assim, prossegue o autor, o cerne da idéia seiscentista é que a arte somente atinge seu destinatário, agradando, persuadindo e ensinando enquanto manifestação da luz divina que o inspirou. A capacidade do artista

¹⁶ Idem ibidem pp.183

¹⁷ BLUTEAU, Rafael *Vocabulário português e latino*. 1712- 1728. In: <http://www.ieb.usp.br/online/index>. Acesso em 15/02/2008

¹⁸ GARÇÃO apud PAGANINI. pp.58

¹⁹ Idem ibidem. pp . 58

em estabelecer diferenças e semelhanças entre conceitos muito distantes é a demonstração de que em todos eles é possível encontrar a presença de Deus. A agudeza é a principal qualidade que deve estar presente no artista que cria, seguida da engenhosidade, discrição, prudência.

“Na base das artes seiscentistas encontramos, por isso, as noções de engenho, como capacidade sintética e analítica de estabelecer relações inesperadas entre conceitos distantes; a noção de discrição, como capacidade própria de um tipo que é prudente e, por isso mesmo, capaz de encontrar a justa medida da forma artística ou comportamental em cada caso; e ainda, dominando tudo, a noção de agudeza, ou seja, a capacidade de produzir o efeito de maravilhamento por meio da aproximação de conceitos distantes, um maravilhamento que dá prazer intelectual e que decorre do inesperado da aproximação.²⁰”

O leitor que for capaz de acompanhar a “agudeza” da metáfora se posicionará em um lugar superior da hierarquia, mesmo sendo um plebeu, aquele que não entende será definido como um vulgar, néscio, que se espanta com os efeitos, mas não compreende a forma pela qual estes são obtidos.

No trabalho de Sérgio Alcides há uma análise sobre a formação intelectual do poeta Claudio Manuel que poderia ser estendida a todos letrados luso-brasileiros de sua época. Alcides aponta a importância dos *topoi* e da retórica clássicos como elementos fundamentais desta formação. O assunto do discurso, os *topoi*, eram imagens emblemáticas da Antigüidade que se perpetuaram até a atualidade. A este respeito, Ernest Robert Curtius afirma:

“No antigo sistema da retórica, a tópica é o celeiro de provisões. Contém os mais variados pensamentos: os que podem empregar-se em quaisquer discursos e escritos em geral. Todo escritor deve, por exemplo, tentar conciliar o leitor. Para tanto, recomendava-se, até a revolução literária do século XVIII, uma atitude modesta. Ao autor competia conduzir o leitor a seu tema. Para a introdução (*exordium*) havia, pois, uma tópica especial; e igualmente para a conclusão. As fórmulas de modéstia, as de introdução e conclusão são obrigatórias em qualquer obra. Restringe-se o uso de outros *topoi* a determinados gêneros de discurso.²¹”

Curtius prossegue apontando as diferentes tópicos e sua utilização. No entanto

²⁰ HANSEN In TIRAPELLI. Op. cit. p. 184

²¹ CURTIUS, Ernest Robert. A tópica. In: *Literatura européia e Idade Média Latina*. São Paulo: EDUSP. 1996. pp.121-122.

seu sentido adviria não apenas daquilo que são, mas da forma como são abordados e do momento histórico em que são invocados²². “Os *topoi* recebem seu sentido a partir do problema” ensina Sérgio Alcides.²³ Sendo assim:

“(…) Os *topoi* se recombinaavam de um modo diferente e eram assim preenchidos de significados novos. [Era o meio usado pelos letrados] de fundar os discursos em apoios de legitimidade socialmente reconhecida; com efeito estamos falando de uma estrutura simbólica profundamente enraizada no seio da cultura letrada²⁴”

Seguindo os conselhos da Arcádia Lusitana, a respeito da idéia de imitação/mimesis, Cláudio Manuel da Costa não se limitou a imitar, mas acrescentou algo de seu ao compor o *Vila Rica*.

Uma boa maneira de compreender as escolhas feitas por Cláudio Manuel quanto à temática de seu poema, é realizar um levantamento das obras e autores citados por ele no *Vila Rica*. Segue-e a lista de autores e/ou obras:

Virgílio: *Eneida*;

Júlio César;

Camões: *Os Lusíadas*;

Gabriel Pereira de Castro: *Ulisséia*;

Voltaire: *Henriade*;

Milton: *Paraíso Perdido*;

Torquato Tasso: *Hyerusal Liberata* (sic);

Metastásio: *Drama de Alexandre*;

Sebastião de Pita Rocha (Na verdade Sebastião da Rocha Pita): *História da América Portuguesa*;

Lambert: *História universal, civil, natural e religiosa*;

José Vaissete: *Interesse das nações da Europa; Livro de registros das cartas do Rio de Janeiro da Secretaria do Conselho Ultramarino*;

Cláudio Manuel da Costa: *Obras*;

Pedro Taques de Almeida Paes Leme; Lucano: *Pharsalia*;

Diogo Grasson;

Padre Vasconcelos: *Crônica do Brasil; História Mexicana; Forasteiro Curioso*;

²² Idem ibidem

²³ ALCIDES. op. cit. pp.133

²⁴ ALCIDES. op. cit. pp.134

Padre Manoel da Fonseca ;

Alonso de Ercilla: *Araucana*;

Henricus Hernani: *Tract. De linea amoris*;

Juan de Torquemada: *Monarch. Indiana*.²⁵

Como já era de se esperar, em um homem com a cultura e a formação de Cláudio Manuel da Costa os épicos clássicos misturam-se aos modernos.

O poema *Henriade* de Voltaire está citado por Cláudio Manuel da Costa na nota 44 do canto VI²⁶. Nesta nota o autor procura justificar-se por citar o crime de sedição cometido por dois frades. Recorre para tanto ao canto V da *Henriade*:

*“Mais souvent enivrés de ces talents flatteurs
Répandus dans le siècle ils en ont pris moeurs.
Leur sourde ambition negnore point les brigues
Sourvent plus d’un pays sést plaint de leurs
intrigues;
Ainsi chez les humains, par abus fatal,
Le bien le plus parfait est la source du mal.”²⁷*

A *Henriade* ganhou versão para o português feita pelo médico Tomás de Aquino Belo e Freitas²⁸, mas os fatos indicam que Cláudio leu o original francês, porque a data da tradução corresponde ao ano de sua morte. Na biblioteca do próprio Cláudio Manuel não se encontra referência à *Henriade*²⁹, todavia, o crítico Sérgio Paulo Roanet acredita ser bastante provável que o poeta possuísse a obra³⁰. Nas bibliotecas do Cônego

²⁵ Estes são os autores, as obras e os documentos citados por Cláudio Manuel da Costa na ordem exata e como constam no poema.

²⁶ COSTA In PROENÇA FILHO. Op. cit. pp.1086

²⁷ Na tradução de Tomás de Aquino Belo e Freitas (1789):

“Se alucinados logo por uns gênios lisonjeiros,
no século espalhados,
D’eles tem abraçado muitas vezes os costumes! A surda ambição sabe
As suas pretensões dispor os meios;
Mais de um país se há visto das intrigas D’eles queixoso.
Assim entre os humanos o mais perfeito bem, por um abuso
Do mal se há feito toda a origem.”
VOLTAIRE, Henriada. Porto: 1789. pp.1086.

²⁸ Formado em Coimbra, Belo e Freitas era chefe do hospital militar, médico do partido da Câmara, usurário e “bom poeta”. Era estudante entusiasmado da história da França, freqüentava junto com Cláudio e outros letrados ao Palácio do Governador D. Rodrigo. Sua versão da Henriada, em versos decassílabos brancos teria inspirado Tomás Gonzaga na composição das Cartas Chilenas. Cf: GONÇALVES, Adeldo. *Gonzaga, um poeta do iluminismo*. São Paulo: Nova Fronteira. 2000. pp. 126.

²⁹ Uma descrição do conteúdo da biblioteca de Cláudio Manuel da Costa encontra-se no capítulo 2.

³⁰ ROUANET, Sérgio Paulo. Prefácio. In: VOLTAIRE. Op. cit. PP.36

Luís Vieira e de Alvarenga Peixoto, constavam obras de Voltaire, não sabemos se esta também. Enfim, não importa como o poeta teve acesso à obra de Voltaire, pois sabemos que nas redes de sociabilidades entre os membros da elite letrada mineira, o empréstimo de obras era comum.

Assim como a *Henriade*, o *Vila Rica* foi escrito em versos decassílabos, considerados por Antônio Cândido, o motivo para a pouca qualidade que ele atribui ao épico de Cláudio Manuel. Segundo o crítico, a língua portuguesa seria pouco adequada a esta métrica³¹. Não é interesse deste trabalho discutir a qualidade poética do *Vila Rica* ou se ela pode ser atribuída à imitação do *Henriade*. Interessa, sim, saber por que a *Henriade*? Consideramos que o poeta, como já discutido anteriormente, que examinou tantos autores e obras, viu no pensador francês e na sua *Henriade*, uma síntese do que deveria ser um épico moderno. Uma adaptação dos *topoi* da antiguidade a seu tempo.

Voltaire tinha pouco mais de vinte anos quando começou a escrever este épico em 1717, embora haja quem diga que os primeiros versos foram escritos quando esteve preso na Bastilha em 1715. A idéia de escrever a obra, no entanto, teria vindo um pouco mais tarde por influência de seu velho amigo Louis de Caumartin. Este ouvira de seu pai uma série de histórias referentes ao reinado de Henrique IV que teriam inspirado o então jovem Voltaire. Escreveu seu *Henriade* apesar da afirmação do Sr. Malézieu, tenente-general das armas do rei e comandante da artilharia: "*Os franceses não tem uma cabeça épica.*" Com esta falta de estímulo Voltaire começou o *Henriade*, como ele próprio afirmou, "*sem saber o que era que o poema épico*". Foi impresso pela primeira vez sob o título *La Ligue*, em 1723, e repetidamente reimpresso ainda durante a vida de Voltaire. A sua única outra incursão pelo gênero foi *A donzela de Orléans* que teve Joana D'Arc como um objeto de sátira.

O motivo da escolha do tema relaciona-se ao fato de que Voltaire considerava que em sua época, marcada pela instabilidade política e religiosa, a França necessitava de um novo Henrique IV. Um rei grande, valoroso e bondoso que levasse a paz de volta ao país. Uma vez concluída a obra (1723), Voltaire tentou dedicá-la ao rei Luís XV. No entanto não obteve êxito. Os eclesiásticos Cardeal Dubois e o Preceptor Fleury, que controlavam o jovem Luís XV, deixaram-lhe claro que seu poema não obteria sequer a autorização real para ser publicado e legalmente comercializado. Luís XV, incentivado por seus mentores, desenvolveu por Voltaire uma antipatia que perdurou durante toda a

³¹CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira.; momentos decisivos*. 6.ed. V.I . Belo Horizonte: Itatiaia. 1981. p.104.

vida de ambos.

A razão desta aversão, a princípio, parece de difícil compreensão, pois o único interesse de Voltaire era glorificar Luís XV através da obra que se referia às origens de sua dinastia. *La Henriade* era o poema da ordem contra a anarquia, de defesa da monarquia contra o poder popular da Liga. O desagrado parece advir dos temas escolhidos por Voltaire: religião e política. A abordagem de Voltaire, profundamente respeitosa, não eliminou a desconfiança em relação à temática.

Segundo Pierre Lepape, esses assuntos eram envoltos em um tabu fruto da idéia de que discuti-los era expor demais o poder real, naquilo que lhe era permitido ou não³².

O que mais incomodava na *Henriade* era a maneira com que o estilo de Henrique IV era exaltado, o monarca ideal, que não coincidia com o de Luís XV que impunha sua orientação religiosa. A admiração de Voltaire por Henrique IV derivava de suas próprias posições a respeito da religião e da política: tolerância e paz em oposição ao fanatismo e à barbárie. O elogio voltariano a um poder real razoável e arbitral não correspondia à tentativa vigente de restaurar em Luís XV um simulacro de Luís XIV.

Diante de tais fatos a *Henriade* foi levada ao prelo de forma clandestina. Voltaire teve que abandonar seus planos de mandar imprimir na Holanda uma bela edição. Os seus gloriosos versos tiveram que se contentar com uma edição clandestina impressa em Rouen. O sucesso foi estrondoso. Voltaire foi chamado de o “Virgílio francês”.

As edições sucederam-se, chegando a mais de sessenta no período de vida do poeta, algumas delas não autorizadas. A primeira edição foi distribuída em Paris em janeiro de 1724, ainda sob o título “A Liga”. O mais relevante a seu respeito, como destaca Lepape, é “o que *La Henriade* representa em sua trajetória de escritor, em suas relações com a sociedade da época e nas relações dessa sociedade com ele; e através dele com a produção literária³³.” Talvez pela posição proeminente ocupada pelos épicos no século XVII, Voltaire tenha se dedicado tanto à composição do seu. Mal a primeira edição circulava e ele já preparava a segunda, acrescida de mais de mil versos, correspondendo a um novo canto inteiro. A fama enorme que lhe granjeou a *Henriade* está baseada na sua imitação dos modelos antigos. No exterior também foi muito bem recebido e considerado um modelo para o gênero épico. Frederico da Prússia foi seu

³² LEPAPE, Pierre. *Voltaire; nascimento dos intelectuais no século das Luzes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1995.

³³ Idem *ibidem* p. 47

admirador. Em um prefácio escrito em 1739 e publicado apenas em 1756, Frederico elogia “o gênio vasto” de Voltaire e o seu espírito sublime. Compara a *Henriade* com a *Ilíada* e afirma a superioridade daquela sobre esta, já que Homero não saberia fazer uma ligação entre os cantos. Comparando-o à *Eneida* de Virgílio afirmava que o épico francês possuía um desfecho mais natural.

Em 1725, Voltaire desejava fazer uma nova edição revista e corrigida, para tanto precisava de um lugar para sua publicação. A este respeito, dizia:

“É muito estranho que minha obra, que no fundo é um elogio à religião católica, não possa ser impressa nos Estados do Rei Mui Cristão, do neto de Henrique IV, e que os aqui chamados heréticos admitam imprimi-la em seus países. Falei mal deles e eles me perdoaram: mas os católicos não me perdoam por não ter dito tudo que eles queriam.³⁴”

A nova edição foi dedicada à rainha da Inglaterra, conquistando a admiração de todos nos países protestantes, mas não dos católicos.

A *Henriade* tem como tema o cerco de Paris iniciado durante o reinado de Henrique de Valois (1588) e concluído por Henrique IV. Este rei da França passou à História como um mito: o pacificador. Pôs fim às lutas entre huguenotes e católicos, promulgou o Edito de Nantes em 1598. Na obra de Bronislaw Baczko encontramos uma referência a isto:

“(…) Um passado imaginário no qual se busca o *modelo do rei*, personificado freqüentemente por Henrique IV, que *respeitava os antigos costumes, aliviava os súbditos carregados de impostos e garantia ao bom povo a tranqüilidade, a justiça elementar e a dignidade.* 35”

Salientamos ainda que, no momento da Revolução Francesa, quando realistas assumiam a defesa ou demonstravam simpatia por Luís XVI, referiam-se a ele como “filho de São Luís” ou “filho de Henrique IV”, os dois mitos da realeza francesa. A escolha de Voltaire deste rei para incensar em um épico não foi casual, portanto. A história transcorre entre Paris e Ivri, sendo esta última o local da famosa batalha que mudou os rumos da França. O épico retrata fatos reais da história francesa, porém Voltaire abriu mão de diversos sucessos que, não se adequando a seus interesses, foram simplesmente suprimidos. Em alguns casos os fatos foram adaptados para melhor se

³⁴ VOLTAIRE apud LEPAPE. PP.54

³⁵ BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. IN: Enciclopédia Einaudi v.5.Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. pp.255

adequarem à estrutura de um épico. Voltaire agiu desta forma para evitar os defeitos que atribuía à obra de Lucano, que seria nada mais que um jornal em versos. Segundo ele, bastava que a ficção fosse verossímil. São vários os exemplos: ao contrário do que diz o poema, Henrique de Navarra jamais visitou a rainha Isabel da Inglaterra. Jamais ocorreu também o ritual de magia negra que o poema descreve antecedendo ao assassinato de Henrique III, mas Voltaire se defende alegando que tais rituais eram comuns na França.

A *Henriada* é composta, portanto de duas partes, os fatos reais e os ficcionais. O maravilhoso se faz presente na ficção, como o aparecimento de São Luís e a personificação de figuras alegóricas, como a Discórdia, a Política e o Fanatismo religioso. Seguindo a tradição literária são utilizados atributos alegóricos herdados do paganismo³⁶. Este fato gerou descontentamento entre aqueles que consideravam absurdo misturar elementos cristãos, como São Luís, aos pagãos. Houve também quem dissesse que Voltaire imitara servilmente a Eneida, fazendo de Henrique uma espécie de Enéas francês. Inclusive do ponto de vista formal a influência da Eneida é marcante. Há versos inteiros imitados por Voltaire.

Além do *Eneida*, Voltaire também tomou como referência *Jerusalém Liberada* de Torquato Tasso. Obviamente ele sabia que suas fontes de inspiração seriam facilmente identificadas pelo público fartamente conhecedor da cultura clássica. Isto nos remete ao fato de que Voltaire estaria simplesmente seguindo as exigências da tradição épica. *Imitando*, portanto. Citando o discípulo e amigo de Voltaire, Marmontel, Rouanet diz: “a *Eneida* combina tanto com o plano geral da *Ilíada* quanto da *Odisséia*, e a *Jerusalém Liberada* é construída segundo o molde da *Ilíada*, e inclui vários episódios tirados da *Eneida*³⁷”.

Seus defensores alegavam que a mistura entre mitos cristãos e pagãos era uma prova da criatividade de Voltaire. De qualquer modo, as críticas não abalaram a fama de seu poema³⁸.

O texto de Voltaire procurou ser imparcial ao referir-se a protestantes e católicos. Condenou os abusos e atrocidades de ambos os lados. Segundo Sérgio Paulo Rouanet, “a *Henriada* é de uma imparcialidade verdadeiramente homérica, elogiando os feitos heróicos tanto dos huguenotes, como Turenne, quando dos católicos, como

³⁶http://adlitteram.free.fr/donnees_auteurs/voltaire/voltaire_epopee_henriade.htm

Acesso em 09/07/2008

³⁷ ROUANET In: VOLTAIRE. op. cit. pp.2

³⁸ Idem ibidem pp.26

d'Aumale”³⁹.

No mundo luso-brasileiro dos setecentos, as obras de Voltaire eram de circulação proibida. No entanto nem o Santo Ofício, nem a Real Mesa Censória foram capazes de impedir sua circulação na Metrópole e na América Portuguesa.

Basílio da Gama em seu épico *Uraguai*, anti-jesuítico e elogioso a Pombal se inspirou em Voltaire. Não há dúvida sobre a influência do *Henriade*, além de outras obras do pensador francês. O personagem central de seu poema, “Cacambo”, por exemplo, tem o mesmo nome de um personagem de *Candide* de Voltaire. Após o afastamento de Pombal, com a ascensão de D. Maria I, a admiração pública dos letrados por Voltaire certamente decaiu, mas ele não deixou de ser lido. Encontrava-se, por exemplo, nas bibliotecas do cônego Luís Vieira da Silva, de Inácio José de Alvarenga Peixoto e de José de Resende Costa⁴⁰. Em Tomás Antônio Gonzaga, é inegável a influência de Voltaire, tanto nas *Cartas Chilenas*, quanto no *Tratado de Direito Natural*⁴¹.

Referindo-nos especificamente à *Henriada*, sabemos que José de Resende Costa possuía um exemplar. Provavelmente o bispo de São Paulo no final dos setecentos, D. Manuel da Ressurreição, também possuía a obra. A tradução de Bello e Freitas, lançada em 1789, parece ter atendido ao interesse do público pela obra. Tal interesse se manteve já no século XIX quando a Imprensa Régia publica sua segunda edição, no Rio de Janeiro, em 1812. Segundo Rouanet, “de modo geral, Voltaire continuava visto como um autor perigoso e sacrílego, mas a *Henriada* era admirada sem reservas⁴².” Depois disto seguiu-se um hiato de quase duzentos anos até que, em 2008, viesse a prelo terceira edição.

Na execução deste trabalho consultamos a primeira edição, de 1789 e a terceira, que é baseada a edição de 1812. No prefácio do editor de 1789 vemos os elogios que, com certeza, os contemporâneos de Cláudio Manuel da Costa compartilhavam em relação a Voltaire.

“Este grande homem, nascido para elevar todos os gêneros de poesia ao maior auge da perfeição, soube (...) moderar (...) o fogo do seu entusiasmo, e sujeitá-lo escrupulosamente às mais exatas regras da epopéia, sem prejuízo algum da parte dos ornamentos, e daquelas

³⁹ Idem ibidem pp.26

⁴⁰ Uma discussão mais aprofundada sobre o conteúdo das livrarias dos letrados de Minas no setecentos se encontra no capítulo 2.

⁴¹ ROUANET. In: VOLTAIRE. op. cit. pp.34

⁴² Idem ibidem pp.42

riquezas de imaginação, que conciliam sucessivamente a admiração, o amor, e todos os mais sentimentos, de que são capazes as almas sensíveis. Numa palavra; tudo é grande, maravilhoso e interessante neste poema, o único de que se gloria a nação francesa. A grandeza do herói e da ação assaz memoráveis na história, a forma do assunto. A vivacidade das imagens, a nobreza dos pensamentos e a rapidez de um estilo sempre elegante e harmonioso, forma a grandeza e o caráter do poeta.⁴³”

Em relação ao melindroso assunto da religião e da política, o editor pretende dar algumas informações “ao leitor menos inteligente”. Ele reconhece as disputas entre a corte de Roma e os soberanos da Europa pelo poder temporal, e “que daqui se originaram os infinitos males e desordens que nos refere a história.”⁴⁴ O papa Sixto V é citado como de caráter “turbulento” e as censuras de Voltaire recairiam unicamente sobre suas intrigas. Lembra ainda que Voltaire condenava a rebelião dos povos contra seu legítimo soberano. Assim já para 1789 e não apenas para 1812, vale a observação de que Voltaire poderia ser perigoso, mas sua obra admirada independente dele.

Parece-nos que Cláudio Manuel da Costa deveria compartilhar de opiniões semelhantes às do editor da tradução. Tudo em seu temperamento de homem religioso, citado como o mais devoto dos poetas mineiros setecentistas e fiel funcionário da capitania revela isto. Baseando-nos na analogia entre o tema de *Vila Rica*, a capitania tumultuada da Guerra dos Emboabas, e do *Henriade*, a França anterior ao Edito de Nantes; no herói Henrique IV e no “herói” das Minas Antônio de Albuquerque (ambos pacificadores), já estabelecemos o ponto de partida de Cláudio Manuel da Costa para escrever o seu *Vila Rica*. Entre as figuras alegóricas, por exemplo, a *Discórdia*, é uma entidade cuja presença predomina em ambos os épicos. Porém, temos mais elementos, as realizações de Henrique IV⁴⁵ como sendo o ideal perseguido por Cláudio Manuel e toda a elite setecentista mineira.

Logo na carta dedicatória do *Vila Rica*, o autor cita Virgílio: “Estenderá seu império para além dos Garamantes e dos Indianos”. A citação pertence ao livro VI da *Eneida*, que descreve a viagem de Enéias pelos Infernos⁴⁶. Neste livro, Enéias vê o futuro de Roma, “filha” de sua Tróia, mostrado por Anquises, seu pai. Pois bem, na

⁴³ Prefácio do editor. In: VOLTAIRE . op. cit. edição de 1789

⁴⁴ Idem ibidem.

⁴⁵ Tomás Antônio Gonzaga tem um poema dedicado a Pombal em que o compara ao duque de Sully, braço direito de Henrique IV. Cf: GONÇALVES, Adolto. *Gonzaga um poeta do iluminismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 p. 100.

⁴⁶ Cláudio Manuel cita o original latino: *Ultra garamantas, et Indos proferet imperium*. Cf. VIRGÍLIO. Op. cit. pp.119/139

obra *Henriada*, vemos idêntica cena. Nela temos o mais glorioso dos reis franceses, Luís IX, aparecer a Henrique de Navarra e lhe mostrar a sucessão de sua dinastia e seus feitos⁴⁷. No *Vila Rica*, a ausência de um ancestral ilustre da jovem pátria, faz o próprio espírito da terra prever o glorioso futuro da pátria Minas⁴⁸.

Foi em Voltaire que Cláudio buscou a idéia de documentar todo poema, separando o histórico do fictício. Como ele deixa claro no Fundamento Histórico do poema “toda a ficção não é mais que ornamento” e o que não se refere à história é de menor importância. Pretendendo possuir documentos aos quais nenhum outro autor havia obtido acesso, Cláudio Manuel se considera mais um historiador do que um poeta. Deixa claro “não pretender alterar a verdade a benefício de alguma paixão”⁴⁹.

Esta busca da verdade histórica é o que nos permite tentar novas aproximações entre Voltaire e Cláudio Manuel. Em análise sobre o conceito de história em Voltaire, Cristina Meneguello nos lembra que, para o pensador francês, “a História é definida como ciência dotada de método e pressupostos⁵⁰”. Adiante prossegue: “Voltaire retratou a luta da razão versus desrazão e, deste modo, estabeleceu a história como explicadora do momento presente, como arena para a luta entre argumentos.”⁵¹

Em artigo sobre Voltaire historiador, Marcos Lopes cita trecho do *Dicionário Filosófico* em que Voltaire debate as especulações sobre a história:

Discutiu-se tanto sobre esta matéria, que agora é preciso falar um pouco a seu respeito. Sabe-se que o método e o estilo de Tito Lívio, sua gravidade, sua eloquência sábia, convêm à majestade da república romana; sabe-se também que Tácito é feito mais para pintar tiranos, Políbio, para dar lições de guerra. Dionísio de Halicarnasso, para desenvolver as antiguidades, mas, se hoje em dia nos modelamos por esses grandes mestres, temos que suportar um fardo mais pesado do que eles. Exigem-se dos historiadores modernos mais detalhes, fatos mais constatados, datas precisas, autoridades, mais atenção aos costumes, às leis, aos usos, ao comércio, às finanças, à agricultura, à população. Ocorre com a história o mesmo que com a matemática e a física: a estrada alongou-se prodigiosamente. Atualmente é mais fácil fazer uma coletânea de jornais do que escrever a história. (...) Essas regras são bem conhecidas, mas a arte de bem escrever a história sempre será rara. Há leis para escrever a história como há para todas as artes de espírito,

⁴⁷ VOLTAIRE. Op. cit. edição de 1789. pp.145.

⁴⁸ COSTA In PROENÇA FILHO. Op.cit. pp.431.

⁴⁹ Idem Ibidem p. 360

⁵⁰ MENEGUELLO, Cristina. Algumas considerações sobre o conceito de história segundo Voltaire. Revista Locus, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, 1997. pp.70.

⁵¹ Idem pp.84

mas, como nestas naquelas também há mais preceitos do que grandes artistas.⁵²

Baseando-se nestes pressupostos, Voltaire e Cláudio Manuel escreveram seus épicos.

O épico *Vila Rica* possui enredo que foge aos padrões clássicos. Tem uma estrutura de estrutura de rapsódia⁵³, na qual cruzam-se focos narrativos. Sem que isto signifique uma ordem de importância dentro do poema, em primeiro lugar há o drama amoroso de Garcia, em segundo lugar, a missão pacificadora do herói Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho e, finalmente, um terceiro foco narrativo, a luta dos revoltosos emboabas⁵⁴.

A obra já foi alvo de inúmeras críticas à sua qualidade poética. No entanto, boa parte destas críticas talvez tivesse sido suavizada se o poema, em suas poucas edições durante mais de dois séculos, houvesse passado por um trabalho mais rigoroso de cotejamento dos versos, e de estudo dos vários manuscritos existentes. Somente em anos recentes vimos o *Vila Rica* receber o merecido tratamento que lhe cabia, se não por outro motivo, por ser uma obra de Cláudio Manuel da Costa⁵⁵.

Concluído em 1873, o poema esperou por décadas até que fosse dado ao prelo. Data de 1813 a publicação de seu Fundamento Histórico, porém com o nome alterado para “Memória histórica e geográfica da descoberta das Minas, extraída de Manuscrito de Cláudio Manuel da Costa, secretário de governo daquela capitania, que consultou

⁵² VOLTAIRE citado por LOPES, Marcos. Voltaire Historiador: virtudes e vícios. In: Caderno de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: Newton Paiva. n.14. Abril de 2000. p.97

⁵³Rapsódia: É palavra grega, composta de raptein, cozer e odi, canto, porque rapsódia, segundo a mais comum significação, vale o mesmo que ajuntamento de vários pedaços de poesia, ou prosa, etc ou rapsódia deriva-se de rabdos, vara odi, canto, como quem dissera, Rapsódia, porque antigamente se cantavam as poesias com uma vara na mão, as de Ésquilo com uma varinha de murta, e as de Homero com uma vara de loureiro. Mas a primeira etimologia parece mais própria, tanto mais, que a Iliada de Homero foi chamada rapsódia, por ser composta de várias poesias, unidas em um só poema. As Políticas de Lipsio são uma rapsódia, porque não tem deste autor mais que as conjunções e partículas, com que aliou as matérias. Quando falamos em algum autor, em cujas obras não há nada de sua invenção, costumamos dizer que tem feito uma rapsódia. <http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/imgDicionario.asp?arqImg=5466&vol=7&vvcont=34484&vtabela=tabBluteauR>. Acesso em 02/07/2009.

⁵⁴ LUNA, Jayro. “O Vila Rica de Cláudio Manuel da Costa: o labirinto e a trama. In: Retórica da Poesia Épica Brasileira: De Bento Teixeira a Sousândrade. Dissertação de mestrado: São Paulo, FFLCH/USP, 1997.

⁵⁵ A análise das diversas edições do poema já foi feita com muita propriedade por LOPES, Hélio. Introdução ao poema Vila Rica. Muriaé: 1985 e mais recentemente por Melânia Aguiar (1996) em estudo que permanece inédito, apesar de nele se basear a última edição. A semelhança de Lima, Djalma. *A épica de Cláudio Manuel da Costa, uma leitura do poema Vila Rica*. Dissertação de mestrado FFLCH/ USP (2007) interessa-nos apenas retomar brevemente o histórico de tais edições para justificar nossa escolha por uma delas como base para este trabalho.

muitos documentos históricos existentes na secretaria do governo, e em outros arquivos”. Como alerta Hélio Lopes, não se trata de transcrição literal do Fundamento Histórico. As diferenças estão apontadas em obras de outros autores que já trabalharam com o poema⁵⁶. Além disto, não havia nenhum interesse no poema ao qual o *Fundamento* precede em função da sua suposta má qualidade poética. A publicação deu-se no Rio de Janeiro, no jornal *O Patriota*. Em 1819, também no Rio de Janeiro, o *Correio Brasiliense* republica a *Memória histórica*, porém com algumas diferenças em relação ao texto d' *O Patriota*. Já em 1826 dois cantos do poema foram publicados no *Jornal Científico, Econômico e Literário*, todavia o fim do periódico impediu a conclusão da publicação. Finalmente, em 1839 sai a primeira edição integral do poema em Ouro Preto pela Tipografia Universal.

A segunda edição foi lançada pelo *Jornal Estado de Minas* entre 10/04 e 22/7 de 1897. No entanto, o *Fundamento histórico* esteve ausente desta publicação. Em seguida esta versão foi transposta para a forma de livro, tendo sido acrescentada a parte extirpada. Em 1903 sai a edição Garnier em dois volumes. Transcorrerá a partir desta data longo período antes que o *Vila Rica* fosse novamente levado ao prelo. O *Anuário do Museu da Inconfidência*, em seu volume 4, entre 1955-1957, publicou nova edição baseada na primeira. Hélio Lopes refuta-a como sendo de péssima qualidade.

Augusto de Lima Júnior publicou em 1969 nova versão, baseada no manuscrito dado ao seu pai por D. Silvério Lopes Pimenta, arcebispo de Mariana. Tal manuscrito encontrar-se-ia hoje, segundo Hélio Lopes, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Esta quinta edição diverge sobremaneira das demais, por ter como fonte o citado manuscrito. Em 1985, Hélio Lopes publicou seu “Introdução ao poema Vila Rica” onde procedeu ao cotejamento cuidadoso das edições existentes com os manuscritos por ele localizados.

A última edição do poema de 1996, publicada pela Nova Aguillar, foi fruto de um extenso trabalho de pesquisa de Melânia Silva de Aguiar. Neste cuidadoso trabalho, Aguiar utilizou-se do manuscrito conservado na Biblioteca Nacional de Lisboa comparando-o com outros dez manuscritos e todas as edições anteriores, corrigindo equívocos, acrescentando versos inéditos e produzindo o que certamente corresponde ao texto mais próximo do original. Diante disto, podemos sintetizar os fatos afirmando que existem três versões do poema *Vila Rica*, em suas diferentes edições. A primeira versão

⁵⁶ LOPES, H. op. cit. pp.7

foi divulgada nas edições de 1839 a 1957, a segunda versão vem do manuscrito de D. Silvério e foi base da edição de 1969 e finalmente a terceira e mais completa e bem acabada versão produzida por Aguiar em 1996. Destarte optamos por esta versão, existente em única edição como fundamento de nosso trabalho.

O poema divide-se em dez cantos através dos quais transcorre a epopéia vivida por Antônio de Albuquerque.

No primeiro canto temos o herói Albuquerque descansando, quando, em sonho lhe aparece o fantasma de D. Rodrigo de Castel Branco. Albuquerque revela seu sonho a Garcia Rodrigues Pais. Chegam os demais membros da comitiva trazendo três velhas índias, que dão o nome ao Rio das Velhas.

No segundo canto, Cláudio Manuel retrata a história de uma das índias, Neágua e de sua filha, Aurora. A narrativa é interrompida por Antônio de Albuquerque que informa à comitiva sua missão nas Minas. Albuquerque descreve a visão que teve de um gigante, guardião da terra mineira. O general ouve os pareceres dos membros de seu conselho.

O Canto terceiro inicia-se com a chegada de Manuel de Borba Gato, que narra suas desgraças: O encontro com D. Rodrigo; a morte deste, e sua inocência diante da tragédia. Borba Gato indica os caminhos do sertão a serem seguidos e a comitiva prepara-se para seguir adiante. Também neste canto ocorre a tentativa de assassinato de Garcia Rodrigues Pais, pois entre os índios havia um, Argasso, que disputava o amor da formosa índia Aurora, que era enamorada de Garcia.

No Canto quarto é encontrado o túmulo de D. Rodrigo. Borba Gato reconhece os restos mortais. Celebra-se o ofício fúnebre. O índio Argasso aproxima-se de Albuquerque e conta sua história de amor não correspondido por Aurora. Garcia surge e perdoa a Argasso e se compromete a convencer Aurora a casar-se com ele. A comitiva segue viagem.

No Canto cinco, o frade (não nomeado por Cláudio Manuel) Francisco de Meneses, do grupo de Nunes Viana, incita os rebeldes a resistirem a Albuquerque, recorda-lhes a humilhante retirada de D. Fernando Mascarenhas e a morte de D. Rodrigo. Os ânimos acirram-se para a guerra. Filoponte, o gênio da terra, aparece a Albuquerque sob a forma de um velho índio e projeta nas paredes da caverna que habita toda a história da conquista das Minas.

O Canto sexto tem a geografia das Minas descrita por Filoponte. São lembrados os bandeirantes, a descoberta do ouro e o início da guerra. À fracassada tentativa de

pacificação de D. Fernando Martins Mascarenhas sucede Antônio de Albuquerque. O índio faz prognósticos para o porvir e declara insegura a situação de Albuquerque. Garcia, Padre Faria e os demais encontram Albuquerque. É narrada a trágica história da morte dos amantes índios Aurora e Argasso.

No Canto sétimo, Garcia recebe de Itamonte a visão de uma ninfa às margens de um rio. Garcia apaixonou-se por ela e é levado para o fundo das águas. Os companheiros o procuram sem sucesso. Itamonte tenta retardar o avanço de Albuquerque. Chegam notícias da rebelião. Albuquerque decide prosseguir sozinho, disfarçado. Ao anoitecer abriga-se em uma tenda, onde também estão os revoltosos. Assim toma conhecimento dos seus planos. Conduzido pelo gênio pátrio até Caeté, tem contato com os irmãos Pereira de quem recebe a promessa de fidelidade. O Gênio da Terra faz com que os rebeldes vejam figuras fantásticas, que anunciam os castigos que virão para eles no futuro. Apavorados decidem abandonar a insurreição e prestar obediência a Albuquerque.

No Canto oitavo, apesar das tentativas do Gênio da Terra em aterrorizar os rebeldes, o Interesse e a Hipocrisia acirram os ânimos dos desordeiros para a guerra. Garcia, ainda mergulhado nas águas, vê Itamonte, que conta a ele a bem sucedida conversa de Albuquerque com os Pereiras e como Manuel Nunes Viana finalmente se submeteu. A ninfa conta a Garcia a fábula do Ribeirão do Carmo.

O Canto nono inicia-se com lamentação de Cláudio Manuel da Costa sobre o pouco reconhecimento por ele obtido até aquele momento com seus versos. Porém declara que nada o levará a deixar de cantar a terra natal. A ninfa Eulina mostra a Garcia a galeria dos governadores das Minas. Reencontra-se toda a comitiva. Padre Faria declara ter encontrado o vale do Itacolomi. Antônio de Albuquerque decide iniciar a construção das primeiras casas da Vila em sítio por ele localizado. Bartolomeu Bueno da Silva conta a lenda de Blásimo. Antônio de Albuquerque retira da história a lição de que é preciso manter certa desconfiança da honestidade dos adversários. Procura os líderes rebeldes e obtém de Manuel Nunes Viana e dos freis Francisco e Conrado o compromisso de obediência às leis e lhes concede o perdão. É o fim da revolta.

No Canto dez o Itamonte saúda Antônio de Albuquerque. Das entranhas do monte rola o padrão, sinal da posse da terra. É descrita a construção das obras fundamentais da cidade. Ocorre a solenidade de concessão do foral.

Analisando a seqüência do poema, Hélio Lopes adverte que “grave obstáculo para o poema épico é manter a unidade de ação. Diferentes episódios entrecortam-na,

mas não a podem quebrar ou dividir.” Salientado isto destaca que Cláudio Manuel conseguiu atingir seu objetivo pois, “o poema caminha para o desfecho em cerrada unidade. Dela não a distrai a multiplicidade dos episódios. (...) até chegarmos ao final onde reina a harmonia de todos os elementos.⁵⁷

1.2- A REPERCUSSÃO DA OBRA DE CLÁUDIO MANUEL DA COSTA SOBRE A HISTORIOGRAFIA SETECENTISTA.

Maria Efigênia de Resende em artigo sobre a memorialística setecentista mineira (1999), afirma:

“O *Fundamento histórico* do poema *Vila Rica* (1775) [sic] é, quase com certeza, o primeiro marco do que se pode chamar, propriamente, de memorialística histórica das Minas setecentistas. Nele Cláudio tem a clara intenção de deixar à posteridade um testemunho do papel das Minas e seus habitantes na história de Portugal e da Europa. Na exaltação terra, da pátria, terra em que nasce, emerge o monumento de caráter nativista, pois o que se encontra em jogo é a passagem, para as gerações seguintes, do pertencimento, com glória, ao viver em terras outras que não as da Metrópole, viver em terras coloniais.⁵⁸”

Descrevendo os primeiros anos de ocupação das Minas do Ouro e a Guerra dos Emboabas que se deu neste período o poema *Vila Rica* e seus complementos, o *Fundamento histórico* e as notas de rodapé abordam a pacificação das Minas e o estabelecimento da ordem pelo governador Antônio de Albuquerque.

Cláudio Manuel da Costa, ao nos apresentar sua versão,

“(...) protesta não pretender alterar a verdade a benefício de alguma paixão, e só se regula pelo mais crítico e incontestável exame, que por si e por pessoas de conhecida inteligência e probidade pôde conseguir sobre fatos ou a tradição conserva de memória, ou escreveu raramente algum gênio curioso, que o testemunhou de vista.⁵⁹”.

⁵⁷ LOPES, H. op. cit. pp.7

⁵⁸ RESENDE, Maria E. L. A disputa pela história; traços inscritos na memorialística histórica mineira dos finais do setecentismo. In: *Varia História*. no 20. Belo Horizonte: UFMG. 1999. PP.65

⁵⁹ COSTA. In: PROENÇA FILHO. op. cit. pp.360

Logo nas primeiras linhas, Cláudio Manuel da Costa demonstra que veio dar uma nova versão acerca dos paulistas, diferente daquela divulgada pelas autoridades metropolitanas. Isto é perceptível na maneira como se refere a estes:

“Os naturais da cidade de São Paulo, que têm merecido a um grande número de geógrafos antigos e modernos serem reputados por uns homens sem sujeição ao seu Soberano, faltos do conhecimento e do respeito que devem às suas leis, são os que nesta América têm dado ao Mundo as maiores provas de obediência, fidelidade e zelo pelo seu Rei, pela Pátria e pelo seu Reino⁶⁰.”

E ainda:

“Digam agora os geógrafos que todos são mamelucos; arguam-lhes defeitos que nunca tiveram; sirva-lhes de injúria o haverem nascido entre aquelas montanhas; as almas é certo que não têm Pátria, nem berço; deve-se amar a virtude onde ela se acha: nenhuma obrigação tinha a natureza de produzir só na Grécia os Alexandres, só em Roma os Cipiões.⁶¹”

De acordo com a descrição de Cláudio Manuel da Costa no “Fundamento histórico”, Antônio Rodrigues Arzão, natural de Taboaté, foi o primeiro descobridor do ouro nas Minas. Arzão teria seguido para a capitania do Espírito Santo onde, em troca de três oitavas de ouro, recebeu víveres e vestuários. Arzão voltou a São Paulo para organizar nova expedição às Minas, mas adoeceu e veio a falecer. Desta forma, coube a seu cunhado Bartolomeu Bueno da Silva a tarefa de continuar os descobrimentos.

Em 1694 Bueno da Silva deixa São Paulo. Nos sertões se encontra com a expedição do Coronel Salvador Fernandes Furtado e do Capitão Manuel Garcia Velho. O ouro encontrado por Miguel de Almeida, da comitiva de Bueno, foi trocado com o Coronel Furtado por uma clavina. Por sua vez o Capitão Garcia Velho desejava a vaidade de apresentar o ouro descoberto em São Paulo e vendeu duas índias ao Coronel. O ouro descoberto acabou por passar às mãos de Carlos Pedroso da Silveira, que foi ao Rio de Janeiro apresentá-lo ao governador Antônio Paes de Sande.

Silveira foi premiado pela apresentação do ouro que não descobrira com a patente de Capitão-Mor da Vila de Taboaté e também nomeado Provedor dos Quintos. Nesta função, recebeu a incumbência de criar uma Casa de Fundação em Taboaté.

A partir daí grande número de desbravadores buscaram as Minas, não apenas os naturais da Vila de São Paulo, mas também os de Taboaté.

⁶⁰ COSTA. In: PROENÇA FILHO. op. cit. pp.360

⁶¹ Idem ibidem pp.367

Entre as fontes citadas por Cláudio Manuel da Costa temos Pedro Taques. Cláudio afirma:

“O Sargento-Mor Pedro Taques de Almeida Paes Leme, natural também da mesma cidade de São Paulo, e ali morador, de estimável engenho e de completo merecimento, remeteu ao Autor desde aquela Cidade todos os documentos que conduziam ao bom discernimento desta obra(...)

Assim não é surpresa que em sua “Nobiliarquia paulistana”, tenhamos por parte de Pedro Taques de Almeida Paes Leme uma exaltação das famílias paulistanas e seus feitos. No dizer de Afonso Taunay:

“A todo o instante nos fala em nobres, senão nobilíssimas famílias, freqüentemente mesmo, sem certo discernimento, pois coloca no mesmo pé de igualdade a descendência dos obscuros portugueses emigrados para S. Paulo e a de casas realmente ilustres, como a dos Azeredos Coutinhos⁶²”.

Pedro Taques a todo momento reprova o descaso com que os paulistas são retratados. Em dado momento afirma:

“Abominável desafeição, introduzida nos europeus portugueses contra os paulistas! Não lhes bastava a demonstração de amor, que estes acreditam aos seus inimigos, quando com avultados dotes, lhes entregavam filhas, irmãs e sobrinhas. (...) [Parece que os paulistas] haviam contraído um mau pecado original, por não serem jamais bem vistos, prejudicando-se a fazenda real só para que eles não tivessem prêmios.⁶³”

Resende, em sua análise, afirma que “Cláudio Manuel da Costa, baseando-se em Taques e em outras fontes, não somente institui um novo passado, mas também lhe confere certa monumentalidade⁶⁴”. Cláudio Manuel foi o primeiro de uma seqüência de memorialistas que escolheu contar os fatos procurando resgatar o valor dos bandeirantes paulistas. José Joaquim da Rocha foi um dos que seguiram a mesma linha de Cláudio Manuel, em seu texto “Geografia histórica da capitania de Minas Gerais”. Segundo Resende:

“O texto da *Geografia histórica* é cópia praticamente literal de Cláudio, no que se refere a origens, descobrimento do ouro e histórico dos governos coloniais, embora o corrija em alguns casos, se estenda mais na narrativa de alguns acontecimentos ou introduza fatos que, possivelmente, ele não se interessou em

⁶² TAUNAY, Afonso de E. O historiador dos bandeirantes Pedro Taques e sua obra. In: LEME, Pedro T. de A. P. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. Tomo I. Belo Horizonte: 1980. pp.68.

⁶³ LEME, Pedro Taques de A. P. Op. cit. p. 60-61

⁶⁴ RESENDE. Op. cit. pp.67

mencionar.⁶⁵”

Façamos a comparação entre um trecho de Cláudio Manuel e outro de José Joaquim da Rocha. O parágrafo escolhido em ambos os autores descreve a chegada de Fernão Dias ao Sumidouro.

“Desta sorte chegou à paragem chamada pelos naturais “Anhonhecanhuva”, que quer dizer água que se some, e entre nós tem o nome de Sumidouro. Aqui se deteve Fernão Dias por espaço de quatro anos com pouca diferença, e fez várias entradas no Sobra Bussu, que vale o mesmo que coisa felpuda, e é uma serra de altura desmarcada, que está vizinha ao Sumidouro, a qual chamam todos comarca de Sabará. Nela achou diversa qualidade de pedras, que por falta de prática se lhes não soube dar o valor que talvez eram dignas. Da demora que aqui teve Fernão Dias, e do muito que aqui sofreu, teve origem a discórdia entre muitos dos seus companheiros, pois quase todos conspiraram contra sua vida, e por último o deixaram só.⁶⁶”

Agora vejamos a mesma descrição em José Joaquim da Rocha:

“Desta sorte, chegou à paragem chamada pelos naturais “Anhonhecanhuva”, que quer dizer água que some, e entre nós tem o nome de Sumidouro. Aqui se deteve Fernão, por espaço de quatro anos, com pouca diferença e fez várias entradas no Sabarabuçu, que vale o mesmo que coisa felpuda e é uma serra de altura desmarcada, que está vizinha ao Sumidouro, à qual chamam todos, hoje Serra Negra ou das Esmeraldas. Nela achou diversa qualidade de pedras, que por falta de prática se não soube lhe dar o valor de que talvez, eram dignas. Da demora que aqui teve Fernão e do muito que sofreu, teve origem a discórdia entre muitos de seus companheiros, pois quase todos conspiraram contra a sua vida e por último o deixaram só.⁶⁷”

Acaso fosse necessário sair em defesa de José Joaquim da Rocha deveríamos apenas lembrar, juntamente com Resende, que a noção de plágio, como a identificamos hoje, era desconhecida no século XVIII.

Rocha opta firmemente pela defesa dos paulistas nos conflitos denominados Guerra dos Emboabas e é o responsável pela divulgação da idéia de massacre,

⁶⁵ Idem ibidem pp.64

⁶⁶ COSTA In PROENÇA FILHO. Op. cit. PP.374-375

⁶⁷ ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais; Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais; Memória histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1995. pp.81-82

perseguição e expulsão dos paulistas pelos emboabas. Assim descreveu José Joaquim da Rocha:

“Nesta determinação [de fim dos conflitos], ignorantemente convieram os paulistas, que fielmente entregaram as armas e logo que os reinóis se viram senhores, fizeram a aclamação do novo Governador Viana e continuaram a expulsão dos paulistas [...]. Divididos os filhos de Portugal em dois corpos, governados um por Manoel da Silva Rios e o outro pelo Frei Francisco de Menezes, saíram do Sabará e Caeté para as Gerais, e chegando à cachoeira denominada a do Campo, aí tornaram a fazer conselho, no qual presidiu o suposto governador, com assistência do Frei Simão, seu secretário, e celebrando aquele religioso uma missa em ação de graças da boa felicidade do seu intento nela prestou juramento a todos, que prometeram e juraram em um missal serem fiéis às ordens e a tudo que lhes fosse determinado pelo povo novo governador. Postos os paulistas em fugida para São Paulo e em seu seguimento os boabas, a estes governava o sargento-mor Bento de Amaral e àqueles, Valentim Pedrozo e Fernão Pais, e como se vissem perseguidos, se viram obrigados a recolherem-se em um grande capão de mato, para poderem escapar daqueles que os procuravam; e não foi bastante o ocultarem-se, quando Amaral pelo rasto os foi seguindo com a sua escolta pões cerco ao capão e passou à espada todos os que lá estavam, e somente escaparam os da comitiva de Fernão Pais, por seguirem diferente caminho⁶⁸”

Esta descrição é totalmente fiel à defendida por Cláudio Manuel da Costa em seu poema e discordante da versão divulgada por Sebastião da Rocha Pita. Em sua “História da América Portuguesa”, Pita acusa aos paulistas de iniciarem os confrontos com os emboabas e de planejarem “passar a ferro” todos os emboabas residentes nas Minas. Seria esta a causa da eleição, pelos forasteiros, de Manuel Nunes Viana como governador. Diz Rocha Pita:

(...) E juntando-se logo os povos dos três lugares Sabarabuçu, Caeté e rio das Velhas, caminharam a buscar a Manuel Nunes Viana, e o elegeram por seu governador e de todos os povos das Minas, para refrear os insultos dos Paulistas e os obrigar a viverem sujeitos ao jugo das leis do reino, e não às do seu próprio arbítrio, pelas quais só se governavam, enquanto El-rei por seus governadores e ministros os não punha na obediência de vassallos, com a observância dos seus reais preceitos. Aceitou Manuel Nunes o cargo, o qual também lhe mandaram oferecer os povos das Minas Gerais do Ouro Preto e do rio das Mortes,

⁶⁸ ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais; Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais; Memória histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1995.pp.85-88.

pedindo-lhe os fosse socorrer por estar o partido dos paulistas mui poderoso naqueles distritos, usando da liberdade e insolência em que costumavam viver, e conservando o ódio entranhável com todos os forasteiros.⁶⁹”

Cláudio Manuel, que arvorava-se a condição de possuidor de depoimentos e documentos ignorados por outros autores da história da América, alegava: “[os outros escritores] não tiveram tanto à mão as concludentes provas de que eu me sirvo⁷⁰”. Baseando-se nestas provas, confrontou a versão de Pita na nota 51 do poema *Vila Rica*. Ele cita a carta do Conde de Assumar ao Marquês de Anjeja, datada de 6 de julho de 1717. Vejamos o teor da carta:

“No tempo de D. Fernando Martins de Mascarenhas (*falava de Manuel Nunes Viana*), ele foi aquele que os povos seduzidos por ele com notória rebelião o levantaram por governador, resistindo ao dito D. Fernando contra as ordens de Sua Majestade, afetando o seu maior serviço.”

E prossegue a nota de Cláudio Manuel da Costa:

Esta carta se acha registrada no dito livro no 7, p. 3 e para confirmação de tudo que a este respeito se pode entender da conduta deste homem, e de quanto ele [se] pretendia fazer necessário ao Rei subsistindo no governo, que arrogava a si, bastava ver-se a Real Ordem de 30 de maio de 1711, que manda restituir aos Paulistas as Minas, e que se lhes entreguem suas fazendas e lavras, fazendo o mesmo Senhor avisar aos camaristas de São Paulo desta sua Real Ordem por carta de 6 de setembro de 1711, e já na ordem de 22 de agosto de 1709 mandara Sua Majestade perdão aos *Buabas*, exceto aos dous cabeças do levantamento, Manuel Nunes Viana e Bento do Amaral Coutinho, aos quais pretendia castigar, ordenando que a esse fim, se entendesse ser necessário algum socorro de tropas, o pedisse o General ao presídio da Bahia: tudo se pode ver nos registros da Câmara de São Paulo em o livro que deles serve no tit. 1708, p. 25, onde se acha a Carta do Governador Antônio de Albuquerque, que pôs totalmente em sossego os Paulistas, quando reparavam as forças para tornar sobre as Minas, datada no Rio de Janeiro, em 26 de fevereiro de 1710. Então foi que o dito Governador em nome d’ El –Rei ofertou aos Paulistas um retrato do mesmo Senhor, significando que por aquele modo os visitava e lhes vinha segurar a sua proteção. *A notícia destas Ordens e Cartas não chegou individualmente ao escritor Sebastião de Pita Rocha* [sic]; *aliás não escrevera tão dissonante da verdade.*⁷¹”

⁶⁹PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*.
<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01495300>. Acesso em 03/03/2009.

⁷⁰ COSTA In PROENÇA FILHO. Op. cit. PP.359

⁷¹ COSTA In PROENÇA FILHO. Op. cit. PP.1087-1088. O grifo da última frase é meu.

O texto de Cláudio Manuel da Costa não influenciou apenas os que concordavam com ele. José João Teixeira Coelho na sua “Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais” é claramente uma resposta a Cláudio Manuel. A este respeito Coelho diz:

“1. Não me cansarei em mostrar quais foram os primeiros descobridores das Minas, tanto por que faltam os monumentos autênticos e individuais deste descobrimento reduzindo-se a maior parte deles a relações manuscritas que conservam alguns particulares, por que nenhum interesse resulta ao Estado de semelhantes averiguações, que unicamente podem servir de glória aos descendentes dos mesmos descobridores. Questionem eles sobre esta matéria inútil enquanto eu, desprezando as suas caprichosas contendidas, me ocupo na exposição daqueles fatos que são essenciais ao fim a que se encaminha esta obra, qual é o interesse público.

2- Alguns habitantes de São Paulo, faltos dos sentimentos da lei natural e movidos da tirana cobiça de cativar os miseráveis índios, penetraram os sertões que hoje formam a capitania de Minas e casualmente descobriram ouro nos córregos e rios que atravessam os mesmos sertões e deságuam pelo sul, no Rio Doce⁷²”.

Na análise de Resende, o texto de Teixeira Coelho revela desprezo pelos paulistas por considerá-los apenas interessados em seus assuntos privados, independentemente do interesse público.

Segundo Adriana Romeiro, esta visão do Desembargador Teixeira Coelho é parte de uma *identidade paulista* que surgiu no decorrer do século XVII e, à medida que ganhava forma, constituía-se, paradoxalmente, em sua glória e perdição. Bravos, desbravadores, conhecedores de táticas de guerra únicas na América Portuguesa, eram os paulistas vistos como os únicos capazes de desempenharem missões árduas, como a conquista do quilombo de Palmares. Por outro lado, eram vistos como potencialmente rebeldes, indivíduos que ciosos de sua liberdade viam-se como parceiros iguais da Coroa nos contratos estabelecidos e não como vassalos obedientes de El Rei. Somente estavam a serviço da Coroa enquanto esta os favorecesse com recompensas e mercês. Seriam indivíduos capazes, até mesmo, de se passarem para o lado de um soberano estrangeiro se assim lhes conviesse. Este lado negativo acabou por preponderar dando origem à “legenda negra” que os marcaria indelevelmente⁷³.

⁷² COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1994.pp.120.

⁷³ ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas; idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG. 2008.

Confirmando a existência desta “legenda negra”, temos a obra de José Rodrigues de Abreu, médico português que, em 1709, acompanhou a expedição de Antônio de Albuquerque às Minas⁷⁴. Segundo Júnia Furtado, Rodrigues Abreu detratava os paulistas por invadirem a bela região das Minas. Segundo ela, Abreu, juntamente com o governador Antônio de Albuquerque:

“Eram desfavoráveis aos sertanistas de São Paulo, o que se revelou na forma como este último conduziu a pacificação da região, marcada pela negociação, pelo perdão e mesmo pela promoção dos chefes emboabas, que haviam se insurgido e aclamado Manuel Nunes Viana governador da região, em frontal desafio à autoridade reinol. Para Rodrigues Abreu os paulistas eram selvagens, não tinham civilização, e nem ao menos produziam o necessário para sua subsistência. Muitos ‘ficam sem cultura, ou nas povoações, ou metidos no mato, onde andam anos sem mais provimento para a sua subsistência que pólvora, munição e machados. (...) Este *discurso emboaba* pode também ser percebido no preconceito que ele demonstrou em relação às informações fornecidas pelas ‘paulistas, práticos daquele sertão’. Segundo seu sistema de pensamento, todo conhecimento tinha que ser oriundo da observação, mas, no caso destes sertanistas, seus relatos não tinham valor em si mesmos. Ao hierarquizar as informações que recebia e submetê-las a critérios de veracidade diferentes, o médico instruído imprimia à cultura erudita e à cultura popular status e credibilidades distintas. Isso ocorria porque para ele o saber formulado pelos homens de ciência era mais preciso do que aquele produzido por homens rústicos como eram os paulistas, quase tão bárbaros quanto os índios (...). José Álvares de Oliveira, morador da comarca do Rio das Mortes considerava que paulista era sinônimo de ‘horrendo, fero, ingente e temeroso⁷⁵”

Fonte privilegiada para o estudo dos primeiros descobrimentos das Minas até o momento de sua transformação na mais importante capitania da América Portuguesa, o “Códice Costa Matoso” tinha por objetivo realizar um registro oficial daqueles fatos. Além disto, movia o Ouvidor Geral Caetano da Costa Matoso o interesse em comprovar o direito português à posse das minas de ouro descobertas em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, em um momento que se negociavam os limites territoriais com a Espanha. Da mesma forma que Cláudio Manuel da Costa, o ouvidor pôde se valer das memórias de alguns dos primeiros povoadores.

John Manuel Monteiro referindo-se aos desbravadores paulistas, afirma que em

⁷⁴ FURTADO, Junia. As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro. In: *Anais de história de além mar*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar. pp.155-212.

⁷⁵ Idem ibidem PP.182

meados do século XVIII, quando escreveu Costa Matoso o seu tempo como sertanistas já havia passado.

(...) “Claramente figuravam como coisas do passado , pertencentes a um tempo difuso e desordenado, que se contrasta, nas narrativas, com o tempo das Minas, que é marcado com precisão e ordem pela cronologia dos governantes⁷⁶”.

O Códice procura resgatar o tempo do sertanismo, o espírito de aventuras e as dificuldades da vida no mato que contribuíram para constituir a “legenda negra” a respeito dos paulistas. Descritos como orgulhosos, rudes, quase selvagens, insubmissos à autoridade, grandes conhecedores dos costumes dos índios, além de conquistadores destes, é a visão que se pode retirar do Códice a respeito dos paulistas. Em dado momento o “Códice” afirma⁷⁷:

“Assim principiou e cresceu a povoação, e com ela os insultos e insolências dos paulistas (...). E por não ofender muito os ouvidos dos bons com o malefício dos maus, fique como no esquecimento a relação das mortes que se faziam, que para se cometerem não era necessário qualquer emboaba cair – bastava tropeçar -, fazendo tanto apreço da vida de um emboaba como à de um cachorro, de que nasceu o dito vulgar: *ouvindo-se qualquer tiro, lá morreu um cachorro ou emboaba*. (...) [Os paulistas também realizavam] *assuadas* que pela menor desconfiança vinham, dar à população, entrando por ela com gente armigerada (...) vozeando ‘Morreram amboabas’”.

Em sintonia com Cláudio Manuel da Costa e com José Joaquim da Rocha, há o texto de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. Sua “Breve descrição física, geográfica e política da Capitania de Minas Gerais”, já do início dos oitocentos é extremamente favorável aos paulistas.

“Tais foram em suma, a origem e sucesso dos descobrimentos das minas do ouro, que tem fertilizado (vai correndo já em dois séculos) toda a Europa, não só ao reino de Portugal. Tanto a monarquia deve à intrepidez e generosidade dos paulistas, homens de fé e bons vassallos, que aventurando-se aos perigos por entre ciladas e tumultos, manifestaram a nossos reis os tesouros ocultos nos territórios das Gerais não sem vergonha e pesar (custo a dizê-lo, mas é verdade) de nossos reinóis atraídos pela avareza ao país⁷⁸.”

⁷⁶ MONTEIRO, John Manuel. Os caminhos da memória: os paulistas no Códice Costa Matoso. In: *Varia Historia*. Número especial: Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: UFMG. 1999. PP.87

⁷⁷ MATOSO, Caetano da Costa. *Códice Costa matoso*. V.1 Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1999. PP.278

⁷⁸ VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição física, geográfica e política da Capitania de Minas Gerais* . Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais.

Malgrado toda esta influência que o texto de Cláudio Manuel da Costa exerceu sobre os que se debruçaram sobre o estudo das origens da capitania, o poema, tem sido estudado mormente sob a perspectiva literária, sendo poucos e recentes os trabalhos que visam resgatar o valor da obra a partir de sua perspectiva historiográfica. Neste momento, torna-se fundamental debruçarmo-nos sobre os autores que têm se dedicado ao estudo do *Vila Rica*.

1.3 - AS DIFERENTES VISÕES DOS AUTORES QUE TRABALHARAM COM O POEMA.

Ignorado por décadas até ser finalmente publicado em 1839, republicado em poucas e falhas edições até o texto de 1996, o poema *Vila Rica* está longe de ser a obra mais estudada e admirada de Cláudio Manuel da Costa. Citado por Diogo de Vasconcelos como um poema que “custa crer que tenha saído da pena do Dr. Cláudio”⁷⁹, é visto por Sérgio Buarque de Holanda como um “longo rascunho”, indigno do “estro e da fama” do poeta⁸⁰. Eduardo Frieiro fala do poema como sendo um “artificial e coriáceo exercício poético de um lírico já sem veia”⁸¹. Para Antônio Cândido é uma obra da fase de decadência de Cláudio Manuel da Costa.⁸² Edward Lopes nos diz que “não se deve esperar do *Vila Rica* a maviosidade do lírico dos *Sonetos*.⁸³” Em José Veríssimo, lemos: "Influenciado sem dúvida pelo exemplo de Basílio da Gama e de Durão, compôs Cláudio Manuel da Costa o seu poema brasileiro, senão pelo sentimento e inspiração, pelo assunto, *Vila Rica*. É uma obra medíocre, indigna do poeta dos *Sonetos* e ainda de outros versos, a qual apenas revê o apego à tradição que fazia anacronicamente viver um gênero na literatura da nossa língua.⁸⁴" No clássico ensaio de João Ribeiro, consta:

"'Vila Rica' é um produto do influxo originado pelo 'Uruguai'. Cláudio Manuel esforçou-se por aparecer original, não adotou a oitava rima nem o verso solto como seus antecessores; talvez por admiração a Voltaire preferiu aproximar-se da *Henriade* empregando rimas emparelhadas(...). Não é somente a

1994. PP.61-62

79 VASCONCELLOS, Diogo. Poetas de Vila Rica. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano XXV, 1o volume, 1938. p. 413

80 HOLANDA. op. cit. p.230

81 FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*.2.ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981. pp.29

82 CÂNDIDO. *Formação da literatura brasileira*.6ed. Belo Horizonte: Itatiaia. 1981. PP.105

83 LOPES, Edward. *Metamorfoses, a poesia de Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: UNESP, 1997. pp.83

84 VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*.Belo Horizonte: Itatiaia, s/d. pp.115-116

monotonia e a pobreza de inspiração que nos desinteressam no poema; mas é o tom laudatório, o odor do incenso que se traem em versos, porventura menos movidos do amor da pátria que da lisonja. Sem dúvida alguma, não quis o poeta dá-lo a publicidade e tanto quanto podem atestar as várias cópias que restam, não procurou limar os versos imperfeitos que o afeiam e são em não pequeno número. Provavelmente se convenceu ou foi convencido do somenos valor da composição e guardou-a, pois inédita por 16 anos, até o tempo em que desapareceu desta vida. O episódio do Itacolomi, inspirado com pouca originalidade no Adamastor dos Lusíadas, não tem majestade alguma e nem lembra, pelas imperfeições d'agora, a severíssima musa dos Sonetos. Tudo ali é desconchavado e sem arte, sem espontaneidade, como que esculpido, se é possível, a martelo. Decerto, o virtuose que ele era não deixaria sair à luz da publicidade tão despidos esboços.⁸⁵

Ribeiro prossegue dizendo que não considera que o poema tivesse sido bem sucedido mesmo que escrito em versos soltos. O seu insucesso estava no gênero épico e as belas passagens do 'Vila Rica' são aquelas que remetem ao poeta lírico. João Ribeiro cita as seguintes passagens dos Cantos II e VIII:

*“Era ela em seus anos tão mimosa,
Que a vista sua desmaiava a rosa.
Seus olhos claros, as pupilas belas,
O quantas vezes cri que eram estrelas.
Não tinham nossos campos nem o prado
Planta mais tenra, flor de mais agrado.”⁸⁶*

*“... tão ricas como belas
Muitas ninfas em roda a estão cercando
Nas lindas mãos nevadas sustentado
Os tesouros que oculta e guarda a terra
(Tristes causas do mal, causas da guerra!)”⁸⁷*

Entretanto, para Ribeiro estas são raridades. O comum do poema são as narrativas carregadas de grande vulgaridade. A rejeição do crítico é tão grande que considera quase difícil acreditar que sejam estes versos de Cláudio Manuel da Costa.

João Ribeiro aponta que o Canto I do *Vila Rica* seria uma “amplificação” da passagem referente ao Rubicon em Lucano. Assim como na obra de Lucano, não especificada por Ribeiro, um dos modelos de Cláudio Manuel, não se sabe com certeza quem é o herói, se César ou Pompeu, Ribeiro aponta esta mesma dificuldade no *Vila*

⁸⁵ RIBEIRO, João. Carta ao Sr. José Veríssimo sobre a vida e as obras do poeta. In: *Obras Poéticas de Cláudio Manuel da Costa*. Tomo I, Rio de Janeiro: Garnier. 1903 pp.35-37.

⁸⁶ COSTA apud RIBEIRO. *ibidem* pp.37

⁸⁷ *Idem ibidem*. pp.38

Rica. Segundo ele, falta unidade ao poema que se divide entre relatar o descobrimento das minas e a pacificação da capitania. Considera ele, ainda, que o poema talvez tenha sua justificativa em realizar a apologia dos irmãos Condes de Bobadela⁸⁸.

A partir de todas estas considerações, afirma João Ribeiro que o destaque de Cláudio Manuel são suas *Obras* e que em matéria de sonetos nas literaturas latinas, os de Cláudio só encontram superiores em Petrarca e Camões.

No entanto, apesar de tantas críticas depreciativas, com o passar do tempo tem-se produzido trabalhos de autores que procuraram analisar o *Vila Rica* sob diferentes perspectivas e procuraram resgatar o valor desta obra.

Manuel Rodrigues Lapa deplorava em 1968 no seu artigo *Os versos anarquistas do Vila Rica*⁸⁹ o fato de inexistir uma edição crítica e completa das obras de Cláudio Manuel da Costa. Cita o trabalho de João Ribeiro, mas vê nele graves lacunas. A maior negligência, acusa Lapa, foi em relação ao *Vila Rica* :

“Já então se conheciam e estavam facilmente ao dispor de João Ribeiro os manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio, do Instituto Histórico e Geográfico e do Arquivo Público Mineiro, que podiam e deveriam ser consultados. Só assim se evitaria a série inumerável de erros e omissões que maculam o texto impresso. João Ribeiro teve a intuição de que havia versos maus, por ausência de ritmo, coisa incrível em Cláudio; mas deixou-os ficar por fidelidade às fontes e aos originais. As fontes deviam ser os manuscritos ; se os tivesse consultado, não produziria esse texto infeliz. Pelo que se me afigura ser da maior urgência literária e pedagógica elaborar uma edição crítica do *Vila Rica*, com o contributo de todos os manuscritos existentes, inclusive com o da Biblioteca de Santa Geneveva em Paris.⁹⁰”

Como se vê, Lapa atribui ao menos parte dos defeitos atribuídos ao *Vila Rica* a um mal cotejamento do texto entre os diversos manuscritos e a consequente precariedade das edições existentes até então.

Lapa faz este alerta para em seguida informar que na Biblioteca Nacional de Lisboa existe manuscrito, que pertenceu aos condes de Bobadela e Cavaleiros , onde constavam, no Canto V, 35 versos ainda inéditos. Estes versos são considerados por Lapa os “versos anarquistas” do *Vila Rica*. Neles lê-se o discurso de Antônio Francisco da Silva sobre a existência entre os revoltosos da maldade e o crime.

⁸⁸ RIBEIRO. op. cit. pp.39

⁸⁹ LAPA, Manuel Rodrigues. Os versos anarquistas do *Vila Rica*. *Suplemento literário do Minas Gerais*. Belo Horizonte, n. 86, abr. 1968

⁹⁰ Idem ibidem pp.2

A este respeito escreve Lapa:

“Ora, o que nos diz a História, alicerçada em documentos, é precisamente o contrário: eram os emboabas que representavam o princípio da ordem e do respeito a lei. Para isso tiveram de se insurgir, pois não suportavam por mais tempo uma oligarquia feudal de tiranos arvorados em senhores absolutos das minas.”⁹¹”

Destarte, Lapa não poderia deixar de chamar estes versos de anarquistas, pois criticam aquele que a seu ver era o partido da ordem e legitimidade. Ele especula sobre os motivos que teriam feito tais versos serem expurgados de outros manuscritos e se isto teria sido feito pelo próprio Cláudio Manuel da Costa ou por outrem “ao ler os desaforos absurdíssimos que o autor pusera na boca de Francisco”. Assim, em plena década de 60 do século passado, os versos de Cláudio Manuel ainda despertavam polêmica quando se tratava de discutir o sentido histórico dos fatos conhecidos como Guerra dos Emboabas.

Em artigo de 1976, Tarquinio de Oliveira cobrava de Manuel Rodrigues Lapa o que ele não chegou a realizar: uma edição crítica e completa das obras de Cláudio Manuel da Costa. Na falta desta edição não temos análise de maior fôlego do crítico português ao poema *Vila Rica*. Dele nos chegaram análises gerais sobre a obra do poeta mineiro e descrições biográficas. Se Oliveira não foi atendido em seu desejo de ver Lapa brindar a crítica literária com esta obra, seu artigo deixou-nos algumas observações à guisa de contribuição para a leitura do *Vila Rica*⁹².

“A poesia épica claudiana parece insossa pela absoluta falta de vocação extra-soneto do poeta. Falta-lhe visão objetiva do grandioso e a coragem verbal do heroísmo. Suma imagística, no concernente à erudição, tropeça nas falhas de memória e na confusa capinção de metáforas e metonímias. O defeito, porém não disfarça a personalidade que transparece espontânea, frequentemente por contraste. (...) Assim o poema *Vila Rica* era que o autor (sic) fornece abundante material autobiográfico, sobretudo válido se posto em paralelo com as informações galhofeiras de Gonzaga, o amigo irriverente e gozador.”

⁹¹ LAPA, Manuel Rodrigues. Os versos anarquistas do *Vila Rica*. *Suplemento literário do Minas Gerais*. Belo Horizonte, n. 86, abr. 1968. pp.02

⁹² OLIVEIRA, Tarquinio J. B. de. O livro que falta. *Suplemento literário do Minas Gerais* Belo Horizonte: Mar/ 1976.

Desta forma, temos em Tarquínio Oliveira o primeiro estudioso a recomendar especialmente o *Vila Rica* como sendo fonte privilegiada para a composição de uma biografia do poeta, ao que acrescentaríamos do seu pensamento. Como reflexo da personalidade do poeta, o *Vila Rica* conteria trechos em que Cláudio se queixaria da doença e de crises depressivas. Oliveira diz: “A idéia de suicídio aflora-lhe a mente pela primeira vez. Talvez o mais belo trecho do poema seja o soneto com que encerra o Sexto Canto de fundo igualmente depressivo.”⁹³

Recorramos aos versos citados para tentarmos vislumbrar o traço de personalidade descrito pelo crítico.

*“Jamais se viu uma alegria,
Nem estável jamais pôde algum dia
Sustentar-se a fortuna de um ditoso:
Espere sempre o inverno proceloso
Aquele por quem passa a primavera;
Amor que em brandas almas só pudera
Empregar toda força de seus tiros,
Fará que troque as glórias em suspiros
Aquele que em vão crera aos desenganos;
Ó vós, felices, vós, que os doces anos
Entregais à virtude, eu vos agouro
O sempre imarcescível, fresco, louro,
Que vos há de levar na longa idade
Muito além da cansada humanidade.”⁹⁴*

A beleza dos versos e seu conteúdo depressivo são inegáveis, porém nos parece que ver neles um indício da idéia de suicídio é projetar sobre o poeta de 1773 o destino que lhe provavelmente coube 16 anos mais tarde. Mais não se alonga Oliveira a respeito do *Vila Rica*, possivelmente porque esperava que Rodrigues Lapa realizasse esta e outras análises na obra que escreveria.

Bárbara Fadel, em seu trabalho *Cláudio Manuel da Costa e o Fundamento Histórico ao poema Vila Rica*, dedicou alentado estudo ao *Fundamento histórico* que precede o poema. Entretanto, devido à época de seu texto, ela ainda denunciava a falta de uma edição crítica que comparasse os diversos manuscritos existentes. A autora realizou esta comparação apenas no que diz respeito ao “Fundamento histórico” , justificando ser ele uma “peça historiográfica”⁹⁵. A autora estaria tentando captar as

⁹³ OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. O livro que falta. *Suplemento literário do Minas Gerais* Belo Horizonte: Mar/ 1976.

⁹⁴ COSTA In PROENÇA. Op. cit. PP.414

⁹⁵ FADEL, Bárbara. *Cláudio Manuel da Costa e o fundamento histórico ao poema Vila Rica*. Dissertação

idéias e a influencia de Cláudio Manuel da Costa na comunidade em que viveu, tentando interpretar a projeção do poema *Vila Rica* entre os historiadores dedicados ao estudo de Minas Gerais⁹⁶.

Fadel, em um capítulo biográfico, aponta a formação intelectual de Cláudio Manuel da Costa, de base jesuítica e anterior à reforma da Universidade de Coimbra. Ela considera que no prólogo do *Vila Rica* revela-se Cláudio Manuel da Costa um letrado plenamente identificado com a colonização portuguesa e com a classe dirigente. Ao contrário de outros estudiosos que lhe são posteriores, ela não vê uma identificação do poeta com os interesses e necessidades de sua pátria Minas. Segundo ela, “é esta uma constante entre os intelectuais brasileiros da colônia⁹⁷”. Segundo Fadel o poema *Vila Rica*, “que parece ser a última criação do poeta, demonstra a vontade de conhecer e expressar a realidade do ciclo do ouro⁹⁸”. No entanto, pouco faz a autora no sentido de interpretar o poema. Seu estudo basicamente limita-se às comparações entre as diversas versões do “fundamento histórico” e à tentativa de identificar um texto “confiável para futuras pesquisas⁹⁹”.

Na *Introdução ao poema Vila Rica*, Hélio Lopes realizou aquele que é até hoje o mais completo estudo sobre o poema.

Segundo Lopes, no decorrer da década de 1760 já era possível perceber a intenção de Cláudio Manuel da Costa em escrever um épico. A prova disto estaria no soneto C:

*“Musas, canoras Musas, este canto
Vós me inspirastes, vós meu tenro alento
Erguestes brandamente àquele assento,
Que tanto, ó Musas, prezo, adoro tanto.
Lágrimas tristes são, mágoas, e pranto,
Tudo o que contou o músico instrumento;
**Mas se o favor me dais, ao mundo atento
Em assunto maior farei espanto.**
Se em campos não pisados algum dia
Entra a Ninfa, o Pastor, a ovelha, o touro,
Efeitos são da vossa melodia;
Que muito, ó Musas, pois que em fausto agouro
Cresçam do pátrio rio à margem fria
A imarcescível hera, o verde louro.¹⁰⁰”*

de mestrado. UNESP, 1985. pp.9

⁹⁶ Idem Ibidem pp.4

⁹⁷ FADEL, Bárbara. *Cláudio Manuel da Costa e o fundamento histórico ao poema Vila Rica*. Dissertação de mestrado. UNESP, 1985. pp.. 102

⁹⁸ Idem Ibidem pp.102

⁹⁹ Idem Ibidem pp.105

¹⁰⁰ COSTA. *Soneto C*. In: PROENÇA FILHO. op. cit. pp.96. Os versos em negrito foram os citados por Lopes.

A data de composição do poema, situa-a Lopes entre 1763 e 1773, sendo esta última data, da finalização do poema, presente no manuscrito. A importância de se averiguar o ano exato da composição de *Vila Rica* seria identificar as possíveis influências que Cláudio Manuel teria recebido de outros épicos compostos no mesmo período. É o caso da obra *Caramuru*, de Santa Rita Durão. Lopes questiona a afirmação do crítico José Veríssimo de que Cláudio teria se inspirado nesta obra. Para tanto baseia-se nas datas de composição. O *Caramuru* somente foi levado ao prelo em 1781, enquanto o *Vila Rica* estava terminado em 1773. Outra suposta influência sobre o autor de *Vila Rica* seria o épico de Basílio da Gama, *Uraguai*. Neste caso Lopes reconhece que a data de composição do mesmo – 1769 - permitiria tal fato. No entanto aponta as grandes diferenças estilísticas existentes entre ambas as obras. Considera ainda que eventuais expressões semelhantes em Cláudio Manuel e Basílio da Gama se devem ao fato de serem expressões recorrentes em sua época.

Em sua análise do poema, Hélio Lopes afirma: “o Vila Rica é brasileiro não apenas pelo assunto. É brasileiro pelo sentimento e pela inspiração¹⁰¹”. Como ponto de partida de tal análise, portanto, Lopes coloca a idéia de brasilidade que em sentimento e em conceito inexistia no século XVIII. O autor incorre em grave anacronismo ao tentar transferir o sentimento de pátria que Cláudio Manuel expressa em relação a sua cidade natal e, por extensão máxima, a toda capitania das Minas em uma noção que somente viria a ser desenvolvida no decorrer do século XIX.

Cuidadosamente Hélio Lopes aponta em seu trabalho todas as discrepâncias existentes entre o poema e os fatos históricos. Malgrado a declaração de Cláudio Manuel, no prólogo, a respeito de seu compromisso com a verdade, as divergências são muitas. Também nisto Cláudio Manuel teria se inspirado na *Henriade* de Voltaire, na qual, embora fiel aos acontecimentos mais importantes, o autor francês não deixou de recorrer à sua imaginação. Em nota no canto I de sua obra assim se justifica Voltaire:

“Os que não aprovam ter o autor suposto esta viagem de Henrique IV a Inglaterra podem dizer que parece ser permitido misturar assim mentira com verdade numa história tão recente; os conhecedores da História da França devem estar chocados e os ignorantes devem ser levados ao erro; se as ficções têm o direito de entrar num poema épico é preciso as reconheça o leito facilmente como tais; e quando se personificam as paixões tal

¹⁰¹ LOPES, Hélio. op. cit. pp.44

qual a Política e a Discórdia indo de Roma a Paris, o Amor encadeando Henrique IV, etc. ninguém enganar-se-á com estas pinturas; mas ao se ver Henrique IV atravessando o mar para pedir socorro a uma princesa de sua religião, crer-se-á facilmente ter, de fato, realizado tal viagem. Em suma: o episódio deve ser visto menos como imaginação do poeta do que mentira histórica. Os que pensam o contrário poderão opor ao poeta permitido não só modificar a história nos lances secundários, mas ser impossível mesmo deixar de fazê-lo. Jamais houve no mundo acontecimento de tal forma disposto pelo acaso permitindo a composição de um poema épico sem modificá-lo em nada. Não é necessário ter maior escrúpulo no poema do que na tragédia, onde se leva longe a liberdade destas mudanças. Porque, se estivesse por demais preso à história, cair-se-ia no defeito de Lucano de redigir um jornal em verso em vez de um poema épico.¹⁰²”

Na falta de uma justificativa do próprio Cláudio Manuel para suas incongruências históricas, Lopes parece aceitar a fornecida por Voltaire. Lopes afirma:

“(...) Cláudio Manuel da Costa tece o seu painel da História mineira com a paciência e a ciência de hábil artesão. Desobedece a perspectiva do tempo e às distâncias do espaço não seguindo qualquer doutrina de ordem histórica, mas obedecendo a necessidade da ordem poética¹⁰³”

Cláudio Manuel mistura história e mito em diversos episódios. No caso do várias vezes lembrado D. Rodrigo de Castel Branco, Cláudio aproxima a sua distante morte aos acontecimentos vividos por Albuquerque. A verdade é que D. Rodrigo havia morrido havia trinta anos. Lopes considera que a recorrente aparição do fantasma de D. Rodrigo se deve à sua trágica morte, lembrando que a morte de um emissário real era como se fosse a morte do próprio rei. Sendo a intenção de Cláudio exaltar a implantação da ordem política em Minas Gerais. O crime de lesa majestade cometido contra a pessoa de D. Rodrigo contrasta com este objetivo, ou seja, Cláudio condena a morte de D. Rodrigo.

Outro importante anacronismo do texto de Cláudio ocorre quando ele incorpora à comitiva de Albuquerque o Padre João de Faria Fialho. O Padre Fialho veio a Minas como capelão das tropas taubateanas em 1698. Deixou a terra mineira entre 1700 e 1701, durante o período da grande fome que grassou na região de Ouro Preto. O Padre Fialho dirigiu-se a Guaratinguetá, onde faleceu poucos anos mais tarde. Portanto, o Padre Fialho e Antônio de Albuquerque jamais se conheceram. A presença de uma

102 VOLTAIRE apud LOPES, Hélio. op. cit. pp.20-21

103 LOPES, Hélio. op. cit. pp.72

religioso na comitiva do governador atendia aos requisitos esperados na época. Entretanto, diz Lopes, Cláudio poderia ter utilizado a figura do frei Apolinário da Conceição que de fato acompanhou Antônio de Albuquerque. A troca seria justificada por ter sido o Padre Fialho alguém diretamente ligado à descoberta do ouro. Como sacerdote é ao Padre Fialho que caberia a missão de casar os índios Aurora e Argasso, que a benemerência de Garcia, ao abrir mão do amor da índia, havia unido. É de Fialho a narração da tragédia da morte de Aurora e Argasso. O poema também concede ao Padre Fialho a missão de confirmar o caminho que conduzirá ao Itacolomi. Após esta descoberta, Lopes nos lembra que o Padre Fialho desaparece de cena. A sua missão estava cumprida.

A presença de José de Camargo Pimentel no poema é mais um anacronismo de Cláudio Manuel da Costa. Lopes informa que Pimentel foi nomeado alcaide-mor pelo governador Sebastião de Castro e Caldas (1695-1697). Foi demitido por Artur de Sá e Meneses (1697-1702) devido a acusações de corrupção de abuso de poder. Pimentel retornou à sua terra natal, Cotia (SP), até que Artur de Sá e Meneses reconheceu estar enganado e o reabilitou. Pimentel retornou a Minas onde faleceu em 1706. Sua presença no poema se justificaria, segundo Lopes, como símbolo dos desbravadores do sertão. Sua participação no poema é pequena, Cláudio Manuel o coloca como descobridor da aldeia dos tapuias e o faz dispersar os índios.

Bartolomeu Bueno da Silva é outro personagem que não conheceu Antônio de Albuquerque. Lopes o considera um dos maiores sertanistas do século XVIII. Isto por si justifica a escolha de Cláudio por transformá-lo em personagem do seu épico. Bueno aparece como o homem conhecedor da geografia mineira, o que o faz participar da discussão sobre a localização da Serra de Ouro Preto.

Completando o painel dos heróicos desbravadores das Minas, Cláudio Manuel da Costa utiliza-se da figura de Manel de Borba Gato. O personagem surge no final do canto II: Após sua chegada é narrada a morte de D. Rodrigo. O encontro de Borba Gato com Antônio de Albuquerque descrito no poema não passa de ficção. No entanto, chegaram a se conhecer, pois Borba compareceu a uma junta reunida pelo governador em 10 de novembro de 1710, em Ribeirão do Carmo. O objetivo de incluir Borba Gato no poema, conclui Lopes, é esclarecer a morte de D. Rodrigo e demonstrar a submissão de Borba à autoridade do governador Antônio de Albuquerque.

Entre os rebeldes, destaca-se a figura de Frei Francisco de Meneses, além de Manuel Nunes Viana. Este religioso desempenhara papel relevante na defesa emboaba,

no entanto não estava em Minas no ano de 1711. Isto não impediu Cláudio Manuel de atribuir a ele o violento discurso em que incentiva os emboabas a resistirem ao enviado real, revestindo-o com as figuras do Interesse, da Hipocrisia e da Guerra. Ao final, porém, acaba por jurar fidelidade ao governador.

Quanto a Manuel Nunes Viana, Cláudio Manuel o retrata submetendo-se a Antônio de Albuquerque. O governador ordena a Viana e Frei Francisco que sigam para o exílio.

Lopes observa que Cláudio Manuel da Costa levou para o ano de 1711 as lutas travadas dois anos antes. O seu objetivo seria tão somente engrandecer a figura do herói Antônio de Albuquerque.

“(...) A atualização do passado foi necessária para glorificar o herói. Mas a concentração de virtudes em Albuquerque engrandece não tanto a pessoa dele como contribui para criar o paradigma do bom governador.¹⁰⁴”

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1655-1725), lembra-nos Lopes, não pertencia, à época de Cláudio Manuel da Costa, a um passado muito distante, que transformasse seus feitos em lendas, nem era tão contemporâneo para que lhe faltassem as glórias que somente o tempo confere. Militar experiente, foi enviado pelo Rei às Minas para apaziguar paulistas e emboabas. Escolhido pelo poeta como herói do épico, Antônio de Albuquerque, diz Lopes, é um “ser comum, homem prático, está de pés fincados no solo. Distingue-o dos demais a missão de que chegou revestido. Não a recebeu de um deus. Ele age, obedece, à vontade do Rei ¹⁰⁵”.

Para Lopes, Albuquerque chegou trazendo a doutrina do despotismo esclarecido, pois “a figura plenipotenciária e paternalista do Rei cruza todo o poema”, jogando para o passado, para D. João V, “o rei ilustrado que foi D. José I¹⁰⁶”. Neste momento Lopes demonstra desconhecer as longas tradições políticas portuguesas pelas quais o Rei deveria sempre atuar no sentido de garantir o bem estar e a segurança de seus súditos. Isto independia de qualquer pensamento político Iluminista que possa ter sido levado para Portugal no reinado de D. José I¹⁰⁷.

Garcia Rodrigues Pais, outro importante personagem do épico, nasceu, diz Lopes, por volta de 1655. Teria pois, 56 anos à época em que se passa o poema. Não

104 LOPES, Hélio. op. cit. pp.71

105 Idem Ibidem. pp.73

106 Idem Ibidem . pp.74

107 No capítulo 4 deste trabalho é discutida a filiação ideológica que se pode atribuir às ações de Antônio de Albuquerque no poema.

poderia ser, adverte o comentador, o jovem apaixonado retratado por Cláudio Manuel da Costa. Aliás, mais uma vez se trata de uma licença poética de Cláudio, a presença de Garcia em sua obra. Em 1710 ele havia partido para Portugal e na volta permaneceu em sua fazenda. Portanto não estava na comitiva de Antônio de Albuquerque.

O motivo da presença de Garcia no poema, Lopes considera-o óbvio. Trata-se de um filho do governador das esmeraldas, filho da terra. Através dele está representada toda a estirpe dos desbravadores e caçadores do ouro. Não é à toa que é a ele que o Itamonte revela os tesouros do território. Enquanto Antônio de Albuquerque consegue a submissão dos rebeldes é a Garcia que a terra se revela. São os elementos da terra, Garcia e Borba Gato, que conduzem o estrangeiro Albuquerque.

(...) Até nisso Cláudio Manuel revelou-se o carinhoso filho da terra, quando a entrega, no poema, em primeiro lugar, a quem representa o Amor [Garcia] e, só depois, ao que carrega as Armas [Albuquerque]¹⁰⁸,

Em relação à fundação de Vila Rica, Lopes lhe aponta o anacronismo de se referir ao fato como sendo a fundação da capital das Minas (8 de julho 1711). Porém é preciso lembrar que Vila Rica somente foi alçada a tal posição quando da divisão das capitanias de Minas e São Paulo e D. Lourenço de Almeida tomou posse no governo em 18 de agosto de 1721.

A respeito da influência de outros autores na obra de Cláudio Manuel, dedica Hélio Lopes todo o capítulo 6. Segundo ele, Cláudio abandonou o maravilhoso pagão porém não ao ponto de evitar citá-lo em imagens periféricas. O poeta traria a lembrança dos heróis da era mítica para confrontá-los com a realidade, fazendo com que esta sempre se sobreponha ao mito. São lembradas por Lopes, entre outras, referências a Voltaire, Lucano, Camões, Virgílio, Milton, etc.

Hernâni Cidade, que em passagem comentando o século XVI, poderia perfeitamente referir-se também ao XVIII.

“Era à luz da cultura clássica que tudo se esclarecia e embelezava, que os valores se aferiam e incitavam, que o pensamento ganhava dignidade, a imaginação assumia valor, as letras e as artes esplendiam de claridade imprevista, a própria vida readquiria o natural sabor, perdido havia muito.”¹⁰⁹

¹⁰⁸ LOPES, Hélio. op. cit. pp.87

¹⁰⁹ CIDADE apud LOPES, Hélio. op. cit. pp.160

Hélio Lopes não ignora as críticas recebidas pelo poema em razão de sua suposta baixa qualidade literária. Reconhece que a obra não é de fácil leitura. Atribui a isto uma possível falta de tempo do poeta para trabalhar o seu texto, concordando assim com Sergio Buarque de Holanda de que tratar-se-ia de um rascunho.

Aponta o problema da construção literária do poema, que desnorтеia o leitor. Para tentar explicá-la recorre à idéia de labirinto. Usa a definição explicativa de Marcel de Brion:

“O labirinto é, primordialmente, um entrecruzar-se de caminhos. Alguns, sem continuação, se constituem verdadeiros becos sem saída. Trata-se de por eles descobrir o que leva ao centro desta desconcertante teia de aranha. Aliás, a comparação com a teia de aranha não é perfeita, porque a teia é simétrica e regular, enquanto é da essência do labirinto circunscrever, no menor espaço possível, a mais complexa confusão de veredas e retardar assim a chegada do viajante ao centro que deseja alcançar.¹¹⁰”

Seguindo essa linha interpretativa, Lopes observa que, ao início do poema, Antônio de Albuquerque está às portas de um labirinto. Este seria um rio cujas margens representariam o limite entre o conhecido e o desconhecido. O empecilho que surge é o fantasma de D. Rodrigo de Castel Branco. Alcançar o outro lado da margem pode significar a morte ou a posse do segredo das Minas guardado pelo Itamonte. Os rebeldes e a natureza constituem-se em outros obstáculos para se chegar ao centro do labirinto. O ponto central que Albuquerque deve atingir é o cume do Itamonte.

Como em todo labirinto a entrada é conhecida, mas uma vez lá dentro ignora-se a saída. Diante do poder da natureza, o homem torna-se insignificante. Esta é a situação que enfrenta Albuquerque. Ao concluir sua missão, chegado ao centro do labirinto, o governador implanta a ordem e a submissão à vontade real.

“O *Vila Rica* é o poema do triunfo da Ordem sobre o Tumulto das ambições, da Razão do Estado sobre o Direito Individual. A natureza procurou defender-se com forças nascidas de seu ventre. Mas o Gigante submeteu-se ao desbravador e o Gênio da Terra ao Poder. Foi ao menos um momento de Esperança e Paz¹¹¹”

¹¹⁰ BRION, Marcel de apud LOPES, Hélio. Op. cit. PP.173

¹¹¹ LOPES, Hélio. Op. cit. PP.184-185.

Eliana Scotti Muzzi, em seu texto de abertura à nova edição do *Vila Rica*, *Epopéia e História*, vê no poeta um homem na “encruzilhada entre o Novo e o velho Mundo¹¹²”.

“[O que o poeta buscava era] elaborar um complexo sistema em que se busca articular a forte tradição seiscentista de cunho barroco, e seus últimos clarões, com o novo horizonte filosófico e político que se esboça na Europa e os primeiros balbucios de uma cultura emergente no áspero *melting pot* das Minas. Não se pode ainda, é verdade, falar de uma consciência nacional brasileira, que é uma construção pós-iluminista, mas já se pode detectar no pré-iluminista Cláudio Manuel da Costa, a consciência de uma identidade cultural que não mais se confunde com a lusitana, e que se afirma gradativamente, buscando formas para sua expressão.¹¹³”

A obra *Vila Rica* possuiria, mais do que o conjunto produzido pelo poeta, uma “dimensão iluminista”.

“Como ele [Voltaire], Cláudio tenta adaptar os gêneros clássicos canônicos ao terreno ainda não delimitado de um novo recorte ideológico do mundo. Mirando-se no exemplo privilegiado da *Henriade*, o poeta experimenta no *Vila Rica* os mesmos problemas e soluções encontrados por Voltaire, da dificuldade de implementação do esquema retórico épico à construção de um discurso claro e coerente, tendo por pressuposto básico a veracidade dos fatos atestada por documentação exaustiva e fidedigna. Como o *Henriade*, o *Vila Rica* resente-se de um artificialismo e de uma falta de vitalidade resultantes da eliminação das tensões subjacentes à epopéia clássica e, conseqüentemente, de uma edulcoração do gênero – indícios claros de que o poema épico já não é capaz de se adequar ao novo quadro de referências que se institui no século XVIII.¹¹⁴”

Impossibilitado de utilizar-se do próprio poema para executar sua ambição de “fazer história”, Cláudio Manuel da Costa criou o espaço intertextual, formado pelas notas e pelo Fundamento histórico. Assim como o próprio poeta admite, o seu épico cai para segundo plano. A sua afirmação de que “Toda esta ficção não serve mais que de ornamento e tudo que se deduz da história é insignificante¹¹⁵” parece comprovar este ponto de vista de Muzzi. No Fundamento histórico, Muzzi afirma que Cláudio Manuel busca os “pressupostos teórico-metodológico do discurso científico: rigor,

¹¹² MUZZI, Eliana S. *Epopéia e história*. In: PROENÇA FILHO. op. cit. p. 349

¹¹³ MUZZI, Eliana S. *Epopéia e história*. In: PROENÇA FILHO. op. cit. 349

¹¹⁴ Idem *ibidem* p. 350.

¹¹⁵ COSTA In PROENÇA FILHO. op. cit. pp.1083. nota 20

imparcialidade, objetividade, citação de fontes históricas¹¹⁶”. A esta observação poderíamos acrescentar: Cláudio Manuel busca se adequar à idéia de história no século XVIII, inclusive àquela propagada por Voltaire. Muzzi conclui destacando que a ambiguidade – poesia versus história – perpassa todo o poema.

Sergio Alcides , na obra *Estes penhascos*, embora não tenha se dedicado ao estudo particular do poema *Vila Rica* faz uma série de considerações a seu respeito¹¹⁷. Para este autor, o poema pode dar a impressão de que o poeta era inteiramente comprometido com a ação colonizadora lusitana, visto que louva o estabelecimento do poder do Estado nas Minas do Ouro. Alcides considera que haveria uma negociação entre Albuquerque e os revoltosos e o seu elogio seria para este fato. No entanto tal hipótese não se confirma quando recorremos ao próprio poema. Assim no Canto VII, Albuquerque promete recorrer primeiro à brandura, mas prosseguindo a rebeldia usará de violência.

*Estamos, disse, em uns países novos,
Onde a polícia não tem inda entrado;
Pode o rigor deixar desconcertado
O bom prelúdio desta grande empresa
Convém que antes dos meios da aspereza
Se tente todo o esforço da brandura.
Não é destro cultor o que procura
Decepar aquela árvore que pode
Sanar, cortando um ramo, se lhe acode
Com sábia mão a reparar o dano.
Pode se erradicar do Soberano
O conceito que pede a autoridade,
Necessária se faz uma igualdade
Da razão e discurso quem duvida
Que de um cego furor corre impelida
A fanática idéia desta gente?
Que a todos falta um Condutor prudente
Que os dirija ao acerto?
Quem ignora que um monstruoso corpo se devora
A si mesmo, e converte em seu estrago
O que pensa e medita? Ao brando afago
Talvez venha a ceder; e quando abuse
Da brandura, e obstinado se recuse
A render a meu Rei toda a obediência,
Então porei em prática a violência;
Farei que as armas e o valor contestem
O bárbaro atentado; e que detestem
A preção de seu sangue a torpe idéia.¹¹⁸”*

¹¹⁶ MUZZI. In: PROENÇA. op. cit. pp.353

¹¹⁷ ALCIDES . op. cit. pp.48

¹¹⁸ COSTA In PROENÇA FILHO. op. cit. pp.420

O trecho mais demonstra a imposição do poder real de que, como sugere à primeira vista, qualquer tentativa de negociação.

Antônio de Albuquerque não seria mais que o herói de fachada, visto que o poema visaria louvar os desbravadores paulistas. Para Alcides o olhar de Cláudio Manuel sobre os atos de Antônio de Albuquerque, como a criação de vilas e a implantação da ordem, é o olhar do colono em oposição ao do colonizador.

“nessa epopéia é como se os verdadeiros atos heróicos já tivessem acontecido, antes de iniciar-se a narrativa: os grandes heróis, aí, são os paulistas, antepassados de Cláudio Manuel pelo lado materno, que primeiro ‘entraram estes sertões, só pisados das feras e do bárbaro gentio’¹¹⁹”.

Em mais recente estudo “O lugar não comum e a república das letras” (2008)¹²⁰, Alcides destaca o tema da civilidade na poesia de Cláudio Manuel, que seria “um dos mais obsessivamente elaborados, seja nas *Obras*, de 1768, no drama e nos números encomiásticos do *Parnaso Obsequioso*, do mesmo ano e ao *Vila Rica*, concluído em 1773¹²¹.”

No *Vila Rica*, Alcides afirma a respeito dos rebeldes emboabas:

“Em suma, todo o mal representado pelos rebeldes – ‘A traição, a vingança, o roubo, o insulto’ – fica nessa passagem (tal como ela se associa à nota do autor) ligado ao republicanismo e à hipótese de autogoverno ou de emancipação frente à metrópole. Contra ambas as coisas se mostram os verdadeiros heróis da épica de Cláudio Manuel que são os paulistas, os quais dão apoio à ação repressiva de Albuquerque, o governador português. Mas, antes de simplificarmos essa relação, acusando o futuro ‘inconfidente’ de subserviência aos interesses metropolitanos, é necessário frisar bem algo crucial: todo o poema, ou seja, toda a visão que ele exprime acerca da fundação das vilas mineiras e da civilidade das Minas Gerais, dispõe-se a partir de uma ótica específica, que não é a do colonizador, e sim a do colono. Mesmo no plano do maravilhoso, a entidade benfazeja que favorece os intuitos heróicos de Albuquerque e dos paulistas é expressamente autóctone: ‘O Gênio que guarda as Pátrias Minas’. Por fim, na resolução do entrecho, a redução do território à soberania do rei de Portugal aparece no Canto X como indissociável do estabelecimento de leis, por um lado, e da corporificação delas

¹¹⁹ ALCIDES. Op. cit. PP.229

¹²⁰ ALCIDES, Sérgio. O lugar não comum e a república das letras. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLIV, n 2, Belo Horizonte: 2008. pp.36-49

¹²¹ Idem ibidem pp39

num instituto legislativo representante de um poder local¹²², [o senado da câmara].

O herói Antônio de Albuquerque visita o local “trajando as galas da maior decência”, diz o poeta. Prevê-se o futuro promissor das Minas. “A reivindicação de fertilidade, depois da conversão civil, contrasta com a esterilidade anterior dos penhascos¹²³.”

“Nota-se uma interessante transformação no estatuto da paisagem, considerando-se que Itamonte personifica o Pico do Itacolomi, que em uma de suas fraldas acolhe os arraiais mineradores. Na afirmação civil e letrada de um prestígio próprio para as Minas, a própria natureza – até então hostil e análoga à ‘fereza’ do homem selvagem – torna-se aquiescente com a nova ordem¹²⁴.”

Alcides toca na condição colonial e a considera fonte de uma contradição no conjunto da obra de Cláudio Manuel da Costa. Ele afirma:

“Sobretudo para o letrado setecentista, a finalidade da ordem civil deve ser a utilidade pública; só em função desta é que pode lhe parecer justo que ela almeje também, como condição prévia, enriquecer o erário régio.¹²⁵”

Assim Sérgio Alcides chega a um ponto crucial. Seria esta perspectiva de Cláudio Manuel um dos motivos pelos quais o poema permaneceu inédito até o século XIX. Além disto , tal perspectiva permitiria que atribuíssemos um outro significado para a palavra “república” nos escritos de Cláudio Manuel.

Em discurso proferido diante do Conde de Valadares, Cláudio Manuel refere-se à Arcádia Romana em sentido positivo e tenta transportar para a sua Vila Rica o modelo desta instituição. Esta ambição se revelaria impossível de ser realizada pois continha em si a presunção de uma “república das letras” autônoma diante do poder político.

Em relação à composição do *Vila Rica*, Alcides supõe que a obra, particularmente seu “Fundamento histórico”, esteja ligada à Academia dos Renascidos da Bahia, de efêmera duração. Cláudio Manuel da Costa teria recebido a incumbência de elaborar um retrato sobre o povoamento e descoberta das Minas do Ouro.

Finalizando, Alcides afirma a posição dual de Cláudio Manuel da Costa:

¹²² Idem ibidem. pp.43

¹²³ ALCIDES, Sérgio. O lugar não comum e a república das letras. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLIV, n 2, Belo Horizonte: 2008. pp..44

¹²⁴ Idem ibidem . pp.44

¹²⁵ Idem Ibidem pp.45

“(...) Oscilando entre a vassalagem a um monarca e a 'cidadania' imaginária de uma 'coisa pública' existente só nas letras, o letrado moderno traz o exílio em si – e mais ainda nele se aprofunda quanto mais à margem da cultura letrada se situa, ou pelo berço ou pelo destino de servidor dos desígnios reais.”

Jayro Luna em seu texto *O Vila Rica de Cláudio Manuel da Costa: o labirinto e a trama*, destaca que o poema traz em si um diálogo entre uma cultura colonial ainda que embrionária e em busca de afirmação e identidade, com os ditames culturais da metrópole, de natureza “clássica e secular.” O autor sai em defesa de Cláudio Manuel da Costa afirmando que críticas como as de José Veríssimo e João Ribeiro (já citadas) estavam mais preocupadas em buscar defeitos e que, portanto, não souberam identificar as qualidades do poema. Desta forma, impossibilitam a compreensão da obra que, talvez, possua características que vão além de seu tempo de composição. Luna considera que a estrutura de narração de Cláudio Manuel da Costa lembra as estruturas de alguns romances atuais. Para tanto referenda a idéia de labirinto sugerida por Hélio Lopes, que seria responsável pelo hermetismo do poema¹²⁶.

Segundo Luna as criações mitológicas de Cláudio Manuel conteriam algo de brilhante e que teria passado despercebido à crítica. O autor reconhece que, de fato, seus mitos são uma transferência dos modelos clássicos para a pátria Minas, o que poderia ser lido como uma submissão aos valores da cultura européia e pior ainda, ao domínio metropolitano.

No entanto Luna destaca que o poema também pode ser lido com outro olhar: o de busca de um lugar para nossa literatura no interior da tradição épica. Isto foi possível devido à criação de uma mitologia própria, “com um enredo original e de caráter moderno, associado à figura de um herói que não se destaca pelo poder bélico, mas por sua capacidade administrativa¹²⁷”. A inserção de uma mitologia nativa no arcabouço greco-romano seria uma tentativa de adaptar ao gosto do leitor europeu uma obra sobre os longínquos sertões da pátria. O nativismo em Cláudio Manuel também é notado por Luna na maneira que ele usa os pronomes pessoais, "meus" e "seu" opondo os bandeirantes paulistas a Vasco da Gama.

“Se por um lado seus mitos são uma transposição do ideal clássico sobre a terra bárbara, o que permite acusá-lo de submissão cultural aos modelos da metrópole, ao colonizador,

¹²⁶ LUNA. op. cit.

¹²⁷ Idem Ibidem . pp.7

por outro também representam uma tentativa de colocação de nossa literatura dentro do panorama da tradição épica através da criação de mitologia própria, mas aparentada com a grega e com um enredo original e de caráter moderno, associado à figura de um herói que não se destaca pelo poder bélico, mas por sua capacidade administrativa. Ora, para a época, só com essa hibridez mitológica poderia o autor aproximar do gosto árcade do leitor europeu seu poema com sabor de "esprimido licor nos fundos cobres" (Canto X), enobrecendo a terra brasileira com uma relação fraternal e cosmopolita com a mitologia greco-romana. Não foi Lisboa fundada por Ulisses, nem é Adamastor um gigante de origem helênica? Sendo nossas terras colonizadas e dominadas por Portugal seria justo que sua mitologia fosse híbrida, fruto da associação dos povos que formaram nosso povo. As figuras mitológicas de Cláudio são personagens da selva, de estirpe nobre e que auxiliam, de um modo ou de outro, o herói na sua tarefa, tendo este como principal obstáculo não o Itamonte, mas sim a desunião entre seus compatriotas.¹²⁸

Para Luna, a estrutura "labiríntica" do poema seria fruto do uso dos mitos criados por Cláudio. De maneira proposital ou não, o autor considera que Cláudio Manuel criou uma obra com características que transgridem o modelo épico. Busca a comprovação disto citando o Canto VI:

*"Terifea a ocasião julga oportuna,
Põe os olhos no Céu, alta coluna
Levanta, e firma em terra; já sobre ela se ergue
e murmura e nota cada estrela
Com o dedo, depois desce e riscando
Muitas vezes em roda, vai tocando
A coluna, que treme e que se move:
Tolda-se em sombra o ar, troveja e chove:
E o tronco de entre a nuvem que o cobrira,
Sai figurando um tigre, que respira
Fogo e veneno pelos olhos; passa
Com ele ao monte, e o guia onde a caça
Se tenta e busca; aqui dormia Aurora;
Dormia; e junto aos pés branda e sonora
Fontesinha o repouso convidava;
O peito em grande parte debruçava
Sobre uma penha, e ao gesto brando e lindo
De encosto o mole braço está servindo,
Chega a Maga cruel, põe-lhe diante
A fera, que conduz, e ao mesmo instante
Se oculta em parte, onde o sucesso veja:
O cuidado de a ver, ou fosse a inveja
Aquele sítio encaminhava os passos
Do destemido Argasso; entre embaraços
De mal distintos ramos já descobre*

¹²⁸ LUNA. op. cit. pp.7

*O mosqueado tigre, ao braço nobre
O crê despojo, e de matá-lo espera,
Firme o pé desde longe aponta a fera,
E atrás puxando o braço a seta envia,
Que vai cravar no monstro a ponta fria.
Corre gritando, ó César, e vê passado
De Aurora o peito; em vão busca assombrado
O tigre, que não há: já desfalece
A pouco e pouco a bela: a mágoa cresce
No mísero homicida, clama e grita,
Atroa aos Céus, e contra os Céus se irrita,
Nem mais a vida, que estimara, preza;
Arroja o arco, e à infeliz beleza
Consagra de seu corpo o último resto."*

Assim Luna conclui:

“Nesse momento bem vemos como os segredos mágicos da terra são tais que apresentam mal fado até aos nativos, desde que imprudentes. Argasso fora enganado pelo sentido da visão. Tal engano de Argasso ocorre devido à magia da feiticeira Terifea, que assim procede atendendo ao pedido da também pretendente ao amor de Argasso, Eulinda, que oferece à feiticeira duas crianças para que a bruxa faça com estas um ritual de antropofagia que lhe apraz. Esse motivo parece ser de uma lenda indígena que, como aponta Hélio Lopes inclusive, aparece em Macunaíma, de Mário de Andrade [6]. Nesse episódio vemos como a matéria mítica do poema fornece elementos que definem a estrutura do poema. E de tal modo há no enredo um conjunto de mitos criados pelo poeta ou de mitos retirados do fabulário nativo, que o poema parece mais uma épica em forma de rapsódia do que o poema que apenas canta a fundação de uma cidade. Propositadamente ou circunstancialmente, não vem muito ao caso, o poema de Cláudio apresenta algumas características que transgridem o modelo.¹²⁹”

Nilze Paganini em seu trabalho *Mimese, história e ficção no Vila Rica* procurou realizar um estudo que, além da concepção poética da obra, se dedicasse também às suas relações com seu tempo e lugar. A autora se dedica a desvendar qual seria o conceito de mimese à época de Cláudio Manuel e a forma como o poeta dele se apropriou. Ela afirma:

“Os chamados árcades mineiros criaram condições para a veiculação de informações consideradas avançadas no campo social, e, ao mesmo tempo, adotaram um modelo de fazer prática que prescrevia regras clássicas, oriundas de uma

¹²⁹ LUNA. op. cit. pp.11

tradição européia ocidental. Intrigava-me o fato de, frequentemente, me deparar com avaliações negativas, explícitas ou implícitas, à questão da imitação na poesia dos árcades e ao mesmo tempo, com o reconhecimento de sua grande contribuição à literatura brasileira. Acontece que o ‘novo’, naquela época, era reler os grandes modelos e fazer, de modo particular, tão bem quanto eles. Era, de fato, a busca de uma qualidade que já tinha sido testada através dos séculos.¹³⁰”

Paganini identifica concepções iluministas nas obras dos poetas luso-brasileiros do setecentos entre os quais Manuel Inácio da Silva Alvarenga e o próprio Cláudio Manuel da Costa .

*“Do trono régio, augusto, benigno um astro
brilha
Entre esperança, amor, respeito e maravilha;
E à clara luz, que nasce do cetro e da coroa,
Grande se mostra ao mundo, nova, imortal
Lisboa:
Se ela o terror levou nas voadoras faias
Por incógnitos mares a nunca vistas praias,
Se entre nuvens de setas ao meio das alfanges
Foi arrancar as palmas, que ainda chora o
Ganges,
Da paz no amável seio, à sombra dos seus
louros
Hoje aplaina os caminhos dos séculos
vindouros:
A glória da nação se eleva, e se assegura
Nas letras, no comércio, nas armas, na cultura.
Nascem as artes belas, e o raio da verdade
Derrama sobre nós a sua claridade
Vai tudo a florescer, e porque o povo estude
Renasce nos teatros a escola da virtude¹³¹”*

Nestes versos de Alvarenga a autora vê concepções iluministas indicadas por metáforas que se referem à claridade e à luz. Tal leitura não é impossível de ser feita, mas certamente não é a única interpretação provável dos versos em que os poetas setecentistas louvam a idéia de progresso e do bom governo¹³². Também não há nele nenhuma manifestação de virtudes ilustradas como defendem Nilze Paganini e Hélio Lopes. Em Paganini temos a afirmação de que:

“As divergências e disputas são geralmente, resolvidas por meio de conversas e, no final do poema, os rebeldes se rendem à autoridade do governador, representante do rei de Portugal, e obtêm o perdão. Seria a instauração do chamado despotismo

¹³⁰ PAGANINI. Op. cit. PP.12

¹³¹ ALVARENGA apud PAGANINI Op. cit. p. 60-61

¹³² A alternativa a esta interpretação de Paganini será discutida no quarto capítulo deste trabalho.

esclarecido nas Minas Gerais, baseado em princípios do Iluminismo¹³³”

A autora buscou fundamentar-se no texto de Hélio Lopes que afirma:

“Através de todo o poema vai-se manifestando o caráter desse herói, 'claro herói', como o chama Cláudio Manuel da Costa, Dentro da concepção do século XVIII, o poeta o faz um herói ilustrado, inimigo da guerra, das violências, mais propenso à liberalidade no perdão do que ao rigor no castigo. Exige obediência pronta e sabe ser condescendente¹³⁴”

Tais interpretações não encontram fundamento quando analisadas à luz do conjunto da obra de Cláudio Manuel da Costa e de suas ações como inconfidente. As virtudes citadas em Antônio de Albuquerque são tão somente virtudes naturalmente esperadas dos soberanos e de seus prepostos, como a misericórdia e o perdão.

Discutindo os estreitos vínculos entre poesia e política, Paganini afirma que nas obras dos letrados brasileiros do setecentos encontram-se elementos “decisivos na construção da identidade nacional¹³⁵”. Cita como exemplo os acontecimentos ligados à Inconfidência Mineira. Em grave anacronismo incorreu a autora, pois não há na Inconfidência de 1789 quaisquer elementos que permitam relacioná-la à idéia de nacionalidade.

Heloisa Starling, no seu estudo *República dos antigos, república dos modernos* dedicado a análise de um possível republicanismo nas Minas do século XVIII, utiliza, entre outras fontes, o poema *Vila Rica*. Para Starling, Cláudio Manuel da Costa “retomou de maneira exemplar na literatura brasileira, um tema particularmente importante no processo de constituição das matrizes da tradição republicana, presente tanto em sua versão clássica quanto a partir de suas versões renascentista e moderna: o tema da fundação.¹³⁶”

A autora considera que em seu épico, Cláudio Manuel aborda a fundação da cidade associada à criação de formas de vida em comum. Ela firma que o poema contém um forte senso de história, embora não se remeta a Voltaire como o inspirador deste senso na obra de Cláudio Manuel. Na verdade, Starling parece ignorar esta influência,

¹³³ PAGANINI. Op.Cit. PP.62

¹³⁴ LOPES, Hélio. *A formação política de Minas no poema Vila Rica*. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: UFMG, Janeiro de 1986. pp.145

¹³⁵ PAGANINI Op. cit. pp.62

¹³⁶ STARLING. Visionários: A imaginação republicana nas Minas setecentistas. In: *Revista USP: Brasil República*. São Paulo. 2003. pp.54

pois, além de não citá-la, diz apenas que “por algum motivo” o poeta dedicou-se à elaboração do extenso conjunto de notas e do Fundamento Histórico que acompanham o poema¹³⁷.

Starling analisa o Fundamento Histórico de forma procedente quando vê nele “um esforço de descrição das possibilidades naturais, econômicas e, principalmente, das possibilidades de intervenção da ação humana no território mineiro.¹³⁸” Isto é coerente com um sentimento nativista existente na obra e com a concepção de que por trás da louvação ao domínio metropolitano existe a visão do colono que escreve para louvar a sua pátria. No entanto a autora vai mais longe, quando enxerga uma suposta preocupação do poeta em “apontar a ação voluntária dos homens como fator fundamental para considerar a construção da identidade de uma comunidade.¹³⁹”

Em seu texto, a autora descreve, na linha de Sérgio Buarque de Holanda, as muitas influências literárias sofridas por Cláudio Manuel. São citados Petrarca e Sannazaro e lembrados os clássicos greco-latinos. A influência literária faz Starling supor uma influência do pensamento político petrarquista no poema de Cláudio Manuel da Costa. Ao escrever sobre as origens da capitania e a fundação de *Vila Rica* o poeta mineiro estaria escrevendo sobre um tema caro à tradição republicana, tanto greco-latina, quanto à renascentista e moderna. O poema seria uma preocupação de Cláudio Manuel em descrever uma visão da vida política baseada na ética da vida ativa como fator para a construção da identidade republicana de uma comunidade. De Petrarca, Cláudio Manuel teria herdado a idéia de uma pátria terrena, em oposição ao ideal medieval de uma pátria celeste. A partir desta concepção, a vida em comum dos homens na cidade passa a ter uma vinculação com a política. Nas palavras de Starling:

“Difícilmente teria escapado a formação intelectual de um autor que tem antecedentes na raiz petrarquista, o lugar conturbado preenchido por sua obra na promoção da passagem de uma concepção da vida humana na qual a contemplação ocupa um lugar central para uma concepção da vida centrada na cidade e nos valores do mundo público.¹⁴⁰”

Starling vê a dubiedade existente no poema *Vila Rica*, escrito por um autor que se considerava português e americano e que louva as autoridades portuguesas enquanto

¹³⁷ Idem ibidem pp.56

¹³⁸ STARLING. Visionários: A imaginação republicana nas Minas setecentistas. In: *Revista USP: Brasil República*. São Paulo. 2003. pp.56

¹³⁹ Idem ibidem. pp.57

¹⁴⁰ Idem ibidem . pp.58

procura engrandecer seus ancestrais paulistas e a sua pátria. É bastante apropriada a sua análise, calcada em Melânia Aguiar¹⁴¹, de que Cláudio Manuel foi um “grande fingidor¹⁴²”. Por trás dos seus poemas encomiásticos, o poeta sempre encontrava uma maneira de defender os interesses de sua terra, exemplo disto é a Ode dedicada ao conde de Valadares, onde debaixo grandes elogios ao jovem governador, que ainda não havia feito nada digno de tamanha louvação, Cláudio reivindicava o reparo dos males de sua pátria. No *Vila Rica*, Starling aponta como Cláudio Manuel soube ser um fingidor nos versos e na carta dedicatória. Dedicou o poema ao Conde de Bobadela, mas seu objeto de exaltação era a pátria. Tal análise é procedente e pode-se acrescentar a ela o fato que o poema tem como título não o nome do herói Antônio de Albuquerque, mas o da capital de sua pátria.

No poema, Cláudio Manuel trataria a cidade, a sua Vila Rica, como objeto de “devoção política”, fruto da associação entre a idéia greco-latina de cidade e o termo pátria. Segundo ela, o “(...) senso de pátria não se mede com fronteiras ou canhões, mas com a possibilidade de existência de um espaço onde homens livres e iguais conseguem encontrar-se a qualquer hora¹⁴³”.

(...) “Na cidade antes sonhada e já então criada pela imaginação do poeta, um homem poderia desejar viver uma vida *pubblica*, definida a partir de um agregado de valores políticos, religiosos, éticos, estéticos e morais que terminavam invariavelmente formando laços peculiares próprios à constituição de um mundo de interesses comuns¹⁴⁴”

Starling destaca o Canto X no qual Cláudio Manuel descreveu a instalação do pelourinho e do Senado da Câmara. Neste ponto sua análise coincide com a de Sérgio Alcides quanto a ver nestes fatos a reafirmação do poder local. Para ela,

“aos olhos renascentistas do poeta, os vínculos ativos de Vila Rica com seus habitantes, vínculos capazes de apontar como referência a utilidade dos bens públicos e o espírito e a perspectiva dos homens que se dedicaram a construí-los, são talvez o traço que mais precisa ser visto. Não por acaso, no décimo e último canto do poema, a grandeza da cidade assumiu também o sentido concreto e quase pedagógico de fazer surgir,

¹⁴¹AGUIAR, Melânia Silva de. *O jogo de oposições na poesia de Cláudio Manuel da Costa*. Belo Horizonte: Tese de Doutorado. UFMG/FALE. 1973. mimeo.

¹⁴²AGUIAR, Melânia Silva de. *O jogo de oposições na poesia de Cláudio Manuel da Costa*. Belo Horizonte: Tese de Doutorado. UFMG/FALE. 1973. mimeo. pp.60

¹⁴³STARLING. Visionários: A imaginação republicana nas Minas setecentistas. In: *Revista USP: Brasil República*. São Paulo. 2003.pp.61

¹⁴⁴ Idem ibidem pp.61

num lugar físico bem determinado, um ambiente arquitetônico de natureza pública que precisava abrigar os homens e lhes oferecer condições para uma vida melhor: só então aparecem, nos versos do *Vila Rica*, as fontes e os chafarizes de mármore que dão conta do abastecimento de água, as muitas pontes que ampliam o quadro de serviços e o equipamento urbano, a Torre do Relógio marcada pela qualidade do padrão construtivo das Minas, os templos magníficos ‘em que hão de se esgotar tantos erários’¹⁴⁵’.

A autora crê que é bastante clara a opção republicana feita por Cláudio Manuel da Costa e pelos outros membros da elite letrada das Minas. A autora não leva em consideração a idéia debatida por Villalta de que coexistiam, entre os inconfidentes, variadas propostas políticas e que estes estavam longe de chegar a um consenso sobre a melhor delas¹⁴⁶. Starling aceita a palavra República no sentido de forma de governo, sem se debruçar sobre a polissemia do conceito no século XVIII, enfatizando que a palavra havia perdido o sentido pejorativo que possuía décadas antes, deixando de significar “a ilustração retórica da decadência, da anarquia e da desordem”¹⁴⁷’.

Wellington Soares da Cunha em seu “O poema Vila Rica e a historiografia colonial” realizou estudo demonstrando ser o poema *Vila Rica* uma fonte utilizada por muitos historiadores para recompor a história colonial. Dentre todas as obras aqui mencionadas é desta o mérito de buscar fazer com o *Vila Rica* um estudo que englobe a formação social, política e econômica da capitania das Minas. O autor inicia seu trabalho preocupado em estabelecer a maneira como Cláudio Manuel da Costa se utilizou da história em seus dois níveis discursivos: o fundamento histórico e o poema. Cunha afirma:

“O que buscamos enfim é estabelecer uma crítica essencialmente histórica, preocupada com o *Vila Rica* como produto de sua época, o que nos leva a preocupações com a história da produção e circulação do poema, onde será necessário definir o público leitor à época da publicação de Vila Rica, que valorizam a sobreposição da civilização européia sobre a selvageria nativa e a constante reafirmação do princípio que unifica todos os súditos ao império português, sob a autoridade do Rei e os valores contra-reformistas do catolicismo. Ademais, percorrer a maneira como se constrói aristotelicamente o gênero histórico no poema deverá encerrar a

¹⁴⁵ STARLING. Visionários: A imaginação republicana nas Minas setecentistas. In: *Revista USP: Brasil República*. São Paulo. 2003. pp.61

¹⁴⁶ VILLALTA, Luís Carlos. As origens intelectuais e políticas da Inconfidência mineira. In: *História de Minas; as Minas setecentistas*. Tomo 2. Belo Horizonte: Autêntica. PP.579-607.

¹⁴⁷ STARLING. op. cit. pp.71

análise¹⁴⁸”.

Cunha considera que o poema é uma celebração da hierarquia e do Império Luso em terras mineiras. No *Vila Rica* a poesia épica e a história seriam “gêneros legitimadores da sociedade subordinada ao poder de um império absolutista, religiosamente contra-reformista.¹⁴⁹”. O autor não considera existir na obra um sentimento nativista, o patriotismo nela presente seria apenas um recurso de composição poética, através do qual Cláudio Manuel estaria expressando os padrões dominantes em sua época. Para Cunha:

“não há incompatibilidade entre a participação ao autor (Cláudio Manuel da Costa) na Inconfidência e a clara submissão à mesma monarquia presente em suas obras. Como bom súdito formado em Cânones por Coimbra, dentro de princípios hierárquicos bastante contundentes, a participação de Cláudio Manuel da Costa na Inconfidência é antes resultado de uma indisposição para com os desmandos locais de governadores que insistiam em cobranças abusivas de impostos para com os mineiros que imaginavam ser, na condição de súditos iguais aos súditos portugueses. Vemos assim que a inconfidência, antes de revelar um suposto sentimento de oposição ao império, estava comprometida em defender o direito à submissão justa e eficiente para o bom funcionamento do organismo político residente no Império. Em diversos momentos do épico *Vila Rica* veremos esta celebração a valores como submissão ao Rei, hierarquia, a obra civilizatória com relação ao indígena e a pacificação dos revoltosos pela ação do herói Albuquerque¹⁵⁰”

Não discordamos da afirmação de Cunha. Somente consideramos importante salientar que os desmandos dos governadores não eram atitudes individuais e sim práticas decorrentes de uma nova política metropolitana para a América Portuguesa. No mais, sem dúvida alguma, é claro que o poeta sempre foi fiel à coroa. Isto ressalve-se, enquanto esta se manteve fiel ao “pacto” que possuía com seus vassallos, independente de viverem na Metrópole ou na América, visto que tal distinção não é legitimada pelas regras do mesmo pacto.

Para discutir a opinião de Wellington Cunha de que não há na obra do poeta qualquer vínculo com os ideais da Conjuração de 1789, devemos recordar Villalta.

¹⁴⁸CUNHA, Wellington Soares da. *O poema Vila Rica e a historiografia colonial*. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP. 2007. pp.11

¹⁴⁹ CUNHA, Wellington Soares da. *O poema Vila Rica e a historiografia colonial*. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP. 2007. pp.11

¹⁵⁰ Idem ibidem pp.28

Como ele aponta em seu trabalho, o projeto político dos inconfidentes não era claro¹⁵¹. Se alguns pregavam a existência de uma república, outros aceitariam uma acomodação com o governo da metrópole. Outros ainda propuseram a transferência da corte para o Brasil. Assim não se depreende necessariamente antilusitanismo do sentimento nativista e patriótico de nosso autor. Nem se pretende aqui defender a anacrônica posição de que existiria no poema certo sentimento nacionalista, como o que culminaria na independência em 1822. Temos no poema, insistimos, as posições “veladamente políticas”, como coloca Alcides, de um letrado luso-brasileiro plenamente identificado com todos os aspectos positivos (no âmbito da civilidade e polidez) trazidos pela metrópole às Minas e identificado também com um tipo corporativo de Estado, ao qual ele havia servido como funcionário, que se fosse novamente restaurado, não teria levado a premeditação do levante de 1789.

Djalma Espedito de Lima na *Épica de Cláudio Manuel da Costa; uma leitura do poema Vila Rica* dedicou-se ao estudo do *Vila Rica* a partir de sua perspectiva épica.

“O objetivo aqui não é o de estabelecer as características da crítica textual, visto que isso já foi feito, mas essencialmente ler as particularidades dos procedimentos de invenção retórico-poéticas aplicados nesta forma épica à luz das preceptivas utilizadas no século XVIII, como uma prática de representação, além de dispor de critérios de juízo de valor adotados pelos seus receptores, historiadores e críticos literários dos séculos XIX e XX. Deste modo, nesta análise, é importante a investigação da forma retórico-poética do gênero épico exercido na elaboração da escrita, considerando as práticas de representação em que é fundamentado, na tentativa de reconstituição das preceptivas de invenção seguidas pelos homens de letras portugueses no século XVIII¹⁵²”

Lima procurou estudar a criação retórico-poética do *Vila Rica*. Segundo ele, o poema retoma as epopéias gregas, latinas e modernas, primordialmente a Farsália de Lucano e a Henriade de Voltaire. Cláudio Manuel da Costa atualizou o estilo baseando-se nas preceptivas de Francisco José Freire, e no juízo de valor voltairiano, que, como já sabemos, reprova a existência de muitas regras para a composição de um épico.

Este autor considera que o épico de Cláudio Manuel é um exercício de poesia, destinado ao ensinamento moral e para o deleite poético, a partir da atitude de Antônio

¹⁵¹ VILLALTA In RESENDE & VILLALTA. op.cit.pp.588

¹⁵² LIMA, Djalma. op. cit. pp.16-17

de Albuquerque Coelho de Carvalho. A história da pacificação das Minas é retratada como uma gênese mítica heróica para a pátria do poeta. Cláudio Manuel da Costa baseou-se no exemplo das epopéias do mundo hispano-americano, durante o chamado *Siglo de oro*. Estas encenam o descobrimento e a pacificação das colônias pelos espanhóis, utilizam-se do recurso ao sublime para recriar um conjunto de ações consideradas heróicas.

Cláudio Manuel da Costa também teria realizado uma mitificação da história, através da sobreposição dos fatos históricos apresentados no *Fundamento Histórico*. Através da valorização dos feitos gloriosos do herói Antônio de Albuquerque, glorificar-se-ia o reino Português, que trouxe para substituir o domínio natural dos nativos, a honra da moral católica e de uma sociedade hierárquica.

Através de sua leitura, Lima buscou revalorizar o épico de Cláudio Manuel sucessivamente depreciado por gerações de críticos desde Varnhagen a Antônio Cândido e Sérgio Buarque de Holanda. A apropriação dos elementos locais, como lendas e costumes e a invenção de mitos servem para se perceber as diferenças essenciais entre a metrópole e a América Portuguesa. Na utilização do maravilhoso o poeta coloca em destaque o maravilhoso cristão, onde preponderaria a Providência Divina. O *Vila Rica* ilustraria a importância da hierarquia na sociedade colonial. Os personagens agiriam de acordo com códigos de conduta estabelecidos por sua origem e posição social, dentro de uma razão de Estado católica.

O herói Antônio de Albuquerque seria a representação de César e Crasso, por suas qualidades de guerreiro e orador. Ele representaria o nobre cortês, possuidor das sete virtudes cardeais. Vencendo todos os obstáculos através de sua retórica, Albuquerque é um herói prudente e ético, que age de acordo com a moral católica.

“A obrigação de um poema nessas circunstâncias é a de doutrinar as mentes na história que inventa em sua narração. Noutras palavras, o poeta do *Vila Rica* cumpre a sua missão, casando a lição antiga da epopéia ao caráter próprio do seu tempo, aliando pelo engenho poético, o costume da técnica ao espaço plausível evidente da Colônia, exaltada pela contribuição econômica à Metrópole.¹⁵³”

Melânia Silva de Aguiar em seu artigo “Poetas inconfidentes de Minas Gerais: Cláudio, Gonzaga, Alvarenga”, fala da transição vivenciada por Cláudio Manuel da Costa que, de poeta barroco teria passado a poeta árcade, poeta ilustrado e poeta

¹⁵³ LIMA, Djalma. op. cit. pp.210

inconfidente. Passagens do *Vila Rica*, entre outras de suas obras, são citadas como exemplo desta transformação do poeta. Mais uma vez, portanto, temos uma estudiosa que, entre outras características, vê em Cláudio Manuel da Costa um poeta iluminista. A autora percebe na evolução da obra de Cláudio Manuel da Costa, mudanças não apenas de cunho estético, mas político.

Alba Valéria Niza Silva em seu trabalho *Confluências poéticas nas 'fotografias' de Minas de Osvaldo André de Mello*, realiza uma comparação entre as obras de grandes poetas mineiros, entre eles Cláudio Manuel da Costa¹⁵⁴. Segundo ela,

“Na poesia de três grandes autores mineiros de épocas distintas, Cláudio Manuel da Costa, Carlos Drummond de Andrade e Affonso Ávila, a questão da identidade ocupa lugar de relevo. Neles é comum a recorrência à memória, à paisagem mineira e à tradição como elementos formadores de uma identidade individual e ao mesmo tempo coletiva. Mas não só de recorrências ao passado se faz esta poesia, ela é igualmente dotada de elementos instauradores de novas tradições e novos achados, que serão repassados aos vindouros¹⁵⁵,”

Em Cláudio Manuel da Costa, ela afirma, há uma fase poética de amor à terra e de grande afirmação identitária. A obra de Cláudio Manuel da Costa apresenta grande identidade com a paisagem de Minas Gerais, apesar de na fase inicial, revelar uma oscilação entre o amor à pátria e à Metrópole. Silva diz:

“Cláudio retrata a natureza como elemento imprescindível para a composição da essência humana. Quando o poeta se refere à paisagem mineira, ele a traduz como metáfora de si próprio. A natureza, não apenas como elemento decorativo, se mistura com o homem.¹⁵⁶,”

O Poeta retrataria sua terra natal, recriando idealizadamente uma Idade de Ouro para as Minas Gerais. Isto seria perceptível em poemas como *Na imagem de ua Nau Soçobrada se pinta o decadente estado das Minas*, *O Parnaso Obsequioso* e no *Vila Rica*, objeto de nosso estudo.

Silva afirma que, influenciado por Metastásio, Cláudio Manuel da Costa aprimora sua poesia, acrescentando a ela “elegância e graça”. Ela se refere aos poemas

¹⁵⁴ SILVA, Alba Valéria Niza. *Confluências poéticas nas “fotografias” de Minas de Osvaldo André de Mello*. Dissertação de mestrado. PUC/MG. Mimeo. 2007.

¹⁵⁵ Idem ibidem pp.25

¹⁵⁶ Idem ibidem pp.35

encomiásticos, compostos para louvar o Conde de Valadares, nos quais, por trás da louvação, existe um desejo de ver a administração de Valadares dedicando-se a resolver os problemas da capitania.

Na imagem de ua Nau Soçobrada se pinta o decadente estado das Minas, e se lhe auspicia felicíssimo reparo, a autora expõe o argumento com o qual compartilhamos de que é possível identificar a esperança de uma nova Idade de Ouro, a ser viabilizada na feliz administração do homenageado. Ela também se refere à segunda parte do “Parnaso Obsequioso” onde há um forte apelo ao conde Valadares para que ele faça uma boa administração nas Minas Gerais, exemplificando com os versos:

Ao distante País das novas Minas
Hoje o vemos passar; altos progressos
Dele espere o seu Rei; o Povo aflito
Ali respirava; desde o seu seio
Liberal se verá brotar a Terra
Quanto avara recata,
O diamante, a safira, o ouro, a prata.
Ah! não esconda a Terra
Jamais o seu tesouro,
Que o Deus purpúreo e louro
Debalde o não criou.
Benigna corresponda
Ao pródigo cuidado
De quem dos Céus foi dado
Por dar-lhe mais valor.
As carregadas frotas, à prudente
Direção de seu mando,
Os portos encherão, crescendo o Erário; [...]
Alma tão bela, e nobre,
27
Dos céus cuidado seja;
Jamais se atreva a inveja
Seu lustre a profanar.
Domine além do tempo
Vença as traições, o engano,
E sobre o esforço humano
Se veja triunfar. [...]. (COSTA, 1996, p. 316-317)

Finalizando, ela refere-se ao *Vila Rica*, onde Cláudio Manuel celebra a descoberta das Minas e a fundação de Vila Rica, citando com os versos abaixo:

“Cantemos, Musa, a fundação primeira
Da Capital das Minas, onde inteira
Se guarda ainda, e vive inda a memória
Que enche de aplauso de Albuquerque a história.
Tu, pátrio Ribeirão, que em outra idade

Deste assunto a meu verso, na igualdade
De um épico transporte, hoje me inspira
Mais digno influxo, porque entoe a Lira,
Por que leve o meu Canto ao clima estranho
O claro Herói, que sigo e que acompanho:
Faze vizinho ao Tejo, enfim, que eu veja
Cheias as Ninfas de amorosa inveja.” [...] (COSTA, 1996, p. 377)

Destarte Alba Silva valoriza o sentimento nativista, existente não apenas na obra geral do poeta, mas também presente no *Vila Rica*, além de reconhecer em Cláudio um poeta comprometido com os interesses e problemas de sua pátria, argumento que também creio pode ser comprovado nos versos citados e no *Vila Rica* como um todo.

Em artigo inédito destinado a analisar o mito construído em torno da figura do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Adriana Romeiro retoma o poema *Vila Rica* de Cláudio Manuel da Costa. A autora trabalha a partir do pressuposto de que Cláudio Manuel, em sua obra, criou uma tradição historiográfica seguida por muitos, que exalta a figura de Antônio de Albuquerque e o heroiciza¹⁵⁷

Romeiro destaca que a marcha de Albuquerque pelas Minas do Ouro muito tem do herói medieval, que atravessa florestas e bosques, enfrentado perigos naturais e sobrenaturais. Imbuído da missão de pacificar as Minas e estabelecer o poder da Coroa Portuguesa, cabia a Albuquerque por fim ao conflito entre paulistas e emboabas. A autora cita o “Fundamento histórico” de Cláudio Manuel ao poema, onde ele afirma que Albuquerque foi

“O primeiro que susteve com desembaraço as rédeas do governo; que pisou as Minas com luzimento e firmeza do caráter, em que El-Rei o pusera; que promulgou as leis do Soberano, e fez respeitar neste Continente o seu nome¹⁵⁸”

Entretanto Romeiro afirma ser necessário que nos acautelemos com o suposto caráter heróico de Albuquerque descrito na poesia de Cláudio Manuel. Ela cita os trabalhos de Eliana Muzzi¹⁵⁹ e Hélio Lopes¹⁶⁰ que afirmam que o maior interesse do poeta era louvar sua terra natal, por trás de uma aparente louvação ao estabelecimento do domínio metropolitano.

¹⁵⁷ ROMEIRO, Adriana. *A construção de um mito: Antônio de Albuquerque e o levante emboaba*. Artigo inédito.

¹⁵⁸ COSTA apud ROMEIRO. *A construção de um mito: Antônio de Albuquerque e o levante emboaba*. pp.2

¹⁵⁹ MUZZI In PROENÇA FILHO. op. cit.

¹⁶⁰ LOPES, Hélio. op. cit. pp.181

O fato é que sejam quais fossem as reais intenções de Cláudio Manuel da Costa ele de fato criou um mito e Romeiro procura demonstrar que o heroicizado Albuquerque não é merecedor desta fama. Diz a autora:

“(…) Nada há, ao longo do poema, que aproxime a ação heróica do governador a uma conquista militar de caráter épico, e os rebeldes, colocados em plano secundário, limitam-se tão-somente a conspirar, em conciliábulos estéreis, sobre as possibilidades de impedir seu avanço sobre as Minas¹⁶¹”

Assim, o próprio Cláudio Manuel apontaria que a estratégia de Albuquerque não se baseava em rigor militar, mas em atuar através do convencimento para deter a turba de amotinados. Todavia a autora também discorda da idéia defendida por Sérgio Alcides¹⁶² de que Albuquerque teria encetado uma negociação com os rebeldes; o que existe, ela argumenta, é uma total submissão dos amotinados.

Desmitificando a figura de Albuquerque, Romeiro nos lembra de que sua nomeação para governador ocorreu antes que chegasse ao Reino a notícia da Guerra dos Emboabas¹⁶³. Portanto, não se tratou de uma escolha voltada para a solução do problema. É inegável que ao chegar às Minas Antônio de Albuquerque já era um experiente funcionário régio. Pertencia a uma família que possuía outros membros em cargos na administrativos pelo Império. Analisando os atos de Albuquerque, a autora nos comprova que, ao contrário do que tenta dar a entender Cláudio Manuel, Albuquerque não nutria simpatia pela causa paulista. O que o governador fez foi referendar o governo emboaba e criar uma situação que levou os paulistas a se retirarem da terra. Não um herói pacificador, mas um “herói emboaba” afirma Romeiro.

Entre tantas obras e autores que se dedicaram a estudar o poema *Vila Rica*, mesmo que algumas vezes apenas de passagem para um estudo mais amplo sobre Cláudio Manuel da Costa ou alguns de seus pares, vemos algumas idéias que são recorrentes, ou para serem negadas ou defendidas pelos autores.

Em Hélio Lopes há uma preocupação de fundo positivista em resgatar os fatos narrados na obra como de fato ocorreram, apontando todos os anacronismos de Cláudio Manuel enquanto historiador. Embora Lopes não caia na enganosa idéia de que Cláudio

¹⁶¹ ROMEIRO. *A construção de um mito: Antônio de Albuquerque e o levante emboaba*. pp.4

¹⁶² ALCIDES. *Estes penhascos*. op. cit. pp.229

¹⁶³ Aqui Romeiro discorda de uma versão já incorporada pela historiografia que vê em Antônio de Albuquerque alguém escolhido a dedo para assumir o governo das Minas dilaceradas pela Guerra. Ver SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. pp.184

simplesmente ignorava a veracidade dos fatos, não realiza um estudo de maior fôlego sobre os motivos que levaram o poeta setecentista a alterar a verdade factual.

Destaca-se a insistência com que vários destes estudiosos da história e das letras vêm em Cláudio Manuel da Costa um seguidor da Ilustração. A este respeito convém lembrar aqui Marco Antônio Silveira, que, em seu estudo sobre a sociedade mineira setecentista, afirma:

“As Luzes, na verdade foram absorvidas por uma antiga concepção de mundo que tendia a conceber a sociedade como um corpo humano. Segundo esta '*visão orgânica*', assim como, na fisiologia, a saúde e a harmonia corporal dependiam do bom relacionamento entre a cabeça decisória e os membros, também no 'corpo social', era preciso que cada vassalo desempenhasse seu papel em consonância com as ordens e determinações do Estado para que a sociedade vivesse em harmonia. Se, metaforicamente, ela era interpretada segundo a funcionalidade do corpo humano, duas eram, então, as configurações básicas possíveis: a saúde ou a doença, isto é, a ordem ou a desordem. Assim, ensinava Teixeira Coelho que 'se o Governador manda, e não obedece ao Ministro', ou seja, se a fisiologia social não é perfeita, 'fomentam-se parcialidades, e perpetua-se a harmonia econômica do Corpo da Província, o Povo perde a veneração e o respeito aos Governadores e dispõe-se para lhes desobedecer.¹⁶⁴”

Desta forma Silveira chegou a um ponto crucial: a vinculação dos poetas mineiros ao Iluminismo, se é que se pode citá-la, não foi feita de forma a contrariar as velhas estruturas políticas vigentes em Portugal. Antes teria sido incorporada como uma forma de reforçá-las.

Bastante presente está também a discussão sobre o nativismo em Cláudio Manuel, considerado por alguns como demonstração clara de amor à Pátria Minas (H. Lopes, Silva e Luna) e por outros como convenção estilística (D. Lima). Este fator somente pode ser de fato analisado quando levamos em conta todo o percurso de Cláudio Manuel da Costa, do berço entre penhascos à malfadada inconfidência.

A discussão sobre o “herói” Antônio de Albuquerque, da qual participam em escalas variadas Alcides, Lopes, Aguiar e Romeiro somente ganha sentido quando o leitor aproxima-se de uma apreensão exata do poema. Como bem lembra Aguiar:

“A incoerência desta aproximação -*poesia de louvação / poesia de resistência* – pode ser de alguma forma explicada se considerar que a não integração da poesia nos 'discursos correntes da sociedade' é fato recente entre nós e que as figuras

164 SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*. São Paulo: HUCITEC, 1997. PP.80

do poeta e do homem público eram complementares¹⁶⁵.

Partindo-se do pressuposto de Aguiar fica mais simples compreender que a Cláudio Manuel da Costa não interessava mitificar a figura de Antônio de Albuquerque, pelo menos não mais do que lhe interessava louvar o bom governo como parte de sua poesia de resistência.

Embora alguns destes trabalhos tenham tocado em questões bastante relevantes para a percepção de como o *Vila Rica* deve ter sido absorvido pela elite letrada mineira, não realizaram um estudo sobre o discurso ideológico presente no poema. O poema é analisado apenas como o relato da descoberta das Minas e pacificação dos sertões. Faltou até o momento um estudo mais pormenorizado que ampliasse o escopo de análise buscando uma filiação da obra ao pensamento mais amplo do intelectual Cláudio Manuel da Costa.

165 AGUIAR, Melânia S. de. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. In: PROENÇA FILHO. Op. cit. PP.28

CAPÍTULO 2 – CLÁUDIO MANUEL DA COSTA E O CENÁRIO DE COMPOSIÇÃO DE SUA OBRA.

*“(…) Nas margens suas de nascer não tarda
O grato engenho, que decante um dia
As memórias da Pátria, e de Garcia;
Que levante Albuquerque sobre a Fama
Que a Vila adorne de triunfante rama,
E dos pátrios Avós louvando a empresa,
Sobre o estrago dos anos deixe acesa
A memória de feitos tão gloriosos;
Crescei para o cercar, louros famosos.”¹⁶⁶*

2.1- O AUTOR, SUA OBRA E O CONTEXTO CULTURAL LUSO-BRASILEIRO DA ÉPOCA

Cláudio Manuel da Costa (1729-1789) tem origens que remontam, pelo lado materno, aos bandeirantes paulistas que em fins do século XVII adentram as terras da futura capitania das Minas. Este fato não é irrelevante para uma análise do poema *Vila Rica*, visto que por todo o texto perpassam referências elogiosas aos desbravadores paulistas. O próprio *Vila Rica* gerou dúvidas quanto ao local de nascimento do poeta, pois nos últimos versos Cláudio Manuel diz:

*“Enfim serás cantada, Vila Rica
Teu nome impresso nas memórias fica;
Terás a glória de ter dado o berço
A quem te faz girar pelo Universo”¹⁶⁷*

Assim houve quem interpretasse que o local de nascimento de Cláudio seria Vila Rica, e os versos seriam uma demonstração de cabotinismo de Cláudio. No entanto, ele não foi tão vaidoso assim, pois como apontou Péricles Eugênio da Silva Ramos, Vila Rica é o berço do *poema* e não do poeta, visto que é o *poema* que a faz “*girar pelo universo*”¹⁶⁸.

Analisar o poema *Vila Rica* de Cláudio Manuel da Costa é tarefa que não pode ser empreendida de maneira isolada. Discorrendo a respeito das obras dos poetas inconfidentes, Melânia Aguiar afirma:

“Entrecruzar essas informações, transitando, de composição para

166 COSTA In PROENÇA FILHO. Op. cit. PP.427. Nestes versos do canto VIII do *Vila Rica*, Cláudio Manuel prevê o seu próprio nascimento.

167 Idem ibidem . Op. cit. PP.446

168 AGUIAR. Nota 100. In: PROENÇA FILHO. Op. cit. PP.1096

composição, internamente, na obra de cada autor, ou externamente, da obra de um para outro autor do período; ou, ainda, da matéria poética destes mesmos autores, para os sucessos históricos, políticos, culturais da época, permite ao estudioso do século XVIII em Minas Gerais ter uma visão menos equivocada de uma fase da história do Brasil, já de si prenhe de mistérios, de fatos pouco ou nada esclarecidos¹⁶⁹”.

Cláudio Manuel da Costa (1729-1789) estudou em Coimbra entre os anos de 1749-1753. Nesta época já se revelavam as insatisfações com o ensino. A escolástica jesuítica vivia sua última fase. Pleiteava-se a introdução do ensino de geografia, cronologia e história, ciências matemáticas, grego, filosofia e direito público.

As reformas propostas e endossadas pela Arcádia Lusitana são, garante Sergio Alcides, resultado da ampla reforma pregada pelo Padre Luís Antônio Verney (1713-1792), ele próprio membro da Arcádia de Roma, sob o nome de Verênio Origiano. A sua obra *Verdadeiro método de estudar* (1746), Verney criticava violentamente a cultura portuguesa de seu tempo.

“A crítica atingia metodicamente cada ramo dos saberes – desde a gramática da língua portuguesa até a física e as matemáticas, passando pela oratória, o latim, o grego e até os estudos canônicos. Em praticamente todos os campos do conhecimento humano os estudantes portugueses permaneciam presos ao peripatetismo escolástico, sob a férrea tutela jesuítica.¹⁷⁰”

Verney, juntamente com Francisco José Freire (Cândido Lusitano)¹⁷¹, entre outros, era um defensor das novas tendências pregadas por Nicolas de Boileau¹⁷² e Ludovico Antonio Muratori¹⁷³. Analisando o debate travado entre as duas escolas especificamente no âmbito da poesia, Ricardo Martins Valle afirma que não se tratava de uma disputa a respeito do sujeito ou essência da poesia, nem mesmo sobre suas propriedades, mas sim uma disputa relativa à medida da utilização do artifício. Nenhuma das tendências em disputa questionava, diz Valle, a necessidade do artifício na arte poética, ou mesmo que os artifícios fizessem parte da arte poética. Toda a

¹⁶⁹AGUIAR, Melânia. Poetas inconfidentes de Minas Gerais: Cláudio, Gonzaga, Alvarenga. In: RESENDE & VILLALTA.op.cit. pp.335

¹⁷⁰ VERNEY, Luís Antônio. Carta VI. *Verdadeiro método de estudar*. Valença. Oficina de Antônio Balle. 1748

¹⁷¹ Cândido Lusitano (1719-1773) Padre oratoriano. Grande defensor da restauração do quinhentismo nas letras portuguesas. Autor de *Arte poética ou Regras da verdadeira poesia*. Muito influenciado por Muratori. CF. ALCIDES Op. cit.

¹⁷² BOILEAU (1636-1711) Autor de *Art poétique*. Também é importante referência para a reforma das letras portuguesas. CF. idem ibidem.

¹⁷³ MURATORI. (1672-1750) Autor do tratado *Della perfecta poesia italiana*, de grande influência sobre a Arcádia de Roma. Afirmava que a finalidade da poesia era deleitar e instruir. CF. Idem ibidem

disputa se tratava em torno dos limites e da forma de utilização destes recursos. Assim, Verney e seus seguidores não seriam opositores ao estilo anterior, mas defensores de uma restrição no uso dos ornamentos¹⁷⁴.

Embora defensores, em essência, das mesmas reformas pode-se apontar diferenças entre o pensamento de Verney e Cândido Lusitano. Cândido Lusitano, em sua obra, “Arte Poética”, de 1748, divulgou a estética neoclássica em Portugal que daria origem ao arcadismo. Sua obra tornou-se referência para a poesia de seu período fazendo dele um dos nomes mais destacados na introdução da estética neoclássica em Portugal. Apegado aos cânones literários da Antiguidade Greco-Latina, seus modelos eram Aristóteles, Cícero, Horácio e Quintiliano. Como seguidor de Aristóteles, considera que a na poesia vale o universal, guiado pelas regras da necessidade e da verossimilhança. Cândido Lusitano considera que a essência da poesia está em seus valores subjetivos, na fantasia e na imaginação. O que deve limitar estes valores são o bom gosto e a discrição.

No caso de Verney, temos um autor mais apegado à idéia de que deve haver um estilo para cada público, existindo modelos de composição para cada um deles. Citando Verney:

“Isto que digo das expressões comuns e naturais deve-se entender com proporção. Não quero dizer que um homem civil fale como a plebe, mas que fale naturalmente. A matéria do estilo humilde não pede elevação de figuras, etc., mas nem por isso se deve exprimir com aquelas toscas palavras que usa o povo ignorante. Não é o mesmo estilo baixo que o *estilo simples*. O estilo baixo são modos de falar dos ignorantes e pouco cultos: o estilo simples é o modo de falar natural e sem ornamentos, mas com palavras próprias e puras. Pode um pensamento ter estilo sublime, e não ser pensamento sublime; e pode achar-se um pensamento sublime com estilo simples. Explico-me. Para ser sublime o estilo, basta que eu vista um pensamento e o orne com figuras próprias, ainda que o pensamento nada tenha de sublime. Pelo contrário chamamos simplesmente *sublime* (com os retóricos) àquela beleza e galantaria de um pensamento que agrada e eleva o leitor, ainda que seja proferida com as mais simples palavras. De sorte que o *sublime* pode-se achar em um só pensamento, figura, etc. Importa muito entender e distinguir isto, para não ser enfadonho nas conversações e nas obras que pedem estilo humilde¹⁷⁵.”

Verney e sua obra estiveram no centro de intensa polêmica, dando contribuição

¹⁷⁴ VALLE, Ricardo Martins. A construção da posteridade ou a gênese da ruína. In: *Revista USP; Brasil Colônia*. N57. 2003. pp.104-121.

¹⁷⁵ VERNEY, Luís Antônio. Carta VI. *Verdadeiro método de estudar*. Valença. Oficina de Antônio Balle. 1748.

decisiva para as reformas feitas no ensino português. Estas tiveram início em 1759, com a reforma dos estudos menores e chegaram em 1772 à Universidade de Coimbra. As medidas foram tomadas com o intuito de retirar a educação da tutela da Igreja e colocá-la submetida ao Estado. Ao conduzir o processo de reformas o Primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo Marquês de Pombal, não deixou de utilizar-se das críticas de Verney ao jesuitismo da educação para justificar a expulsão da Companhia de Jesus do Império Português em 1759.

De acordo com o alvará de 18 de junho de 1759, que reformou os estudos menores, nas disciplinas latim, grego e retórica, foi proibido aos jesuítas a direção de quaisquer destes estudos ou a utilização de seus métodos e livros¹⁷⁶.

Saliente-se a demora na aplicação prática das idéias defendidas por Verney, publicadas ainda no tempo de D. João V, que já assumia posturas “ilustradas”, pois incentivava a ida de estrangeiros ilustres a Portugal e patrocinava viagens de estudos de portugueses ao exterior. Somente 26 anos depois de publicadas eles se efetivaram em medidas concretas na reforma do ensino superior do país.

Apesar da reforma pombalina abrir espaço para as novas idéias que circulavam na Europa, criando uma nova estrutura mental, paradoxalmente aumentou a vigilância sobre as leituras e a circulação de livros. Foi instituída a Real Mesa Censória que substituiu o ultramontanismo jesuítico pelo regalismo. Segundo Laerte Ramos o modernismo de Pombal era mais “de método que de fundo¹⁷⁷”. Como Caio Cesar Boschi afirma:

É visível o vetor ideológico-político que subjaz à referida reforma pedagógica, posto que todo o conjunto de idéias hoje consagrado como *pombalismo* tem como princípio e fim a recuperação econômica, política e cultural da nação lusitana¹⁷⁸.

Determinado a modernizar o país, o Marquês de Pombal incentivou o estudo das ciências experimentais, mantendo o das ciências jurídicas e teológicas, livre, no entanto, do formalismo do esquema aristotélico - escolástico dos jesuítas.

No “Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra”, há forte crítica à ética e à lógica de Aristóteles. Na lógica criticava-se a arte da disputa

¹⁷⁶ CARVALHO, Laerte Ramos de. A educação e seus métodos. In. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL. 1973. pp.83.

¹⁷⁷ Idem ibidem pp.87.

¹⁷⁸ BOSCHI, Caio C. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. In: *Estudos Históricos*. N 7. Fundação Getúlio Vargas. 1991. pp.107.

escolástica. Os reformadores valorizavam a lógica moderna de Pedro Ramus, Bacon, Descartes e outros. No entanto foi proibida pela Real Mesa censória, a divulgação de uma obra de Descartes sob a alegação de que:

“O povo português ainda não está acostumado a ler no seu próprio idioma, este gênero de escritos, em que com todo artifício de uma viva eloquência se recomenda o espírito da dúvida, do exame, da independência, da liberdade, e tudo o mais, que na censura se vai notado, e que poderá facilitar para qualquer excesso contra o Estado, ou contra a Religião ou ao menos a formar idéias novas sobre a sujeição; que a esta, e aquela se deve.¹⁷⁹”

Segundo Antônio Cândido o pombalismo foi simpático ao Brasil e recebeu o reconhecimento disto por parte da elite letrada mineira. Entre os vários poemas do chamado pombalismo literário temos obras de Basílio da Gama, Francisco de Melo Franco, Alvarenga Peixoto e Cláudio Manuel da Costa¹⁸⁰. Este último, em poema dedicado a elogiar a reforma promovida pelo Marquês na Universidade de Coimbra, dizia:

*“Sombras ilustres dos varões famosos,
Que a Grécia e Roma destes leis um dia,
Vós que do Elísio na região sombria
Respirais entre os zéfiros mimosos.
Grande Licurgo, o tu, Sólon, que honrosos
Loiros cingis; que egrégia companhia
Fazeis aos Mazarinos eu queria
Adorar vossos vultos majestosos:
Vós fizeste de vossa Pátria a glória;
Por vós é hoje feliz a humanidade,
Que dignos sois de uma imortal história!
Cesse, cesse, porém, vossa vaidade,
Que basta a escurecer vossa memória
Um Carvalho, que adora a nossa idade.¹⁸¹”*

Ignoramos se o Marquês tomou conhecimento dos versos encomiásticos a ele dirigidos por Cláudio Manuel, deste poema e dos outros que lhe foram dedicados. No entanto, sabemos que o poema de Basílio da Gama dedicado à filha do Marquês, D. Maria Amália, causou forte impressão no mesmo, que o anistiu de uma pena de degredo na África e o levou para trabalhar consigo, como secretário, em 1774¹⁸². Tomás

¹⁷⁹ CARVALHO. op. cit. pp.87.

¹⁸⁰ CANDIDO. op. cit. pp.108.

¹⁸¹ COSTA In PROENÇA FILHO. op. cit. pp.526

¹⁸² LUCAS, Fábio. *Luzes e trevas*. Belo Horizonte: UFMG. 1998. pp.18

Antônio Gonzaga dedicou-lhe seu "Tratado de direito natural," através do qual esperou, sem sucesso, obter acesso ao cargo de professor na Universidade de Coimbra.

Na opinião de Edward Lopes, mais do que um elogio a Pombal, estes poetas rendiam uma homenagem às Luzes que este estadista representaria ¹⁸³. O fato é que a aparente contradição desta elite letrada mineira e coimbrã se resolvia através de idéias reformistas, através das quais acreditam ser possível à América Portuguesa manter-se na condição de colônia contanto fossem feitas algumas reformas nos laços que a ligavam à Metrópole.

As expressões "literatura" e "letrados" possuíam no século XVIII significado bem diverso do atual. Literatura possuía uma amplitude muito maior. Dava-se esta denominação ao discurso visto de forma ampla, envolvendo filosofia, ciência, teologia... e *literatura*¹⁸⁴. Continha o conjunto dos saberes herdados e dos fundamentos herdados da Antigüidade.

Neste espírito, um dos membros da Arcádia Lusitana, Correia Garção falava dos compromissos públicos da poesia e como "*arte sujeita à faculdade civil, toda se emprega em causar utilidade*" ¹⁸⁵. Estes esclarecimentos são essenciais para que o estudioso dos setecentos possa se posicionar com clareza sobre as atitudes políticas desta elite mineira, algumas das quais exporemos neste trabalho.

Ao buscar combater o "atraso" das letras portuguesas, a Arcádia Lusitana valoriza a crítica no poeta visto que este possui *responsabilidade social e comprometimento político*. Basílio da Gama e Silva Alvarenga seriam exemplos deste tipo de postura. No caso de ambos acreditavam que Pombal poderia levar Portugal (ou todo o Império Português?) a ilustração e ao progresso.

À parte a reforma educacional de Pombal, chegavam a Portugal os ecos das novas tendências literárias em voga na Europa. A Arcádia Romana¹⁸⁶ ditava normas que propagaram-se nas terras lusitanas. Augusto de Lima Júnior destaca que Portugal, no

¹⁸³ LOPES, Edward. *Metamorfoses; a poesia de Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: UNESP, 1997. PP.46

¹⁸⁴ De acordo com Bluteau, entende-se por literatura: Erudição, ciência, notícia das boas letras. Cf. BLUTEAU. Op.Cit. <http://www.ieb.usp.br/online/index> . Acesso em 09/09/2009

¹⁸⁵ Cf ALCIDES. *Estes Penhascos*. Op.Cit. PP.42-3.

¹⁸⁶ Fundada em 1690, por um grupo de 14 poetas reunidos no palácio da rainha Cristina, da Suécia. Segundo Caio de Mello Franco, Cristina, aborrecida pelo retorcido da forma e pensamentos confusos e ininteligíveis, chamou a si a liderança do movimento de reação que já se esboçava, vinda da França. A influência da Arcádia em Portugal se fez presente desde logo e foi o rei D. João V o mecenas que doou um palácio em Roma para que se realizassem suas sessões. FRANCO, Caio de Mello. *Inconfidente Cláudio Manuel da Costa- Parnazo obsequioso e as Cartas Chilenas*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931. pp.14-15

século XVIII, foi fortemente influenciado pelo espírito da cultura italiana. Os poemas de Cláudio nesta língua são um exemplo disto. Citando as influências sofridas por Cláudio Manuel da Costa, Sergio Buarque de Holanda também destaca a presença dos trecentistas e quatrocentistas italianos, de Petrarca a Sannazaro, embora esta não seja uma influência exclusiva. Holanda também destaca os mestres latinos, os seiscentistas espanhóis e, entre os portugueses do quinhentos, apenas Camões¹⁸⁷.

Retornando a Minas logo após formar-se Cláudio Manuel foi o primeiro brasileiro a voltar de Coimbra conhecedor das novas tendências literárias determinadas pelo ideal arcádico, afirma Sergio Buarque de Holanda¹⁸⁸. Em Portugal iniciava-se o movimento que se insurgia contra os excessos ornamentais da poesia seiscentista. “Era necessário policiar o gosto, polir o estilo, refinar-se”, diz Alcides¹⁸⁹.

Embora a Arcádia Lusitana somente tivesse sido fundada em Portugal no ano de 1756, três anos após o retorno do poeta a sua pátria, Cláudio Manuel mantinha-se em dia com as discussões travadas na Metrópole e que propunham um retorno ao estilo simples dos mestres quinhentistas como Sá de Miranda, Antônio Ferreira e Diogo Bernardes. Combatia-se a forte influência da poesia seiscentista espanhola.¹⁹⁰

A nova tendência caracterizava-se, em linhas gerais, pelo bucolismo que idealizava a natureza, que deveria corresponder a um ambiente tranqüilo, em um cenário perfeito e aprazível (*locus amoenus*); pelo desapego em relação ao luxo e à riqueza, desta forma a cidade era vista como um local de corrupção e sofrimento; pelo pastoralismo que fazia do poeta um pastor e da mulher amada uma pastora. Muito forte foi a valorização da fauna e da flora brasileiras e, no gênero épico, a presença da história do país, como no *Uruguai* ou no *Vila Rica*. Além disto, valorizava-se o momento presente e a juventude, pois a velhice é incerta, e o equilíbrio.

Segundo Antônio Cândido, Cláudio Manuel promoveu um esforço pessoal de superação das antigas tendências do cultismo barroco, paralelamente ao trabalho desenvolvido pela Arcádia em Portugal. Desta forma retornou aos modelos quinhentistas, sem, porém perder a referência de homem do seu tempo¹⁹¹. Distante da Arcádia Lusitana não teria deixado de influir na transformação do gosto, embora, devido às circunstâncias, o tenha feito de modo independente.

187 HOLANDA. op. cit. pp.227-429

188 Idem ibidem pp.227

189 ALCIDES. *Estes penhascos*. op. cit. pp.85

190 Idem ibidem. pp.22

191 CÂNDIDO. op. cit. pp.88-106

É na segunda fase de sua obra que o poeta teria se encontrado plenamente. A busca dos modelos quinhentistas lhe permitiu encontrar a mais alta expressão do pensamento e da sensibilidade portuguesa. Apesar disto, Cláudio Manuel conservou muito do cultismo em sua obra, porém preso aos limites que lhe ensinavam os mestres do quinhentos.

A transformação literária vivenciada por Cláudio Manuel, não objetivaria, afirma Valle, substituir o velho pelo novo, mas o falso pelo verdadeiro. Citando Verney, era preciso evitar “aquelas ridículas composições que tanto reinaram no século da ignorância (digo no fim do século XVI de Cristo e metade do XVII) e, desterradas dos países mais cultos, ainda hoje se conservam em Portugal e nas mais Espanhas.”¹⁹²,

Ronald Polito aponta na obra de Cláudio Manuel a permanência de um mundo barroco, que se ainda possuía resquícios em solo europeu, estaria “particularmente” presente nas Minas. Comparando Cláudio a seu amigo Tomás Antônio Gonzaga, Polito atesta que na poesia de Cláudio da primeira e segunda fases¹⁹³, particularmente, da primeira, é grande o número de figuras retóricas típicas do barroco. Dentre estas sobressairiam as antíteses e os oxímoros¹⁹⁴. Ainda assim, diz Polito, mesmo os poemas mais barrocos de Cláudio Manuel da Costa já são bastante diferentes de um típico poema barroco¹⁹⁵. Para Antônio Cândido, foi de suma importância o retorno de Cláudio Manuel à Pátria, visto que isto lhe permitiu, devido ao distanciamento do foco de renovação, encontrar uma posição de equilíbrio entre o quinhentismo e o barroco.

Diz Antônio Cândido:

“No soneto, pôde exprimir o jogo intelectual que prezava, e cabia perfeitamente na linha desta forma poética, forjada nos moldes da dialética medieval e a seguir enriquecida com a exuberância formal do Renascimento. Nele, pôde ainda vazar o amor pela imagem peregrina, a rima sonora e a metáfora, herdadas do barroco: pois assim como o equilíbrio quinhentista de Camões ou Diogo Bernardes deslizou insensivelmente para o Cultismo, quase como para um complemento

¹⁹² VERNEY, Luís Antônio apud VALLE Op. cit. pp.110.

¹⁹³ Na cronologia de Aguiar a primeira fase engloba seus anos de estudo em Portugal e vai até 1768. A segunda fase se inicia naquela data, com a publicação de suas *Obras* e se estende até fins da década de 1770. Daí em diante inicia-se a terceira fase. Ver: AGUIAR, Melânia Silva de. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. In: PROENÇA FILHO. op. cit. p. 27-39

¹⁹⁴ Antítese: s.f. Retórica. Figura de ênfase estilística que consiste em aproximar palavras ou expressões de sentido contrário: punem-se os inocentes e premiam-se os culpados. / Filosofia. Na dialética de Hegel é a segunda proposição de um sistema antinômico (dialético), oposta à primeira (tese): a síntese concilia a tese e a antítese. / O contrário, o oposto: essa decoração é a antítese do bom gosto

Oxímoro: s.m. Figura de estilo que reúne duas palavras aparentemente contraditórias ou incongruentes (p. ex., gentileza cruel; belo terrível); paradoxismo. In: <http://www.dicionariodoaurelio.com/> Acesso em 23/09/2009.

¹⁹⁵ POLITO, Ronald. *Um coração maior que o mundo* Rio de Janeiro: Globo, 2003. pp.187 e 259

natural, ele pôde remontar deste àquele, sem perder as opulências do conceito e imagem aprendidas em Quevedo e Gongora. Nos sonetos se encontra, pois, de modo geral, a sua mais lata realização, e não constitui novidade escrever que é dos maiores cultores desta forma em nossa língua¹⁹⁶”

É a publicação das *Obras* de Cláudio Manuel em 1768, o marco para a introdução ao Arcadismo no Brasil. No prólogo às *Obras* Cláudio Manuel se justifica antecipadamente às críticas que poderia sofrer pelo fato de ainda se fazerem presentes características barrocas.

“Bem creio que te não faltarão que censurar nas minhas *Obras*, principalmente nas Pastorais onde, preocupado da comua opinião, te não há de agradar a elegância de que são ornadas. Sem te apartares deste mesmo volume, encontrarás alguns lugares que te darão a conhecer como talvez me não é estranho o estilo simples, e que sei avaliar as melhores passagens de Teócrito, Virgílio, Sanazaro e dos nossos Miranda, Bernardes, Lobo, Camões, etc. Pudera desculpar-me, dizendo que o gênio me fez propender mais para o sublime: mas, temendo que ainda neste me condene o muito uso das metáforas, bastará, para te satisfazer, o lembrar-te que a maior parte destas *obras* foram compostas ou em Coimbra, ou pouco depois, nos meus primeiros anos, tempo em que Portugal apenas principiara a melhorar de gosto nas belas letras. A lição dos Gregos, Franceses e Italianos, sim, me fizeram conhecer a diferença sensível dos nossos estudos e dos primeiros Mestres da Poesia. É infelicidade que haja de confessar que vejo e aprovo o melhor, mas sigo o contrário na execução.¹⁹⁷”

Antônio Cândido considera que nesta autocrítica do poeta talvez haja uma dose de falta de sinceridade, pois uma análise mais acurada dos poemas revela que teriam sido compostos em data posterior à assumida por Cláudio.

Esta preocupação de Cláudio Manuel com a crítica precisa ser compreendida em um contexto próprio do século XVIII, visto inexistir na época a crítica literária tal como a instituiu o século XX. No vocabulário setecentista, “crítica” é, seguindo Bluteau, “o juízo que os críticos fazem da obra de um autor.¹⁹⁸” O que a princípio nos recorda a definição atual. No entanto, Ricardo Martins Valle informa que a crítica era regulada por critérios dogmáticos. Era uma atividade do juízo, que estabelecia o que era verdadeiro ou falso ao entendimento¹⁹⁹. Destarte, o papel de crítico era próprio de todos os leitores que se encaixassem na categoria de pares do poeta. Lembrando que nas

¹⁹⁶ CÂNDIDO. op. cit. pp.93

¹⁹⁷ COSTA In: PROENÇA FILHO. op. cit. pp.47-48

¹⁹⁸ BLUTEAU. Op. cit. In: <http://www.ieb.usp.br/online/index> Acesso em 13/05/2009.

¹⁹⁹ VALLE. Op. cit. pp.109

Minas, malgrado a plêiade de poetas e homens letrados existentes à época de Cláudio Manuel da Costa, foi ele o *primus inter pares*.

A imitação de autores antigos, já discutida no capítulo 1, parece não dar conta de compreender todo o convencionalismo da poesia árcade mineira. Se por um lado, “Cláudio Manuel da Costa, entre outros, acena para o estilo singelo que se pode aprender nos modelos antigos, aludindo neste caso a Teócrito e a Virgílio, tanto quanto aos quinhentistas italianos e portugueses,²⁰⁰” por outro lado o recurso a determinados procedimentos anunciativos são muito mais um fruto “de pressões e motivações perceptíveis na própria cena da enunciação (...) por aquele que enuncia o discurso poético. (...) No caso de Cláudio de Gonzaga, aqueles fatores relacionam-se às contradições históricas vividas pelos letrados e magistrados de Vila Rica, decorrentes da posição ambígua que ocupam na estrutura social e administrativa da Colônia Portuguesa²⁰¹.”

De Coimbra Cláudio Manuel da Costa teria trazido o gosto pela convivência em um “clima de lazeres, de indolência e de vida contemplativa²⁰²”. Segundo Antônio Soares Amora²⁰³, Cláudio Manuel acreditava que o cultivo das artes não poderia prescindir de um ambiente que lhe fosse propício. Depois de seu retorno de Coimbra, Cláudio Manuel teria se esmerado em recompor este ambiente em sua pátria.

No entanto se nos detemos a analisar o poeta Cláudio Manuel da Costa destaca-se aquilo que Sérgio Alcides denomina de “relação de conflito entre a persona poética do autor e a paisagem ao redor²⁰⁴”. Alcides refere-se ao fato de que o cenário da pátria Minas viola a pré-condição da poesia bucólica, qual seja um *locus amoenus*.

No prólogo de suas obras, publicadas em 1768, Cláudio Manuel da Costa afirma:

“Não permitiu o Céu que alguns influxos, que devi às águas do Mondego, se prosperassem por muito tempo: e destinado a buscar a Pátria, que por espaço de cinco anos havia deixado, aqui entre a grossaria dos seus gênios, que menos pudera eu fazer que entregar-me ao ócio, e sepultar-me na ignorância! Que menos, do que abandonar as fingidas Ninfas destes rios e no centro deles adorar a preciosidade daqueles metais, que tem atraído a este clima os corações de toda a

²⁰⁰ HOLANDA. Op. cit. p. 219

²⁰¹ MARQUES, Reinaldo Martiniano. *Poeta e poesia inconfidentes*. Tese de doutorado. FALE/UFMG. 1993. PP.201

²⁰² FADEL. Op. cit. PP.30

²⁰³ AMORA apud FADEL Op. cit.

²⁰⁴ ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos*. Op. cit. PP.13

Europa! Não são estas as venturosas praias da Arcádia, onde o som das águas inspirava a harmonia dos versos. Turva, e feia a corrente destes ribeiros, primeiro que arrebate as idéias de um Poeta, deixa ponderar a ambiciosa fadiga de minerar a terra, que lhes tem pervertido as cores.^{205,,}

Esta região imaginária, baseada na tradição virgiliana, representa a planície mediterrânea, habitada pelas ninfas, onde os moradores viviam entregues ao ócio, versejando. Nascido em um “berço entre penhascos”, Cláudio Manuel viveu a permanente contradição entre a almejada poesia e o rude cenário de sua pátria. Desde o retorno de Coimbra, Cláudio Manuel lamenta o seu exílio, pois os rios da Arcádia seriam semelhantes àqueles deixados para trás em Portugal: o Tejo, o Lima e o Mondego. Isto fica comprovado no soneto XCVIII.

*“Destes penhascos fez a natureza
O berço em que nasci: oh! Quem cuidara
Que entre penhas tão duras se criara
Uma alma terna, um peito sem dureza!
Amor, que vence os tigres, por empresa
Tomou logo render-me; El declara
Contra o meu coração guerra tão rara,
Que não me foi bastante a fortaleza.
Por mais que eu mesmo conhecesse o dano,
A que dava ocasião minha brandura,
Nunca pude fugir ao cego engano:
Vós, que ostentais a condição mais dura,
temei, penhas, temei que Amor tirano,
onde há mais resistência, mais de apura^{206,,}”.*

Segundo Sérgio Buarque de Holanda:

“O profundo dissídio entre a fantasia literária, que o leva ao Velho Mundo ou, ainda melhor, a um mundo puramente ideal, e o sentimento que o tem preso por tão vivos laços à terra natal nunca se resolverá satisfatoriamente em sua obra poética. Dela cabe mesmo dizer que se realiza mais completamente e alcança com maior eficácia os seus objetivos, enquanto cede àquela fantasia e reprime, por conseguinte, este sentimento.^{207,,}

²⁰⁵ COSTA In PROENÇA. op. cit. pp.47

²⁰⁶ Idem ibidem pp.95

²⁰⁷ HOLANDA. op. cit.pp.231

No entanto, para Sérgio Alcides, com o decorrer do tempo a obra de Cláudio revela uma mudança no trato da terra mineira. Exemplo disto é o soneto II em que exalta o “pátrio rio”.

*“Leia a posteridade, ó pátrio Rio,
Em meus versos teu nome celebrado,
Porque vejas uma hora despertado
O sono vil do esquecimento frio:
Não vês nas tuas margens o sombrio,
Fresco assento de um álamo copado;
Não vês Ninfa cantar, pastar o gado,
Na tarde clara do calmoso estio.
Turvo, banhando as pálidas areias,
Nas porções do riquíssimo tesouro
O vasto campo da ambição recreias.
Que de seus raios o Planeta louro,
Enriquecendo o influxo em tuas veias
Quanto em chamas fecunda, brota em ouro²⁰⁸”.*

Melânia Aguiar afirma que nas composições de diferentes fases do poeta é possível perceber que o poeta “dialoga consigo mesmo” e que sua mudança de postura “não é apenas estética, mas sobretudo política²⁰⁹”.

Para Reinaldo Marques, “na poesia de Cláudio, todavia, a recordação do passado é causa de sofrimento, visto que gera a saudade do tempo antigo, do bem perdido²¹⁰.” E nos perguntamos se, a saudade do bem perdido no passado demonstrada pelo poeta, é unicamente pela paisagem natural perdida ou poderia ser vista de forma mais ampla, como um desabafo do autor diante de uma insatisfação generalizada com o presente vivido.

Poderiam objetar aqui que tais versos pertencem à obra lírica do poeta, não permitindo extrapolações para o épico *Vila Rica* aqui estudado. Entretanto, o significado destes versos é bem maior. As citadas lembranças, que valorizam os elementos de sua terra natal, a pátria Minas, remetem a um sentimento nativista. Não se pretende negar aqui a aparente dubiedade existente na obra de Cláudio Manuel que, ao mesmo tempo que valoriza a sua pátria, sente-se um exilado em sua própria terra e constantemente lamenta a distância que o separa das ninfas do Tejo.

²⁰⁸ COSTA In PROENÇA FILHO. op. cit. pp.52

²⁰⁹ AGUIAR. Poetas inconfidentes de Minas Gerais: Cláudio, Gonzaga e Alvarenga. In: RESENDE & VILLALTA. Op. cit. pp.341

²¹⁰ Idem ibidem pp.307

Wellington Cunha questiona este nativismo de Cláudio Manuel em seu trabalho. Citando a formação intelectual de nosso poeta refere-se às antigas regras que deviam ser obedecidas por cada autor. E afirma que não haveria uma continuidade entre os preceitos que Cláudio Manuel aplicou a sua poesia e à própria personalidade. Cunha conclui “É neste sentido que algo subjetivo, como o amor à pátria não encontra o lugar e espaço apropriado para se formar (...).²¹¹”. Entretanto, Sérgio Buarque de Holanda ao analisar a *Fabula do Ribeirão do Carmo* salienta que, em Cláudio Manuel da Costa, “a amargura contra a condição de peregrino em sua própria terra responde para o poeta a uma simples convenção literária. A paisagem brasileira, disse-o bem João Ribeiro, 'não cabe em sua estética'. E o mito que chegou a compor, visaria nada menos, a acomodar as exigências de um íntimo sentimento com as da convenção arcádica²¹²”.

Antônio Cândido concorda com Holanda e afirma: “De todos os poetas mineiros, talvez seja ele [Cláudio Manuel da Costa] o mais profundamente preso às emoções e valores da terra, embora uma inspeção superficial de sua obra possa sugerir o contrário.²¹³” Ou seja, o arcadismo enquanto estilo literário certamente dificultava o trabalho do poeta-historiador, que precisou adaptá-lo às condições rudes de sua terra, mas como o próprio Cláudio Manuel afirma claramente “*nada bastou para deixar de confessar a seu respeito [a pátria] a maior paixão.*”

No caso específico do poema *Vila Rica*, este apego à pátria Minas é o sentimento que domina todo o poema. De acordo com Marques, “as referências a rochedos, penhas e penedos, de sua parte sinalizam a presença de uma topografia particular, típica de Vila Rica, metaforizando a emergência de uma memória local, nativista²¹⁴.” Podemos citar diversos exemplos disto, em que o avanço de Antônio de Albuquerque é prejudicado pelas serras e os rochedos:

“*escabrosas serras*²¹⁵”

“*Densos matos cobrem;
vêm-se as serras
De escabrosos rochedos*²¹⁶”

“*Rama espessa da mata e duros troncos*²¹⁷”

211 CUNHA. op. cit. pp.58

212 HOLANDA. op.Cit. pp.234

213 CÂNDIDO. op. cit. pp.88

214 MARQUES. Poeta e poesia inconfidentes. op.cit.pp.308

215 COSTA. In: PROENÇA FILHO. op cit. pp.377

216 Idem Ibidem pp.405

*“Por entre a espessa brenha e serra nua,
Vencendo ásperos riscos e as correntes
Dos rios não cortadas de outras gentes
Mais que do hissurto e bárbaro gentio²¹⁸”*

2.2- O CENÁRIO DE PRODUÇÃO DO POEMA.

Devemos concordar com Wellington Cunha quando ele afirma que para compreender o poema *Vila Rica*:

“ (...) Deve-se situar o escrito em seu lugar de invenção, entendido como produto das determinações da dinâmica própria de um tempo que envolve maneiras de pensar, costumes, relações interpessoais específicas e, particularmente, a posição ocupada pelo autor-súdito em uma colônia de um Estado monárquico absolutista²¹⁹.”

Segundo Reinaldo Marques o poeta, como enunciador de discursos, demarca uma instância de enunciação. Assim cada poeta constrói sua identidade a partir do lugar que ocupa²²⁰. Diz ele, “o letrado de Vila Rica só se torna sujeito do discurso poético por ocupar certos lugares e falar a partir deles²²¹”. No caso da sociedade mineira dos setecentos, nossos letrados podiam falar dos papéis relevantes que desempenhavam. Eram magistrados e juristas, funcionários régios, proprietários e mineradores, e finalmente, homens de letras.

A urbanização da capitania vinculada à política mercantilista de exploração econômica da região, segundo Laura de Mello e Souza, deu-se nos últimos anos do século XVII, quando iniciou-se pequeno surto urbanizatório nas Minas, tendo sido fundados vários arraiais, como São Bartolomeu, Camargos, Casa Branca, Cachoeira e Rio das Pedras²²². Sergio Buarque de Holanda informa que em 1695 Antônio Dias e o Padre João de Faria fundaram os primeiros povoados na região que se tornaria Vila Rica. As mais importantes descobertas de ouro ocorreram entre os anos de 1695 e 1697. Holanda também afirma que a formação dos arraiais era feita com rapidez, embora inicialmente também desaparecessem com a mesma facilidade. A tendência à

217 COSTA. In: PROENÇA FILHO. op cit. pp.382

218 Idem Ibidem. pp.430

219 CUNHA. op. cit. pp.16

220 MARQUES. *Poeta e poesia inconfidentes* pp.154 a 181

221 Idem ibidem pp.155

222 SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. São Paulo: Graal, 4.ed. rev. e ampliada. 2004. pp.147

permanência dos arraiais dependia muito do caráter das betas e dos métodos de exploração utilizados. Além disto, aqueles lugarejos que conseguiam atrair os habitantes sob pretexto de folga ou festa tenderam a permanecer²²³. Em carta régia de 22 de novembro de 1698 a capitania de São Paulo, à qual pertenciam as Minas, passou a se sujeitar ao governo da capitania do Rio de Janeiro.

Em 1700 foram enviados às Minas os primeiros provedores para efetuarem a cobrança dos quintos. Decorrência da descoberta do ouro foi o grande afluxo de pessoas às Minas, passando estas a competir com os paulistas pela posse da região. Segundo Caio Boschi, a falta “de uma política de povoamento dirigida e previamente planejada pelo Estado”, permitiu, nos primeiros tempos, que emigrasse “toda espécie de gente, compondo as origens de uma sociedade anárquica, igualitária, onde o escalonamento praticamente inexistia²²⁴”.

A presença firme do Estado nos sertões das Minas, a partir da chegada do governador Antônio de Albuquerque, deu desenvolvimento à urbanização. O processo de fundação de arraiais como foi dito acima, já existia, mas agora sob a tutela do Estado ele reafirma a autoridade da Metrópole na região. Ainda segundo Souza, o período mais intenso do processo urbanizatório foi este iniciado por D. Antônio de Albuquerque e que se encerrou já sob o Conde de Assumar em 1718. Segundo Holanda o objetivo da Coroa ao incentivar a fundação de vilas estava em reunir a população dispersa e controlar os tumultos decorrentes da falta de polícia²²⁵. Vila Rica foi produto da fusão de três arraiais, a saber: Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Padre Faria e Antônio Dias. Antônio de Albuquerque, reunido com a população dos ditos arraiais decidiu

“erigir uma nova povoação e vila (...) para viver acomodados e sujeitos às leis da justiça, como Sua Majestade mandava e desejava se conservassem seus vassallos naquela conquista (...) e foi resolvido que logo se fizesse eleição dos moradores que deviam escolher os oficiais da Câmara²²⁶”.

Imediatamente foram escolhidos os juizes, vereadores e o procurador. Porém

²²³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: *História Geral da Civilização brasileira*. São Paulo: Difel. Tomo I V. 2 . pp.283.

²²⁴ BOSCHI apud FURTADO, Junia Ferreira. *Homens de negócio*. 2.ed. São Paulo: HUCITEC. 2006. pp.158

²²⁵ HOLANDA. Metais e pedras preciosas. op. cit. pp.283

²²⁶ Atas da Câmara de Vila Rica (1711-1715). Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol 49, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936. p. 201 apud GOUVEA, Maria de Fátima Silva. Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto. In: *Varia história*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.pp.125.

apenas em 1712 a criação da Vila foi confirmada pela Coroa, por carta régia de 15 de dezembro. No entanto seu nome foi alterado de *Vila Rica de Albuquerque* para *Vila Rica de Ouro Preto*. Além de Vila Rica, Antônio de Albuquerque fundou duas outras vilas: Ribeirão do Carmo e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição (Sabará). Estes episódios se encontram retratados por Cláudio Manuel no seu Fundamento histórico. Entretanto, como aponta Caio Boschi as vilas mineiras “não cumprem função meramente político-administrativa. Para além desses atributos, são locais de intenso comércio, de festas religiosas e profanas, de movimentada vida social e de manifestações artísticas e culturais”²²⁷. Mais adiante Boschi prossegue:

“Em primeiro lugar, deve ser salientado que esses aglomerados urbanos foram responsáveis pela introdução e pelo desenvolvimento de intenso mercado interno, tanto nos seus próprios limites, como no interior da capitania e, desta, com outras partes da Colônia. Se a exploração aurífera foi o início, nem sempre e nem em toda a região ela foi a principal atividade produtiva. Para cuidar do abastecimento, simultaneamente à mineração, vai-se compondo diversificada estrutura produtiva. Intensas relações comerciais e expressivas produções agropastoril e manufatureira, caracterizadas pela não inversão de grandes capitais e por baixos níveis de renda e poder de concentração, acabam configurando nítida economia regional, com ativo mercado interno.”²²⁸

A sociedade urbana e culta à qual Cláudio Manuel pertencia, inseria-se, pois, em um espaço dinâmico, que deve ser considerado o ponto de partida para a “modulação da voz poética”²²⁹. Vila Rica era “um espaço onde as esferas do público e do privado muitas vezes se interpenetram, ora se chocando ora se complementando, tornando-o um espaço carregado de ambigüidades, de tensões e contradições”²³⁰. O que impressiona é a rapidez com que se formou, pois estava constituída menos de um século depois da descoberta do Ouro por Antônio Rodrigues Arzão. Segundo Souza,

(...) Havia em Minas apreço tão acentuado pelas reuniões literárias, pelos espetáculos teatrais, pelas audições de música, pela encomenda e compra de livros, pela fruição estética que, sem exagero, pode-se falar que existia aí, talvez pela primeira vez na América Portuguesa, um verdadeiro sistema cultural.²³¹

²²⁷ BOSCHI. Op. cit. pp.53

²²⁸ Idem ibidem pp.54

²²⁹ MARQUES. Poeta e poesia inconfidentes. op. cit. pp.160

²³⁰ Idem ibidem pp 160

²³¹ SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. pp.226

Sendo a capital das Minas, Vila Rica era, portanto, o centro irradiador da cultura na América Portuguesa. Entre 1660-1670 funcionavam nas Minas vários teatros ou “casas de ópera”, como então se dizia. Vila Rica, São João Del Rei e Sabará possuíam as suas. Ao redor delas desenvolvia-se o trabalho de cantores, músicos, tradutores e poetas. Cláudio Manuel da Costa era um dos que mais contribuíam para o funcionamento destes teatros. Em sua carta à Academia Brasílica dos Renascidos informava ter muitas de suas obras apresentadas nos teatros de Minas e do Rio de Janeiro²³². Ao tempo da inconfidência seria de 250 o número de músicos que trabalhavam em Vila Rica. Nas outras localidades como o arraial do Tejuco, Cachoeira do Campo, Caeté, Pitangui, Serro, Paracatu, São José Del Rei e Prados não haveria menos de cem músicos em cada. Trabalhavam na música sacra, erudita, nos festejos oficiais do governo e da Igreja, além das já citadas casas de ópera. Ocorriam também festejos populares, jogos de cavalladas e de argolinha, tertúlias familiares, bailes, saraus. Tudo sempre animado por modinhas, congos, árias de operetas, serenatas e lundus²³³. Segundo Curt Lange a música feita nas Minas era rival do que de melhor se fazia em outras partes do mundo e era a melhor da América²³⁴.

É fato que a profusão de apresentações teatrais e musicais sofria com as condições rudes da terra e que a grandiosidade que se lhes poderia atribuir não encontra respaldo na realidade. Os atores e cantores eram, em geral, mulatos, o que causava repulsa nos valores aristocráticos de homens como Tomás Antônio Gonzaga.

Paralelamente à música, desenvolviam-se as grandes obras arquitetônicas e pictóricas de homens como Aleijadinho e Manuel da Costa Ataíde. Segundo alguns de seus biógrafos, é de Cláudio Manuel da Costa o risco da igreja de São Francisco em Vila Rica e a invenção da torre em forma de guarita militar, que depois seria copiada por muitos²³⁵.

Ronald Polito chama a atenção para a realidade artístico-literária que Minas vivia àquela época, particularmente em Vila Rica. Segundo ele, o que chama a atenção, de imediato, é a grande quantidade de obras produzidas e a sua diversidade. Isto ficaria ainda mais em evidência quando comparado com o mesmo período em Portugal. Conviveriam nas Minas idéias e formas artísticas diversas, conservadas intactas. Nas Igrejas, a permanência do barroco, já alterada pelo rococó; na literatura as obras

²³² LOPES, Edward. Op. cit. pp.29-30

²³³ LANGE, Curt apud LOPES, Edward. Op. cit. p. 30

²³⁴ Idem ibidem

²³⁵ LUCAS. Op. cit. PP.90.

barrocas e de culto ao lado daquelas arcádicas, fossem encomiásticas ou líricas. Acima de tudo mereceriam destaque as obras marcadas por uma atitude mais “laica e racionalista”, presente em Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto e “talvez em Cláudio Manuel²³⁶,”

A rede de sociabilidade a qual Cláudio Manuel da Costa pertencia, correspondia à nobreza da terra. Marco Antônio Silveira destaca que em todo Império Lusitano, durante a época moderna, a idéia de nobreza ia se ampliando. Cada vez mais deixava de ser um privilégio exclusivo das antigas famílias proprietárias de terras. Pertencer à máquina administrativa ou receber títulos honoríficos eram sinais de distinção²³⁷.

Era interesse do Estado lusitano incorporar a seus quadros funcionais a qualificada mão-de-obra coimbrã. Tal objetivo era endossado e sugerido pela própria universidade. Laerte Ramos de Carvalho cita documento em que o reitor D. Francisco de Lemos insistia em que o progresso do país estava atrelado ao bom aproveitamento dos melhores estudantes graduados pela universidade²³⁸. Antônio Cândido considera que a inexistência de um grupo intermediário entre o homem culto e o homem comum, levava estes estudantes a forçadamente assumirem posições de liderança administrativa ou profissional. Assim era comum um mesmo homem, ser “oficial, professor, escritor e político ou desembargador, químico e administrador²³⁹”. Isto era verdadeiro para a Metrópole e para a colônia. Caio Boschi não ignora que, apesar de cooptados pela estrutura de poder, estes letrados coloniais também adquiriam em Coimbra a consciência dos problemas de sua pátria e do atraso da Metrópole, quando comparada a outros países da Europa²⁴⁰. No entanto, além do próprio Cláudio Manuel da Costa, muitos outros mineiros graduados em Coimbra exerceram funções públicas, colocando seus talentos a serviço do Estado.

O “enobrecido” o círculo social de Cláudio era, segundo Starling, bastante animado por volta de 1775. Eram todos poderosos proprietários de minas de ouro, escravos, terras. Eclesiásticos, magistrados e comerciantes. Dele faziam parte homens como Alvarenga Peixoto (1744-1793), ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, o cônego Luís Vieira da Silva (1735-1809?), Carlos Correia de Toledo, vigário em São João Del Rey, João Rodrigues de Macedo, José Álvares Maciel (1760-1804), o

²³⁶ POLITO. op. cit. pp.256

²³⁷ SILVEIRA. op. cit. p. 47

²³⁸ CARVALHO. op. cit. pp.107-108

²³⁹ CÂNDIDO. op. cit. pp.100

²⁴⁰ BOSCHI. op. cit. pp.108

comerciante e administrador dos contratos e coletas de impostos Domingos de Abreu Vieira, o tenente – coronel Francisco de Paula Freire de Andrade (1752-1808) e a partir de 1782, também Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810). O acesso destes homens ao que melhor se produzia no universo cultural do século XVIII era garantido devido à intensa troca e empréstimo de livros e idéias propiciados pelos serões dos quais participavam. O hábito dos serões “funcionava como uma prática comum de sociabilidade urbana na segunda metade do século XVIII – era perfeitamente convencional na época, homens que se visitam de modo regular e informal para conversar, declamar versos, ouvir música ou jogar gamão²⁴¹.”

Embora tenha sido ao Conde de Valadares que Cláudio pediu proteção para a sua Arcádia Ultramarina (de efêmera duração), foi no governo de seu segundo sucessor, D. Rodrigo José de Meneses e Castro que o grupo de poetas e amantes das letras de Vila Rica encontrou ampla aceitação. Este juntamente com sua esposa, D. Maria José Ferreira de Eça e Bourbon, receberam Cláudio Manuel da Costa e seu grupo de amigos no Palácio, promovendo reuniões em que a sociedade da terra era convidada a admirar os seus poetas. No mais, tais encontros ocorriam entre as casas de Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Francisco de Paula Freire de Andrade ou João Rodrigues de Macedo.

Em uma destas conversas, Alvarenga mostrou a Cláudio Manuel o seu “Canto Genetlífico”, feito em homenagem ao nascimento do filho do governador D. Rodrigo José de Meneses. Segundo Gonçalves, é possível que haja influência de Cláudio Manuel neste poema que é um elogio à terra, suas riquezas e seus homens.

Dentre todos os poetas e letrados mineiros que freqüentavam os serões, nenhum foi tão próximo de Cláudio Manuel da Costa quanto Tomás Antônio Gonzaga. Polito identifica em Gonzaga um possível “aluno” de Cláudio Manuel na arte de versejar. Adolfo Gonçalves aponta que a amizade entre ambos cresceu rapidamente desde os primeiros dias de Gonzaga em Vila Rica. “Sempre estavam familiarmente um em casa do outro, comunicando-se com a lição dos versos e do mais que ocorria²⁴²”.

“Ao final da tarde, era a vez do ouvidor [Gonzaga] deixar de lado o trabalho e descer até a mansão do amigo. Como íntimo da casa, logo passou a entrar pelo portão do quintal, sempre aberto, e subia a escada externa para o terraço lateral, sobranceiro ao pomar. Varavam a noite no

²⁴¹ STARLING. op. cit. pp.63

²⁴² AUTOS DA DEVISSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA. Brasília/Belo Horizonte: Câmara dos Deputados, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais V. 2. pp.128

salão de jantar e visitas, onde Cláudio tinha uma estante com mais de 300 volumes e a banca de trabalho. Quando discutiam alguma coisa, quem sabe as óperas de Metastásio, o velho Altimidonte colocaria nos narizes as cangalhas, os óculos pequenos com aro de metal, e revolveria grandes e grossos livros com os dedos sujos de tabaco e rapé. Logo Gonzaga iria compartilhar da intimidade do poeta mais velho²⁴³.”

Luís Carlos Villalta nos dá informações sobre o acesso à cultura na colônia e sobre a posse e organização de bibliotecas. Segundo ele o século XVIII foi palco de uma mudança em relação ao conteúdo das bibliotecas. As obras devocionais, que predominavam nos séculos anteriores, continuaram a ter papel de destaque, mas começam a conviver com obras científicas e profanas, em geral²⁴⁴.

Minas Gerais sofria as mesmas dificuldades que o restante do Brasil no que diz respeito ao acesso à escola. O domínio da leitura e da escrita era muito reduzido. Malgrado o fato da maior parte da população não saber ler e escrever, era a capitania em que a posse de livros mais se fazia presente. A vida urbana teria sido um elemento incentivador da circulação e posse dos livros. Segundo Villalta o chefe emboaba Manuel Nunes Viana teria sido, entre as décadas de 1720 e 1730, um financiador de edições e possuiria obras de qualidade. Nas cidades de Vila Rica, São João Del Rei, Mariana e Diamantina circulavam um número significativo de livros, fato comprovado pelos inventários e pelos autos da devassa da inconfidência. As maiores livrarias não estavam nas mãos dos mais abastados, mas daqueles mais cultos e com maior escolaridade. As maiores bibliotecas estavam nas mãos de padres, advogados e cirurgiões. A respeito do hábito de leitura na América Portuguesa, Cunha afirma:

“Ler, em tempos coloniais, pressupunha o entendimento de diversas tópicas da invenção bastante engenhosas, que ligavam termos de significação muito distante como agudezas e engenhosidades da linguagem. O autor já tem previamente definido o seu público culto, pressupondo que domina todas as tópicas do discurso poético. Trata-se, portanto, de um critério de educação muito mais específico, para poucos, e ao mesmo tempo abrangente de muitas informações, pois cada tópica e cada figura de linguagem produzem a memória de testes antigos²⁴⁵.”

O perfil único da capitania mineira, ou seja, uma sociedade, urbanizada, uma

²⁴³ GONÇALVES. Op. cit. pp.107

²⁴⁴ VILLALTA, Luís Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. IN: SOUZA, Laura de Mello (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2002. pp.331-385. VILLALTA, Luís Carlos. O diabo na livraria dos inconfidentes. In: NOVAES, Adauto. *Tempo e história*. São Paulo: Cia das Letras 2006. pp.367-395

²⁴⁵ CUNHA. op. cit. pp.26

economia diversificada, com uma divisão social do trabalho definida fornecia às Minas as condições necessárias e gerava a necessidade de possuir escolas superiores. Boschi informa que foram vários os requerimentos dirigidos à Coroa solicitando a criação de tais escolas. Entretanto, a resposta da Metrópole foi sempre a mesma: “*que um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência de nossas colônias era a necessidade de vir estudar a Portugal*”²⁴⁶.

A elite que tinha a oportunidade de estudar em Coimbra possuía acesso fácil até mesmo a obras proibidas. Muitos dos livros que circularam na capitania e, possivelmente, dos que se encontravam nas mãos de Cláudio Manuel eram proibidos. O contrabando era fácil, no dizer de Villalta, embora fosse possível a indivíduos, seja por sua categoria profissional, seja pela sua posição social, obter especial licença da Coroa para possuir tais obras. Nas várias bibliotecas que Villalta cita estavam presentes tanto obras ortodoxas, como obras da ilustração. Juntamente com Anacreonte, Cícero, Demóstenes, Horácio, Petrônio, Virgílio e outros clássicos, os mineiros liam Condillac, D’Alembert, Montesquieu, Voltaire, Raynal e outros.

Entre as bibliotecas dos inconfidentes, Villalta, informa, a maior pertencia ao cônego Luís Vieira da Silva, em um total de 241 títulos e 556 volumes, já para Eduardo Frieiro²⁴⁷ os números eram maiores: 270 títulos e perto de 800 volumes. Deste total, num caso raro para a época, Holanda informa, constavam trinta títulos em língua inglesa. Em Frieiro, mais uma vez, os números variam. Seriam mais da metade em latim, 90 em francês, pouco mais de 30 em português, 5 ou 6 em italiano, alguns em espanhol e 24 em inglês. O espaço de leitura do Cônego era guarnecido com treze mapas nas paredes “com guarnições de jacarandá-preto torneado”. Havia “duas estantes de pau com cimalthas” e uma “mesa de madeira branca, lisa, com gaveta, sem fechadura, de sete palmos de comprimento e cinco de largo²⁴⁸”. Ao contrário de outros padres em sua livraria predominavam as obras profanas: 52,7% dos livros, contra 35% de obras sacras.

Padre Manuel Rodrigues da Costa possuía 59 obras e 207 volumes; Padre Carlos Correia de Toledo tinha 60 obras e 105 volumes; coronel José Resende Costa, 20 obras e 61 volumes; Domingos Fernandes da Cruz, possuía 7 obras e 8 volumes; coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto, 4 obras e 18 volumes; coronel José Aires Gomes, 4 obras e 4 volumes. Uma das maiores bibliotecas do período colonial teria sido a do

²⁴⁶ REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Belo Horizonte, 1910. pp.468. Apud BOSCHI op. cit. pp.105.

²⁴⁷ FRIEIRO. op. cit. pp.24

²⁴⁸ VILLALTA. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. op. cit. pp.379

bispo de Mariana, D. Frei Domingos da Encarnação Pontével, formada por 412 títulos e 1066 volumes.

A livraria de Cláudio Manuel da Costa, informa Villalta, possuía as paredes decoradas com “mapas, com guarnição de pau, com cabeças torneadas”²⁴⁹. A mobília era composta por estantes e uma mesa. Diogo de Vasconcelos²⁵⁰ afirmava que o poeta possuía 378 livros. Dentre estas obras, duas chegaram às mãos do historiador mineiro, identificadas como: “Antiquitatum Christianorum Institutiones”, de Júlio Lourenço Selvagio e “Summa Instituta” de Agostinho Bem Ferreira. Apesar de 30% da livraria ser sobre cânones e o direito, conteria uma tradução da “História da riqueza das nações” feita pelo próprio Cláudio Manuel. Com relação a esta obra, Sérgio Buarque de Holanda não acredita que ela estivesse entre os livros do poeta. Segundo Holanda, não há nenhum indício de que Cláudio Manuel conhecesse a língua inglesa, visto que seu estudo não era comum na época. John Milton e seu Paraíso Perdido citado no *Vila Rica*, está em sua tradução francesa. “As melhores obras de jurisprudência, de história e filosofia e também de literatura a mais variada, e as obras no original das línguas em que foram escritas²⁵¹”, estavam entre os 378 livros do Poeta.

Os dados de Villalta acerca da biblioteca de Cláudio Manuel são diferentes. Segundo ele, Cláudio Manuel, que possuía a segunda maior biblioteca entre os inconfidentes, tinha 99 títulos e 344 volumes. A parte de cânones e leis era composta por 28 livros, 27% do total. A parte de literatura e gramática possuía 10 títulos. Os dicionários de ciências profanas eram 4 obras, e uma obra de cada um dos assuntos: geografia, história, filosofia, política, escritura santa, teologia e história sagrada. É citada uma obra de santo Inácio de Loyola, sem menção de título. Villalta supõe ser os “Exercícios espirituais”, muito usada no seminário de Mariana. Figuravam ainda na livraria do poeta uma obra intitulada “Sonhos, poema erótico”, de autor não conhecido e uma obra de Anacreonte, conhecido por suas elegias e cantos eróticos. Sérgio Alcides²⁵² informa que Cláudio também era possuidor da *Poética* de Aristóteles. Sérgio Buarque de Holanda cita duas outras: uma de Baltasar Gracián em dois volumes e o *Cannochiale Aristotélico*, do conde Emanuele Tesauero. Supondo que Villata não as tenha contado acima, sem referir-se a seus nomes, temos precariamente identificadas 55 obras de Cláudio Manuel e desconhecimento sobre as outras 44, pois, infelizmente, sua

²⁴⁹ Idem ibidem pp.377

²⁵⁰ VASCONCELOS. Op. cit. pp.391-414

²⁵¹ VASCONCELOS. Op. cit. pp.397-98.

²⁵² ALCIDES. *Estes penhascos*. Op. cit. p. 85

biblioteca foi muito mal arrolada após sua prisão e morte. Entretanto, as obras esparsas que temos conhecimento, as listadas no épico *Vila Rica* e pelo que sabemos das bibliotecas de outros inconfidentes²⁵³ já podemos afirmar que nela teríamos autores modernos lado a lado aos clássicos greco-latinos.

Em 1768, situam Aguiar²⁵⁴ e Alcides²⁵⁵ a data em que Cláudio começa a demonstrar maior preocupação com os problemas de sua terra. No “Parnaso Obsequioso”, de 1768, dedicado ao conde de Valadares, está presente o apelo do poeta para que o governador apóie a criação da Arcádia Ultramarina, contribuindo para trazer às Minas tintas de civilização. No *Vila Rica* Cláudio exalta a sua pátria, que se torna digna de um épico.

O aumento da preocupação de Cláudio Manuel da Costa com sua pátria ocorreu paralelamente ao agravamento da situação da capitania. O círculo que se reunia nos serões literários não mais discutia prioritariamente a literatura. As acaloradas discussões em torno das obras lidas relacionavam-se à situação da capitania.

Maxwell relata que a crise da produção aurífera se iniciou nos primeiros anos da década de 1760. Segundo ele, no decênio de 1750 a cota anual de 100 arrobas de ouro era atingida com folga, para, 10 anos depois, se ver reduzida para uma média de oitenta e seis arrobas por ano. Entre 1774-1785 a média passou a ser de sessenta e oito arrobas. A recessão tomou conta da economia portuguesa, afetando tanto a cunhagem de moedas, que declinou drasticamente, quanto as importações da Inglaterra, caíram em 50% entre 1760-1770²⁵⁶.

Em 1776 Minas Gerais possuía uma população superior a trezentas mil almas, excetuando-se os indígenas. Deste total 50% era composto por negros e o restante por brancos e pardos. Tais números indicam que Minas continha 20% da população da América portuguesa.

O declínio da mineração já se refletia em Vila Rica no final do setecentos. Sua população diminuía, enquanto Rio das Mortes a tinha triplicada no mesmo período. Apesar do declínio do ouro a economia mineira era diversificada e regional. Distanciados da costa os mineiros conseguiram desenvolver uma autonomia econômica inexistente nas capitanias do litoral. Isto aliado ao fato de que o Estado Patrimonialista

253 Para uma análise aprofundada v. VILLALTA. O diabo na livraria dos inconfidentes. Op. cit.

254 AGUIAR In PROENÇA FILHO. Op. cit. PP.31

255 ALCIDES. *Estes penhascos*. op. cit. pp.28-29

256 MAXWELL, Kenneth. As causas e o contexto da Conjuração Mineira. In FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos*. Belo Horizonte: UFMG. 2001. pp.390

português tradicionalmente incorporava parte das elites locais a sua estrutura, o que havia permitido no decorrer dos setecentos que os mineiros exercessem grande influência administrativa em sua capitania. Kenneth Maxwell afirma:

“As condições sociais e econômicas de Minas Gerais, na década de 1780, contradiziam tudo o que o conceito de dependência colonial, então corrente entre os estadistas lisboetas, tinha por axiomático. Assim o desenvolvimento verificado em Minas era a antítese daquilo que a mentalidade oficial de Lisboa acreditava constituir a função de uma capitania colonial, e especialmente a daquela que, por tanto tempo, fora a fonte mais vital da riqueza colonial portuguesa.²⁵⁷”

As Minas do setecentos foram chamadas por Marco A. Silveira, com bastante propriedade, de “o universo do indistinto²⁵⁸”. Uma sociedade em que a pequena presença do Estado e a multiplicidade de grupos sociais, separados por questões econômicas, culturais e étnicas, ao mesmo tempo em que relacionados intimamente por pertencerem a uma sociedade ainda em formação, seriam, sucintamente, as razões desta indistinção. No início dos setecentos a violência generalizada marcou a descoberta do ouro e a vida nas Minas. Estudo recente de Carla Anastasia²⁵⁹, nos dá uma visão de tais conflitos. No fim do século, novamente parecia que esta sociedade havia se desnortado. As câmaras municipais entraram em decadência com o aumento do poder dos governadores. O arrocho econômico metropolitano mais uma vez parecia deixar “pátria” à procura de um rumo, de uma estruturação que lhe permitisse superar mais uma vez, o “caos”.

A elite letrada da capitania, em seus serões, cada vez mais associava a política às questões literárias. “Formada em função do ouro, do comércio, da terra e da organização da burocrática máquina administrativa (...) disputava, com a elite metropolitana o ganho e o poder em Minas Gerais.²⁶⁰” Maxwell nos informa que as suas reuniões não ocorriam apenas em Vila Rica, mas que grupos semelhantes existiam em São João Del Rei e por toda parte da capitania.

O grupo de Vila Rica se destacava devido à “qualidade de sua poesia, influência e riqueza²⁶¹”. Era, por razões econômicas, familiares, ou de amizade, ligados a homens

²⁵⁷ MAXWELL, Kenneth. As causas e o contexto da Conjuração Mineira. In FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos*. Belo Horizonte: UFMG. 2001. pp.390

²⁵⁸ SILVEIRA. op. cit.

²⁵⁹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Geografia do crime*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

²⁶⁰ VALADARES. Op. cit. p. 263

²⁶¹ MAXWELL. In: FURTADO. Op. cit. p. 398

do mesmo nível por toda a capitania. Aliadas aos aspectos puramente econômicos temos uma sociedade urbana e culta, disposta, em um momento de crise sem precedentes, a encontrar suas próprias alternativas nos planos cultural, político e econômico. Juntos estes membros da elite econômica e letrada das Minas, ainda antes da Conjuração se esboçar, pareciam dispostos a exercer a função que lhes cabia como homens de letras e desempenhar ainda que de maneira velada, o papel político deles esperado. Entretanto, afirma Starling, esta rede de sociabilidade também propagou-se verticalmente e atingiu outros setores da sociedade.

Esta verticalização do debate, afirma a autora, se deveu ao fato de que era bastante grande a gama de interesses contrariados pelo Coroa nas Minas Gerais. Esta situação levou mesmo aos não letrados a consciência de seu papel de dominados dentro do Império Português. Este processo de verticalização foi propiciado por indivíduos que circulavam entre os diferentes grupos sociais, como Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) ou o Padre Rolim. Tiradentes, na função de comandante do destacamento de cavalaria responsável pela patrulha da serra da Mantiqueira era um habitual freqüentador de pousadas e estalagens do Caminho Novo. Além disto, estava sempre visitando boticas, praças portas de igrejas, tabernas e casas de prostituição. Já o Padre Rolim na sua “função” de contrabandista de diamantes, mantinha contato com uma diversidade de pessoas, inclusive com os que garimpavam o diamante fora da lei²⁶².

Acreditamos que Cláudio Manuel e a elite em geral, apegavam-se a idade do ouro situada do fim Guerra dos Emboabas até a década de 1750. Real, como quer Maxwell, ou suposta, como acredita Silveira, esta idade do ouro guiaria os passos daqueles enveredaram pelos caminhos da Conjuração de 1789 ²⁶³.

Se temos um escritor nativista²⁶⁴, resta-nos saber se este homem possuía um público que se identificasse com seus escritos, tornando o *Vila Rica* mais do que a

²⁶² STARLING. Op. cit. pp.64 - 65

²⁶³ SILVEIRA. op.cit. MAXWELL. In: FURTADO. Op. cit.

²⁶⁴ A idéia de pátria enquanto local de nascimento, parece ser o mais antigo significado do termo. É este que lhe atribuem alguns autores quando referem-se a obras como o poema *Vila Rica*, de Cláudio Manoel da Costa. Outros já destacam o fato de que em fins do período setecentista, a noção de pátria já se modificava, tornando-se semelhante ao que temos hoje. Baseando-me nesta discussão creio ser possível sugerir algumas reflexões. Pátria = local de nascimento, muitas vezes, *cidade* natal certamente nos permite recordar épocas e regiões em que a pátria era efetivamente uma cidade. Roma, as cidades-estado gregas, as repúblicas italianas são exemplos óbvios. Talvez a evolução do conceito de pátria esteja ligada ao fato de que no decorrer do período moderno tenha se desenvolvido um vínculo mais amplo entre as pessoas e a sua terra natal. A medida em que se ampliava a divulgação das noções de liberdade e mesmo de república, pessoas vinculadas a divisões geográficas mais extensas passaram a identificá-las como pátria. Assim pátria é mais do que o local imediato do nascimento, mas todo aquele com o qual o indivíduo sente-se vinculado por um sentimento de identidade e afetividade e para o qual deseja a autonomia política

manifestação de sua vinculação aos padrões poéticos impostos²⁶⁵. Precisamos saber se o poema representava, além padrões estilísticos determinados pelo bom gosto vigente, as aspirações de um grupo e de uma época. Cremos estar no caminho certo quando afirmamos que, dadas as características que enumeramos sobre a parcela da sociedade mineira em que se inseria o poeta, o seu público estava garantido. Cláudio Manuel não era uma exceção, mas alguém que possuía seus pares e autor de um discurso que, longe de se perder no vazio, encontrava eco entre estes.

CAPÍTULO 3 - AS ORIGENS DE MINAS GERAIS NO POEMA “VILA RICA”

265 Devemos lembrar aqui que para Cunha, Cláudio Manuel apenas seguia as imposições do estilo dominante, não existindo vínculo entre sua personalidade e sua obra. Discordarmos disso e acreditamos que em sua obra Cláudio Manuel expressava não apenas seu próprio pensamento mas o de seus pares

3.1- O VILA RICA COMO UM MITO DE FUNDAÇÃO.

“A legitimação do poder remete necessariamente a uma história
exemplar, a um princípio a um mito fundador”
C. Ginsburg²⁶⁶

Desde os primórdios da Humanidade, a idéia de Idades Míticas perpassa por diversas culturas. Mito aqui é usado no seu sentido antropológico, qual seja, o de solução imaginária para conflitos, problemas e contradições que não podem ser resolvidos no plano do real. A insatisfação com o presente, as denúncias do mal da contemporaneidade levam o homem a buscar uma era de felicidade, em geral no passado, que é imaginada como *Idade do Ouro*.

Segundo Jacques Le Goff, “o que está em causa, em primeiro lugar, nas Idades Míticas é a idéia de progresso²⁶⁷”. Paula Cristina Alves, afirma:

“É universal a idéia de que o homem não quer viver o seu presente, escapando para o passado (ou para o futuro): o presente oprime-o com males que tornam a existência penosa e insuportável. Daí a nascer numa coletividade à nostalgia das origens, de uma Idade de Ouro mítica, vai um pequeno passo. Sendo assim, a Idade de Ouro é um arquétipo da humanidade, um tema do inconsciente coletivo onde o mundo surge isento de frustrações, de impotências e de limites que povoam a existência do homem²⁶⁸”.

O mito, na antiguidade Greco-latina foi divulgado pelas obras de Ovídio, bastante difundido também na Idade Média e no Renascimento. Sua descrição da Idade do Ouro, presente em algumas de suas obras inicia-se assim: “A primeira idade foi a do ouro / em que, sem lei nem castigo, espontaneamente / os homens praticavam a boa fé e a justiça²⁶⁹.” Na *Eneida*, livro VIII, Virgílio abordou a temática descrevendo o reinado mítico de Saturno na Itália, no Lácio, como sendo a Idade do Ouro. O poeta diz:

“Estes bosques eram ocupados por Faunos e Ninfas indígenas e por uma raça de homens nascida do duro tronco dos carvalhos, e não tinham nem polícia nem civilização; não sabiam atrelar os touros, nem ajuntar

²⁶⁶ GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira*. São Paulo: Companhia das letras, 2001. pp.83

²⁶⁷ LE GOFF, Jacques. Idades Míticas. In: *Enciclopédia Einaudi*. Tomo I. Memória/História. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda. 1984. pp.355

²⁶⁸ ALVES, Paula Cristina F. D. da Cunha. *Entre a Idade do Ouro e a Idade do Ferro; os percursos da condição humana em Hesíodo e Sophia*. Dissertação de mestrado. Universidade de Aveiro. 2000.p 19

²⁶⁹ OVÍDIO apud LE GOFF, Jacques. Op. cit. PP.319.

riquezas, nem poupar suas provisões; mas os ramos e caça trabalhosa os alimentavam. Saturno foi o primeiro que veio do Olimpo etéreo, fugindo às armas de Júpiter, e agrupou esse povo indócil, esparso sobre altas montanhas, e lhe deu leis e lhe escolheu o nome de Lácio, por ter encontrado nele um refúgio seguro para seu esconderijo. Os séculos que se chamam de ouro decorreram sob seu reinado, pois assim, em paz tranqüila, governava seus povos²⁷⁰.”

Entretanto, entre os textos da Antiguidade o mais célebre na evocação de um retorno à Idade do Ouro é a *Écloga IV* de Virgílio.

Assim, diz Le Goff “se forma uma Idade do Ouro não primitiva: uma idade de civilização e de progresso (...)”²⁷¹. Por mais fantasiosa que fosse a previsão do retorno da Idade de Ouro em Virgílio, devemos lê-la como aquilo que ela é: um discurso poético, repleto de metáforas, para um período de paz, abundância e justiça. Como sabemos, Virgílio era o autor clássico favorito de Cláudio Manuel da Costa e sua influência se faz presente na obra claudiana e no *Vila Rica* diretamente e através da *Henriada* de Voltaire.

Como já discutido anteriormente, as Minas do século XVIII vivenciavam um momento de “caos”. As novas condições sócio-econômicas haviam levado a elite da capitania a uma situação limite, em que era preciso encontrar alternativas nos planos políticos, econômicos e sociais. A idealização do passado, das origens da capitania estava presente no discurso da elite letrada setecentista.

Reinaldo Martiniano Marques afirma que imersos em um contexto social hierarquizado, o discurso dos poetas utiliza-se da ambigüidade para realizar a crítica da sociedade mineradora colonial. Segundo ele a representação de sonhos arcaicos, como a utopia da idade de ouro é uma forma de alcançar isto²⁷². Assumir uma figuração imaginária era um meio de escapar dos mecanismos metropolitanos de controle e repressão.

Em relação à obra encomiástica de Cláudio Manuel da Costa, por exemplo, Melânia Aguiar diz:

“O presente, que normalmente é o tempo por excelência da poesia encomiástica, somatório das qualidades e feitos gloriosos do homenageado, apresenta-se como um mero estágio para o futuro, aqui identificado ao passado do mito, à idade do ouro, cheia de benfeitas realizações e de felicidade perene.”²⁷³

²⁷⁰ VIRGÍLIO. Op. cit. pp.172

²⁷¹ LE GOFF. Op. cit. pp.321

²⁷² MARQUES, Reinaldo Martiniano. Poeta e poesia inconfindentes. Op. cit. pp.195

²⁷³ AGUIAR In PROENÇA FILHO Op. cit. pp.34

No drama “O Parnaso obsequioso”, o poeta que vivia os dramas provocados pela política metropolitana do ministro Martinho de Melo e Castro, louva o Conde de Valadares prefigurando uma época de felicidade, de retorno da “idade de ouro mítica, dos tempos imemoriais²⁷⁴”.

“Em Cláudio, o estado de decadência da capitania com o escasseamento do ouro e, a par disso, a pressão da metrópole, não permitem, de leve o paralelo desta sociedade com a idade feliz que o Poeta descreve em seu Parnaso. Entretanto, pelo fio condutor da memória – ou de Mnemosine, a mãe das musas que o inspiram – o Poeta recupera esta idade que a mitologia criou, para representar o que de mais perfeito existiu no plano social e que ele quer ver transposto para as suas ‘áureas Minas’ decadentes. O retorno à mitologia e à idade de ouro não é apenas um tributo estético à literatura clássica, sem dúvida recorrente em sua obra; é também uma forma de luta, de oposição a uma realidade histórica incômoda, a uma situação econômica que já caminha para o insuportável. O olhar sobre o passado, que ele almeja identificar ao futuro risonho que antevê, é uma forma de recusa ao presente, infeliz²⁷⁵”.

Em versos dedicados ao Marquês de Pombal, Cláudio já retratava idéia da idade de ouro.

*“Talar as províncias, arrasar Cidades,
A cinzas reduzir Reinos inteiros,
Foram desses Espíritos guerreiros
As nobres, imortais heroicidades.
Mas se eles são lembrados nas idades
Por grandes, por distintos, por primeiros,
Nas campanhas, nas praças, nos terreiros
Vive ainda o terror das impiedades.
Se Alexandre, Cipião, César, Pompeio
Cingem na Fama o disputado loiro,
O seu orgulho a funestá-los vejo.
Vós da Fortuna com mais fausto agoiro
Vivei, Marquês, pois encontrei o meio
de nos fazer gozar da idade de ouro.”²⁷⁶*

Cláudio Manuel da Costa em seu épico *Vila Rica* retomou o tema da fundação. Seu exemplo direto a *Henriada*, como já exposto, marca a fundação de uma nova monarquia francesa, após os períodos de discórdia e fanatismo das guerras de religião. Obviamente, com sua esmerada formação clássica Cláudio Manuel viu a forte influência da *Eneida* na obra voltairiana, o que de acordo com os valores e princípios de imitação

²⁷⁴ Idem ibidem pp.35

²⁷⁵ Idem ibidem pp.35

²⁷⁶ Neste poema dedicado ao Marquês de Pombal, Cláudio Manuel exalta as qualidades do estadista que conserva a paz no reino, instaurando uma verdadeira idade de ouro.

vigentes na época e de acordo com a admiração do próprio Cláudio Manuel a Virgílio, somente devem ter aumentado o valor estético e temático da *Henriada* a seus olhos.

O discurso dos contemporâneos da decadência da mineração, insistia em contrapor àquele momento aflitivo vivido nas Minas a um outro, descrito assim pela Câmara de Vila Rica (1772) em carta ao rei:

“No momento em que se estabeleceu a cota das cem arrobas, se achavam os povos destas Minas abundantes e pingues as lavras: estava franca a extração dos diamantes em que se percebiam os povos avultados interesses: girava o negócio com abundância; e presentemente se acha exaurido o ouro das melhores terras, e cansadas as roças, sem haver descoberto.”²⁷⁷

Resgatar as origens da pátria Minas, procurando apontar em uma passada Idade do Ouro um exemplo para o futuro almejado parece ser o ponto que norteou a composição do *Vila Rica*. Ao tratar da fundação da capital das Minas, sob o pretexto de louvar o herói Antônio de Albuquerque conseqüentemente da própria capitania, Cláudio mitifica o passado, pois como salienta Moses Finley uma das funções do mito é “tornar o passado inteligível e compreensível selecionando e focalizando algumas partes dele, que, deste modo, adquiram permanência, relevância e significado universal²⁷⁸”.

Como destaca Maria Christina Rocha²⁷⁹, os mitos heróicos não devem ser incluídos no conceito genérico de atemporalidade, com o qual os mitos são tratados. Isto ocorre porque estes mitos heróicos pertencem sempre a duas categorias, a dos mitos de fundação e a dos mitos de conquista. Os mitos de fundação versam sobre a origem de cidades e de linhagens reais sendo estruturados sobre um fundo histórico.

Já foi demonstrado anteriormente o uso que Cláudio Manuel da Costa fez da história na composição de seu poema, utilizando-a no sentido próprio que lhe dava o século XVIII e o pensamento voltairiano. Assim o seu mito heróico, que se encaixa na categoria de fundação, não foge ao modelo e se encontra justificado pela utilização que ele fez da história.

A idéia de mito fundador, cara a Hannah Arendt²⁸⁰ foi desenvolvida a partir de sua interpretação da Revolução Americana. Ela observa o quanto as ações dos

²⁷⁷ Apud SILVEIRA. O universo do indistinto. Op. cit. pp: 107

²⁷⁸ FINLEY, Moses I. Mito, memória e história. In: *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. pp.5.

²⁷⁹ ROCHA, Maria Christina de Caldas Freire. Discurso mítico e construção histórica. *Revista do Mestrado de História da Universidade Severino Sombra*. No 01. 1998. pp.42-51

²⁸⁰ ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1990

revolucionários da Idade Moderna foram inspiradas nos exemplos da Civilização romana. Este apego à Antiguidade é justificado pela assertiva de que através de suas próprias experiências tinham criado a necessidade de modelos e precedentes. Precisavam garantir a estabilidade e a autoridade do corpo político que criavam a partir de um início e não viam um começo exceto no passado mais distante. A autora exemplifica a “adoração” dos americanos por sua Constituição como um elo que os liga a suas origens, ao momento de sua fundação e atribui o resultado vitorioso de sua revolução justamente ao fato desta Constituição ser adorada desde os seus primórdios, antes mesmo que se visse algum efeito prático de sua adoção.

“A própria concepção romana de autoridade sugere que o ato de fundação gera, inevitavelmente, sua própria estabilidade e permanência e, nesse contexto, a autoridade não é, nada mais nada menos, do que uma espécie de ‘aumento’ necessário, em virtude do qual todas as inovações e mudanças permanecem ligadas à fundação original, ao mesmo tempo que a fazem aumentar e desenvolver-se. (...) A idéia de que o ato ‘revolucionário’ de dar início a alguma coisa inteiramente nova e o zelo preservativo, destinado a proteger esse novo início através dos séculos, estão inter-relacionados-, estava profundamente enraizada no espírito romano e transparecia nitidamente em quase todas as páginas da história romana. (...) É bem verdade que os fundadores americanos assumiram o papel dos maiores romanos, daqueles ancestrais que eram, por definição, ‘os maiores’, antes mesmo que o povo os reconhecesse como tais. Mas o espírito que os fez reivindicar essa qualidade estava isento de arrogância; ele surgiu do simples reconhecimento de que, ou eles eram fundadores, e, conseqüentemente, se tornariam ancestrais, ou eles haviam fracassado. O que contava não era nem sabedoria nem virtude, mas apenas o próprio ato, que era indiscutível²⁸¹.”

Através deste conceito, Hannah Arendt propõe a re-atualização do passado e a preservação da memória. A criação de um mito de fundação como acreditou que pode ser lida a obra de Cláudio Manuel da Costa, permite ao homem a liberdade de recriação permanente da fundação. Atualiza o passado e permite que ele se reconcilie com o presente. Através do mito é possível resgatar a tradição (preservando a memória) e criar algo de novo.

Marco Antônio Silveira considera não apenas a obra de Cláudio Manuel da Costa, mas outras do período como a “História da América Portuguesa” de Rocha Pita “permeadas de formas e conteúdos míticos de significativa importância, [que] retomam e reelaboram, ainda nos Setecentos, as tópicos da fundação e do fundador²⁸²”. Este

²⁸¹ Idem ibidem pp.162-163

²⁸² SILVEIRA, Marco Antônio. A historiografia da fundação: breves considerações sobre a história da

mesmo autor aponta as *Cartas Chilenas* de Tomás Antônio Gonzaga como um exemplo da literatura setecentista que exalta a idade de ouro. Silveira afirma que nesta obra há “um tipo particular de visão, mais sistematizada, erudita e marcada pelo apego à civilização e a uma saudosa idade de ouro. Alimentava-se, como tantos outros, do vigor das imagens mitológicas”.²⁸³

Privilegiando em seu estudo as obras de Tomás Gonzaga e Cláudio Manuel, Reinaldo Marques nos leva a uma reflexão sobre o sentido da mudança e do passado na obra de Cláudio Manuel. Segundo ele: “Se o presente é mudança, o passado é o que resta de permanente, conservado na memória. É visto pelo poeta como plenitude, de posse do bem perdido com a mudança²⁸⁴”. Para tanto, Marques recorre aos sonetos VII e VIII do poeta. Recorreremos aos sonetos para que fique clara a compreensão do que foi dito:

Soneto VII

*“Onde estou? Este sítio desconheço;
Quem fez tão diferente aquele prado?
Tudo outra natureza tem tomado,
E, em contemplá-lo, tímido, esmoreço.
Uma fonte aqui houve; eu não me esqueço
De estar a ela um dia reclinado;
Ali em vale um monte está mudado:
Quanto pode dos anos o progresso!
Árvores aqui vi tão fluorescentes,
Que faziam perpétua primavera:
Nem troncos vejo agora decadentes.
Eu me engano: a região esta não era;
Mas que venho a estranhar, se estão presentes
Meus males, com que tudo degenera!”*

Soneto VIII

*“Este é o rio, a montanha é esta,
Estes os troncos, estes os rochedos;
São estes inda os mesmos arvoredos,
Esta é a mesma rústica floresta.
Tudo cheio de horror se manifesta,
Rio, montanha, troncos e penedos,
Que de amor nos suavíssimos enredos
Foi cena alegre, e urna é já floresta
Oh! Quão lembrado estou de haver subido
Aquele monte, e as vezes que baixando
Deixei do pranto o vale umedecido!
Tudo me está a amemória retratando,*

formação das Minas. In: *Cronos*. No 09. Faculdades Pedro Leopoldo. 2005. pp.103

²⁸³ SILVEIRA. O universo do indistinto. op. cit. pp.183

²⁸⁴ Marques. (In)*Confidencias da memória na poesia mineira do século XVIII*. op. cit.pp..306

*Que da mesma saudade o infame ruído
Vem as mortas espécies despertando*²⁸⁵”.

O que Cláudio Manuel da Costa fez foi recorrer ao passado, em seu poema *Vila Rica*, às origens e trazê-los para o presente, dando uma idéia de perenidade. A fundação deve emanar da nação, ou na ausência desta, da sociedade. O canto X do *Vila Rica*, por exemplo, demonstra isto.

“(…) *E solenizando a ação [Antônio de Albuquerque], procura
Se lavre logo a sólida escritura,
Onde o foral da Vila se estabelece
Entanto o pátrio Gênio lhe oferece,
(…)*²⁸⁶”

O “pátrio Gênio” do poema é tão somente a representação da terra e de sua gente que dá seu aval ao ato de Antônio de Albuquerque. Mais adiante lemos:

“ Mas já lavrado estava e já firmado
O termo, que escrevera o bom Pegado;
Quando mais que a eleição, podendo o acaso,
Manda o Herói que se extraíam dentre um
vaso
Os nomes dos primeiros a quem toca
Reger a Vara que a justiça invoca²⁸⁷.”

Estão presentes nestes versos a idéia de fundar algo inteiramente novo e que deve permanecer através dos tempos. Quanto ao fato do poeta referir-se a Antônio de Albuquerque como herói não deve ser necessariamente visto como submissão à metrópole, pois em um momento de fundação, como já citamos em Arendt, o que conta é o ato em si e não necessariamente a sabedoria ou virtude daqueles que o praticam. É possível também ver no todo do poema, pelo apego demonstrado por Cláudio Manuel à Pátria, a idéia de que ignorar aquelas origens era perder o sentimento de pertencimento à mesma Pátria, leitura que também se depreende dos escritos de Arendt.

Através, portanto, do conceito de “mito fundador” torna-se mais claro o apego do Poeta às origens de sua Pátria, posto que permite a compreensão dos meios pelos quais seria possível resgatar a desejada idade de ouro que havia se iniciado com tal ato.

3.2- OS ANACRONISMOS E A MITOLOGIA PRESENTES NO *VILA RICA*: O RESGATE DAS ORIGENS MÍTICAS

²⁸⁵ COSTA In PROENÇA FILHO. op.cit.pp.54

²⁸⁶ Idem ibidem pp.444

²⁸⁷ Idem ibidem pp.446

Apontar os anacronismos na obra de Cláudio Manuel da Costa não é uma novidade. Aqui mesmo já demonstramos como Hélió Lopes foi um cuidadoso historiador no sentido positivista do termo ao demonstrar a discrepância entre os fatos e a versão deles retratada no poema por Cláudio Manuel. Na verdade, o próprio Lopes adverte que Cláudio conhecia a verdadeira versão dos fatos, mas que escolheu alterá-los por conveniência poética. Discordamos de Hélió Lopes neste ponto, pois acreditamos que os motivos que levaram Cláudio Manuel da Costa a manipular o passado foram muito superiores às necessidades da poesia.

Logo no Canto I Cláudio Manuel refere-se à morte de D. Rodrigo de Castel Branco, que aparece a D. Antônio de Albuquerque.

*“Em vão se cansa,
Em vão o vosso Rei, se ver pertende
Subjugado este povo, que defende
Com bárbaro zelo as pátrias Minas;
Debalde tu também hoje imaginas
Chegar ao centro delas; eu contemplo
Mil perigos na empresa; fresco exemplo
Te dá a minha morte; só te espera
De gênios brutos pertinácia ferta;
Falta de fé, traições, crimes atrozes
Só terás de encontrar; se as minhas vozes
Teu crédito merecem, deixa, evita
A infame estrada²⁸⁸”*

A morte de D. Rodrigo havia ocorrido já havia trinta anos, chamá-la de “fresco exemplo” como fez Cláudio certamente foi com intuito de justificar seu aparecimento a Antônio de Albuquerque. A presença do fantasma do governador assassinado é um recurso utilizado para demonstrar a selvageria em que viviam as Minas antes do estabelecimento das autoridades lusitanas. Embora o assassinato de D. Rodrigo seja atribuído ao paulista Borba Gato, o fantasma aproveita para advertir a Albuquerque sobre os rebeldes que naquele momento tomam conta das Minas, ou seja, os emboabas. Assim o Poeta conseguiu utilizar-se de um fato desabonador a seus ancestrais paulistas para descrever a insegurança gerada pela revolta emboaba.

O suposto assassino de D. Rodrigo surge no final do Canto II:

*(...) Brioso Cavaleiro, que seguido
Vem de um forte esquadrão do Índio vencido;
Soa alegre o clarim, que a marcha guia,
A salva amiudada ao ar se envia;*

²⁸⁸ COSTA In PROENÇA FILHO. op.cit.pp. 379. O negrito é meu.

*E enquanto de Garcia o Herói se informa
De novo o Aventureiro, posta em forma
Cada uma das nações, que traz consigo,
Um e outro se encontra ao doce amigo,
Prontos os servos a estribeira pegam,
E ele se apeia e abraça aos que se chegam.²⁸⁹”*

Após sua chegada é narrada a morte de D. Rodrigo:

*“Terás ouvido, ó General famoso,
Variamente o meu caso; e duvidoso
Talvez estas da fé, que guardo atento
Ao meu Rei em sinal do juramento
Acusado por cúmplice na morte
Do grande Dom Rodrigo, a minha sorte,
Mais que o delito meu, desculpar venho,
Sem adorno o sucesso agora tenho
De dizer-te; e verás, hoje informado,
Que sou mais infeliz do que culpado.²⁹⁰”*

A chegada de Borba Gato e sua defesa diante de Antônio de Albuquerque são pura ficção. Cláudio Manuel cria o episódio com o intuito de permitir a Borba Gato apresentar sua defesa ao governador, representante do rei. É a chance de limpar a honra do “brioso cavaleiro” paulista.

O Padre João de Faria Fialho é outro personagem que jamais conheceu Antônio de Albuquerque, tendo morrido antes de 1711. A sua presença no poema tem a mesma justificativa da de Borba Gato: representar os pioneiros na ocupação das Minas. Sutilmente o poeta se utiliza destes personagens para tomar partido contra os forasteiros no conflito que então se travava.

*“Eu dos primeiros fui, eu fui, dizia,
Dos primeiros que o berço abandonado
Deixei, mais do fervor estimulado
De reduzir os índios à justiça
Da nossa religião, que da cobiça.
Entrei estes países e inda noto
Em cada tronco os pousos, onde roto
O vestido, tentei passado avante
O giro dos sertões; de bem distante
Parte dos grossos matos descobria
Uma elevada e tosca penedia,
A quem coroa um pico a altiva frente.
Demanei esta rocha, e do continente
De toda ela um ribeiro vi, que nasce,*

²⁸⁹ COSTA In PROENÇA FILHO. op.cit.pp. 389

²⁹⁰ Idem Ibidem p. 389

*Quedo sol recolhendo dentro a face
Pareceu converter-se todo em ouro.
Não vou buscar no meu invento o agouro
Nem creio, que este o Itamonte seja ,
Mas sei, que a língua pátria, que deseja
Explicar sempre em tudo a natureza,
De itá nome lhe deu, e na rudeza
Do gentio talvez, que hoje alterado
O nome Curumim lhe seja dado.²⁹¹”*

Frei Francisco de Menezes é um dos frades não nomeados por Cláudio Manuel citados no poema. Embora tenha tomado parte ativa na Guerra dos Emboabas, não estava em Minas no ano de 1711. No entanto, é em sua boca que Cláudio Manuel coloca um violento discurso contra os paulistas. Certamente, neste caso, o poeta considerou que se o acontecimento não era real, a sua atuação firme a favor dos emboabas justificariam esta passagem. Mais uma vez, temos o sentimento paulista de Cláudio Manuel preponderando em seu épico.

Manuel Nunes Viana, juntamente com Frei Francisco é descrito submetendo-se, finalmente, à autoridade régia. A passagem é criada sob medida para mostrar o caráter benemérito de D. Antônio e simboliza a pacificação das terras mineiras:

*“(…) Os braços estendia
para Viana: neles recebia
Logo a Francisco, quem recomendava
O mesmo, e muitas vezes protestava
Que do seu Rei poria na presença
Um tal serviço; ordena sem detença
Que partam desde logo; tem por dita
Os dous Vassalos ver que os acredita
O conceito do Herói; as mãos lhe beijam
E o desterro político desejam
Cumprir, mais que por força, por vontade.²⁹²”*

Garcia Rodrigues Paes é citado como o fiel companheiro de D. Antônio, que o estimula diante das adversidades.

*“A glória não se alcança, não se adorna
Do louro da virtude o que senega
Às árduas diligências; sei que chega
Vosso zelo e valor ao termo, aonde
Tudo o que é grande apenas corresponde
Ao meditado arrojo; mas passado
É talvez o pior, e já lembrado
Posso esperar que o mal encha algum dia*

291 COSTA In PROENÇA. op. cit. pp.387-388.

292 Idem Ibidem p. 444-441

Os corações e as almas de alegria”

No entanto o encontro nunca ocorreu. A sua presença no poema serve para representar os desbravadores paulistas e mostrar a fidelidade destes a Antônio de Albuquerque. É também Garcia como representante dos filhos da terra que deve ser o primeiro a desbravar e tomar posse, assim como no passado haviam feito os paulistas.

José de Camargo Pimentel é mais um dos personagens cuja presença no poema somente se justifica por sua participação no momento inicial do desbravamento das Minas, em fins do século XVII. Assim Cláudio se refere a ele:

*“Conta Camargo, que o vizinho monte
Subira com os seus, e que de ponte
Um madeiro que o tempo derribara,
Lhe servira, e por ele além passara,
Que desde ali por entre as brenhas via
Uma pequena Aldeia, a quem fazia
Baixa e comprida choça a cobertura
Aos queimados Tapuias: desde a altura
Do monte disparou pór meter medo
Um tiro de espingarda; nenhum quedo
Se deixa então ficar: todos se apressam,
Fogem, nem mais flexas arremessam.”²⁹³”*

Bartolomeu Bueno da Silva, o sertanista que, já em 1694, aventurava-se pelas Minas à procura de ouro não poderia faltar no poema se compreendemos a lógica de Cláudio Manuel da Costa. Sua presença, aliada a dos outros falecidos descobridores, nos dá a impressão que Cláudio Manuel da Costa invocou, em uma metáfora sutil, os espíritos dos verdadeiros senhores da terra para guiarem Antônio de Albuquerque.

*“ É deste continente o Sertão largo
(Dizia Bueno), o Lago, a Serra, o Rio,
Espalhado por tudo o infiel Gentio,
Não deixam à notícia cousa certa,
Onde possa entender-se descoberta
A terra que buscamos.”²⁹⁴”*

É também Bartolomeu Bueno da Silva quem domina as artes de curar, e conhece as histórias da terra. A sua terra, acrescentaríamos.

*“(…) o óleo santo,
Que lhe ministra de Bueno a mão esperta,
Estanca o sangue, e da ferida aberta
Cerrando a boca, inda a esperança anima*

293 COSTA In PROENÇA. op. cit. pp.380

294 Idem Ibidem pp.388

*De que a morte de todo o não oprima*²⁹⁵”

“(…) *a antiga história*
Desta árvore eu a guardo de memória
Desde a primeira vez, que um índio velho
Encontrei nos sertões, e de conselho
*Saudável quis que eu fosse socorrido.*²⁹⁶”

Na variada mitologia que criou para o seu poema, Cláudio Manuel da Costa utilizou-se de referências greco-latinas e nativas. A causa de tal hibridismo seria equiparar a mitologia local, da Pátria, às referências clássicas. Tal fato contribui para confirmar o sentimento nativista em Cláudio Manuel da Costa. Aguiar afirma que a utilização da mitologia nas obras de Cláudio Manuel, aí incluídas inúmeras passagens do *Vila Rica*, servem para validar e legitimar um novo tema, produzido em novo espaço. O poeta estava construindo uma identidade cultural utilizando-se dos elementos das culturas nativa e européia. Desta mistura de elementos surgiu algo específico de Minas.

A maneira como Cláudio Manuel se refere em todo o Poema aos mitos clássicos está indissociavelmente marcada por elementos da terra. Esta conciliação dos elementos locais a modelos retirados da mitologia clássica, não poderia deixar de ser, sob pena do poeta infringir as normas do bom gosto vigente. Referindo-se a Adão e Eva, chega a afirmar que a bananeira teria sido a árvore que tapou-lhes a nudez quando expulsos do Éden. Cunha compartilha desta opinião quando diz:

“No caso do poema *Vila Rica*, ao não encontrar um *lócus*, um *preceito adequado*, para a expressão pessoal de um sentimento, de uma paixão, o poeta lança mão de um recurso bastante interessante: o de inventar um próprio repertório de preceitos de composição poética. Essencialmente marcados por uma espécie de mitologia nativa para poder lançar mão de uma maneira adequada de tratar de uma natureza rústica e grosseira, o autor lança mão da utilização do gênero encomiástico, de modo a promover o louvor às ações de Albuquerque utilizando, para tanto, de ornatos e figuras ligadas à antiga mitologia latina aplicados à natureza mineira, de modo a promover o cenário adequado para as ações do desbravador. Tudo isso possui uma pretensão bem evidente: produzir no leitor a reafirmação constante da autoridade. Os recursos retóricos da elocução, as figuras empregadas, os efeitos de engenhosidade poética estão inseridos nesta pretensão de mover os efeitos da audiência ou leitura dos discursos para um fim específico; a saber o de compor uma espécie de tentativa de inclusão de sua pátria, incapaz de sugerir-lhe por si só o engenho, ao repertório de tópicos e preceitos da poesia clássica envolta sincreticamente a elementos de uma mitologia nativa inventada pelo poeta. Na ausência de modelos, Cláudio Manuel da Costa lia os mitos tropicais com base na mitologia clássica, que junto à efetiva

295COSTA In PROENÇA. op. cit. pp..393

296 Idem Ibidem p.436

administração que sufoca a rebeldia nativa, tende a promover a inclusão de Minas ao Império Português. A mitologia serve enfim como elemento unificador ao longo do poema.²⁹⁷

A referência ao rochedo Itamonte, como a um gigante, é reconhecida nas notas do autor como uma referência camonianana. Itamonte que tem seu nome derivado de “itá, do tupi-guarani: pedra, metal, e mons-tis, do latim: monte²⁹⁸”, seria um irmão do gigante Adamastor, citado nos Lusíadas. Aparece inicialmente no poema nos sonhos de Antônio de Albuquerque e a ele se identifica:

*“Eu sou um dos filhos que abortara a Terra
e fiz com meus Irmãos aos deuses guerra
(Tu, negro Adamastor, hoje em memória
Me obrigas a trazer a tua história),
Meu caso um dia o Fado de destina
Que escutes inda pela voz de Eulina,
No centro vivo dos Sertões, que apenas
Tocam das aves as ligeiras penas;
De feios monstros grande cópia habita
Meu triste seio; ali se deposita
Tudo quanto de grande, novo e raro
O cetro lusitano fará claro.
Ali... mas tudo aos olhos patenteio.”²⁹⁹*

Ao Itamonte cabe a função de mostrar aos portugueses as riquezas da terra , ao mesmo tempo que alerta para seus perigos.

Na lista de figuras mitológicas criadas pelo autor encontra-se também Filoponte, o Gênio da terra que “guarda as Pátrias Minas³⁰⁰”. Segundo Hélio Lopes, o nome que Cláudio Manuel atribui ao Gênio vem do grego *philos*: amigo, amante, e do latim *pons-tis; a ponte*. Significará com este nome, o *amigo da união*, (ponte, em sentido figurado)³⁰¹. Quando Filoponte toma conhecimento da infame trama planejada contra Albuquerque pelos revoltosos intervêm com intuito de salvá-lo. Sérgio Alcides chega a comentar: “Antônio de Albuquerque, o emissário do rei, é uma espécie de herói de 'fachada', que só desempenha suas tarefas graças à intervenção favorável do maravilhoso, que é uma prerrogativa da terra.³⁰²”. Esta afirmação é plenamente confirmada pelo poema, no qual o Gênio descreve as Minas e alerta a Albuquerque da

²⁹⁷ CUNHA. op. cit. pp.37

²⁹⁸ LOPES, Hélio. op.cit.pp.149

²⁹⁹ COSTA In PROENÇA FILHO. op.cit. pp.386

³⁰⁰ Idem ibidem. pp.403

³⁰¹ LOPES, H. op.cit.pp.149

³⁰² ALCIDES. *Estes penhascos* Op.Cit. PP.229

traição que o aguarda.

*“Diáfana máquina presente
(Diz Filoponte) todo o continente
Vês, Albuquerque, das buscadas Minas.
(....)*

*Levados do fervor que o peito encerra
Vês os Paulistas, animosa gente,
Que ao Rei procuram do metal luzente
Co'as próprias mãos enriquecer o Erário
Arzão é este, é este o temerário,
Que da casca os sertões tentou primeiro.
Vê qual despreza o nobre aventureiro
Os laços e as traições que lhe prepara
Do cruento Gentio a fome avara.
(...)*

*Já dos rebeldes o esquadrão ferino
Se conjura a fazer o roubo indigno
Tomando outro partido esses, que devem
Respeitar um só Rei; ímpios se atrevem
A lançar desde os lares, que têm feito
Os míseros Vassalos: o preceito
Intimado na voz do Rei lhes tira
As armas, um e outro se conspira,
E em vários choques, em ataques vários,
ou morrem já, ou buscam solitários
E fugitivos o seu pátrio berço.
Ide infelices, o ânimo perverso
Cessará uma vez de maltratar-vos;
O Rei sabe puni-los, sabe dar-vos
Justa satisfação, justa vingança.
Sobre eles vem Fernando; mas o lança
Inda o furor da levantada gente;
Volta a munir-se o Capitão Valente,
E a vosso benefício já protesta:
Fará cair ao chão mais de uma testa.
Já dos parentes, dos amigos vossos
Se vão juntando e vêm correndo os grossos
Esquadrões, que pertendem desde a Serra
Fazer aos ímpios a sanguínea guerra;
Mas tu sucedes, Albuquerque invicto,
No bastão a Fernando; o Rei prescrito
As ordens te tem já, porque temperes
O orgulhoso furor: não consideres
Tão segura porém a tua entrada;
A vil conspiração mal apagada
Inda ao longe te forja e te fulmina
Nos levantados chefes a ruína.
Tens ao teu lado a próspera influência
Do pátrio Gênio, contra uma violência
Outras suscitarei; lá desde o seio
Das mesmas Minas, um incêndio ateio
Nos ilustres Pereiras: estes passam
A disputar co'os outros e se enlaçam*

*Em vingar os domésticos insultos.
Vós e os mais vossos passareis ocultos
E disfarçados aos distritos, onde
Dos rebeldes o número se esconde.
La convosco estarei (...)³⁰³”*

Entre outras referências da mitologia local, vemos o poeta citar as ninfas que empoavam os cabelos para se fazerem louras. É também uma ninfa que prevê a futura sucessão de governadores da capitania e a fundação das primeiras vilas. No trecho que se refere a Antônio de Albuquerque, ela assim diz:

*“De vendar o mando a empresa toma
O famoso Albuquerque, e a grande soma
Dos tesouros que guardo eu lhe preparo.
Melhor do que os mármore de Paro,
Ou nos polidos bronzes de Corinto,
Ele o seu nome levará distinto,
De uma vez as cabeças decepando
Da Hidra venenosa, que soprando
Ainda o fogo está da rebeldia.
Fará subir com nobre valentia
De choupanas humildes a latas torres
Essas povoações, que a ver discorres
Desde esta margem té meu fundo centro;
Quanto do seio meu se encerra dentro
Liberal eu virei dar-lhe um tributo;
Da grande cópia do amarelo fruto
Os curvos lenhos em fecundas frotas
Irão levar às regiões remotas
As preciosas porções, que nunca vira
Em tal grandeza o Rei, que dividira
As águas do Eritreu, e desde o Tiro
Ao claro Ofir voou com longo giro.³⁰⁴”*

Desta forma a ninfa, o Gênio da Terra e o Itamonte são os personagens escolhidos por Cláudio Manuel para retratar o futuro de sua pátria. Exaltando, pela voz destas figuras mitológicas, os feitos de Albuquerque e dos governadores seus sucessores, podemos considerar que Cláudio Manuel, “veladamente político”, elogiava as ações do passado esperando respostas concretas para um presente repleto de dificuldades e desilusões.

CAPÍTULO 4 - A PERMANÊNCIA DA TEORIA ESCOLÁSTICA NO POEMA *VILA RICA*

*“Ler a realidade às avessas, partindo se sua opacidade, essa
idéia cara a Proust, parece-me exprimir um ideal de
pesquisa que inspirou também estas páginas”.³⁰⁵*

³⁰³ COSTA In PROENÇA FILHO op. cit. pp.407-409

³⁰⁴ Idem ibidem pp.431

³⁰⁵ GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha; quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Cia das Letras. 2004. pp.83

4.1- A ESCOLÁSTICA

Na leitura do poema *Vila Rica* que nos propomos a fazer neste capítulo objetivamos demonstrar a presença no poema e a filiação de Cláudio Manuel da Costa a uma escola de pensamento político. Como já demonstrado em outros trechos deste trabalho, o poeta utilizava-se de sua arte para produzir textos em que se a sua condição de súdito do Império português não era questionada, não deixava porém de expor os problemas de sua Pátria e almejar um bom sucesso para seu futuro. O *Vila Rica* não foi diferente neste sentido. Como Luís Carlos Villalta já mostrou, há nas obras dos poetas setecentistas permanências que remetem à Segunda Escolástica³⁰⁶. cremos ser possível identificar no *Vila Rica* várias destas permanências, o que nos permitiria reconstruir, apoiando-nos no conjunto da obra de Cláudio Manuel da Costa e nas suas relações literárias e pessoais com os outros membros da Escola Mineira, a matriz do pensamento político de Cláudio Manuel.

A Segunda Escolástica³⁰⁷ tem seus alicerces baseados nas idéias de Aristóteles. Muitos de seus textos, conservados em árabe, começaram a entrar na Europa em princípios do século XII. Por iniciativa do bispo Raimundo de Toledo, estas obras foram traduzidas para o latim. Os primeiros textos aristotélicos a serem popularizados foram os compêndios de lógica, e, na metade do século XIII, foi a vez dos seus tratados morais e políticos.

A divulgação do pensamento aristotélico chocava-se frontalmente com o pensamento agostiniano, que até então era predominante na noção de política cristã. Santo Agostinho considera a sociedade política dos homens como reflexo da ordem celeste e imposta por Deus para remissão dos pecados humanos. Também considera que a vida terrena é uma preparação para a vida após a morte. Em Aristóteles, ao contrário, temos a idéia de pólis como uma criação humana, voltada para questões terrenas. Ela se basta e adquire significado em si mesma.

Embora tenham existido alguns opositores, desde o início procurou-se uma conciliação entre as concepções aristotélicas e agostinianas. A Universidade de Paris foi o foco deste debate, onde os dominicanos rapidamente procuraram elaborar a fusão entre o pensamento grego e cristão. O maior representante desta tendência foi Santo

³⁰⁶ VILLALTA, Luís Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese de doutorado. USP. 1999.

³⁰⁷ SKINNER, Quentin. Escolástica e liberdade. In: *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. pp.70-86.

Tomás de Aquino, professor da Universidade em dois períodos diferentes. Em sua “Suma Teológica”, que deixou inacabada, Santo Tomás produziu uma filosofia cristã que foi considerada como a aceitação total das idéias morais e políticas de Aristóteles. Na “Suma Teológica” e no seu tratado também inacabado “Do governo dos príncipes”, Santo Tomás tentou adaptar o pensamento aristotélico sobre a sociedade civil e o direito à sociedade europeia monárquica e feudal. Entretanto ele, como Santo Agostinho, procurava ligar o Estado a Deus. O que variava era o condicionamento sócio-ideológico de cada um. Para São Tomás o poder político seria explicado a partir da natureza social do homem e do seu desejo natural de viver em uma sociedade orgânica. Em seu tratado, Tomás de Aquino afirma que a monarquia hereditária é o melhor tipo de governo. No entanto, tal interpretação não foi unânime, diversos pensadores escolásticos viram na república o governo ideal. Estes teóricos, incluindo Santo Tomás, consideram que a conservação da paz permite a criação dos meios para defender o bem e a segurança do povo.

A linha tomista da escolástica teve grande importância na Península Ibérica³⁰⁸. Segundo Richard Morse³⁰⁹, a reforma protestante e a revolução científica, levaram portugueses e espanhóis, em plena Idade Moderna, a se apegarem a determinações culturais herdadas da Baixa Idade Média. Teria sido esta a origem do grande desenvolvimento teológico ocorrido nestes países. Isto ocorreu através da chamada Segunda Escolástica.

Para Tomás de Aquino, Deus é a fonte inicial do Estado e do direito. As leis obedecem a uma hierarquia. A Lei Eterna é aquela que guia a própria divindade; em segundo lugar está a lei divina, que os homens receberam através das Sagradas Escrituras; em seguida temos a lei da natureza, através da qual Deus dá aos homens capacidade para compreender Sua vontade; finalizando há a lei positiva ou direito civil. Desta forma a lei humana faz parte do direito natural, que é imutável e o direito positivo que é alterável. O mesmo raciocínio vale para o Estado, que apesar de derivar da condição do homem como ser social, em última instância é derivado das leis divinas. Resta-nos então definir este Estado. É um “corpo místico”, originado por um pacto social em que o povo (comunidade) detém o poder, que é derivado de Deus. O fim último deste Estado é preservar o bem comum em um sentido material.

³⁰⁸ Ver VILLALTA. Op. cit. PP.26-44 e TORRALBA, Luis Reis. *Ideologia Política e teoria do Estado na restauração*. V.II. Coimbra: 1981.

³⁰⁹ MORSE, Richard apud VILLALTA. op. cit. pp.26

Destarte o Estado possui um sentido ético, do qual extrai sua legitimidade. Mesmo nos casos em que assume a forma aristocrática ou republicana, em detrimento da monárquica, este Estado é legítimo. A ilegitimidade de um Estado somente se caracteriza quando ele atua em contradição com os direitos natural e divino. Neste caso, Tomás de Aquino usa a denominação aristotélica para estas formas deformadas que são: tirania, oligarquia e “democracia”. Nestes casos o povo tem o direito de resistência ativa.

No que se refere às disputas entre o poder monárquico e papal, Santo Tomás assumiu atitudes moderadas que muito influenciaram a Europa Ocidental como um todo e em particular, Portugal, Espanha e Itália.

Embora Deus seja a fonte do direito e do Estado, o poder do príncipe não é recebido diretamente de Deus, pois desta forma seria o soberano a única fonte da lei e concentraria em si toda a autoridade. Deus, ao criar o homem fez dele um ser social que tem o direito de criar suas normas, apesar do direito natural que deriva de Deus. O poder de Deus é passado para a natureza humana. A partir daí constituem-se as diversas formas de Estado. Os diversos canonistas, filósofos e teólogos que trabalharam com as idéias de Santo Tomás de Aquino, como Francisco Suarez, Roberto Bellarmino e Azpicueta Navarro se detêm em um ponto importantíssimo: quando o povo transmite o poder, que é seu, a um governante, não se trata de uma transferência total. Ele o conserva *in habitu* e por isso pode readquiri-lo em determinadas situações. Os casos em que isto é possível devem constar de documentos ou do direito consuetudinário. No entanto é preciso estar atento, pois isto não significa que o poder real esteja sujeito ao povo. O rei recebeu-o plena e absolutamente. A questão é que o governo real deve pautar-se pelas regras da justiça, preservando o bem estar social. Caso ele não o faça, estará quebrado o pato feito com o povo. Neste caso, afirmava Suarez, o povo tem até o direito de matar o tirano, se disto depender a sua própria preservação. Enquanto a sua existência não for ameaçada, no entanto, não há justificativas para esta atitude.

“Para a escolástica cada forma visível demonstra o invisível, a ordem criada se decifra. Uma harmonia organiza os ritmos da arquitetura, as proporções do corpo humano, a estrutura da sociedade, cuja expressão mais alta é a pessoa do rei. Investido de uma missão divina, o personagem real deve conformar-se por sua aparência, seus gestos, sua voz à imagem que tem de seu cargo, e que o povo cristão reconhece³¹⁰.”

³¹⁰BRAUNSTEIN, Philippe. Abordagens da intimidade nos séculos XIV-XV. In. *História da vida privada; da Europa Feudal à Renascença*. V.2. São Paulo: Cia das Letras, 1990. pp.550

Francisco Suarez deixa claro o caráter absoluto do poder real, ao qual todos os cristãos são obrigados a obedecer, mas demarcou o campo de ação do rei que é o poder temporal. Assim, o papa não tem o direito de intervir, embora conserve o poder espiritual em sua totalidade.

Em Portugal no momento da luta pela Restauração (1640) a tese da origem popular do poder real ganhou nova dimensão. Com efeito, somente ela poderia justificar a deposição de Filipe IV e a entrega da coroa ao Duque de Bragança. Entretanto, ela possuía limites: se o poder era originário de um pacto, este estava submetido a idéia de hereditariedade, por outro lado esta hereditariedade somente deveria ser respeitada se os herdeiros possuísem as qualidades necessárias para o governo. Velasco de Gouvea em sua “Justa aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal D. João IV” (1644) foi um importante propagador desta doutrina, afirmando que o direito de resistência do povo era não apenas passivo, mas também ativo, ou mais exatamente de depor o soberano injusto. Na hierarquia da transferência do poder, Gouvêa lembrava que primeiro o poder emana de Deus para a comunidade e desta para os reis. Nas palavras de Gouvêa:

“Conforme as regras do direito natural, e humano, ainda que os Reinos transferissem nos Reis todo o seu poder e império, para os governar, foi debaixo de uma tácita condição, de os regerem, e mandarem, com justiça e sem tirania. E tanto que no modo de governar, usarem dela, podem os Povos priva-los dos Reinos, em sua legítima e natural defesa – e nunca nestes casos foram vistos obrigar-se, nem o vínculo do juramento estender-se a eles.³¹¹”

Àqueles que tentaram defender o direito de Filipe IV ao trono português, alegando que o papa teria o direito de proclamar se o soberano era justo ou não, Gouveia retrucava afirmando que o sumo pontífice detém apenas o poder espiritual, podendo usar o poder temporal muito pontualmente, quando o interesse espiritual estivesse em jogo.

Resta saber se os teóricos da restauração portuguesa aceitaram as concepções políticas absolutistas ou se ele encontra limite nas leis, na sociedade e na realidade política. Vários autores consideravam que o rei tinha o dever de respeitar as leis fundamentais do reino, representativas dos direitos da comunidade, correspondentes a um direito consuetudinário. Entretanto, todo este discurso visava muito mais se

³¹¹GOUVEIA, Francisco Velasco. Citado por HESPANHA, Antonio & XAVIER, Angela. A representação da sociedade e do poder. IN: MATTOSO, José (org.) *História de Portugal. O antigo regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993. Vol. IV. pp.128

contrapor aos reis da Espanha do que propor limites concretos ao poder real. Velasco de Gouveia repetidamente argumentava que esta teoria não constituía limite à autoridade real, contanto que o rei respeitasse o pacto. Assim não existe a incompatibilidade entre o pensamento da segunda escolástica e o poder “absoluto”. Desconhece-se a idéia de monarquia limitada. A posição do rei não é frágil, o seu poder é perpétuo. A ele cabe apenas cumprir a parte que lhe corresponde no pacto feito com o povo e jamais deixar de zelar pelo seu bem estar.

Na concepção tomista, o Estado não pressupõe a existência de um só governante, mas impõe a necessidade de uma ordem que articule as diferentes forças existentes. Como se vê abre espaço para uma concepção corporativa do Estado. Nesta concepção, há uma indispensabilidade de todos os órgãos da sociedade, o que torna impossível a existência do poder político não partilhado. A este respeito dizem Antônio Hespanha e Ângela Xavier:

“Tão monstruoso como um corpo que se reduzisse à cabeça, seria uma sociedade, em que todo o poder estivesse concentrado no soberano. O poder era, por natureza, repartido; e numa sociedade bem governada, esta partilha natural deveria traduzir-se na autonomia político-jurídica (*iurisdictio*) dos corpos sociais, embora esta autonomia não devesse destruir a sua articulação natural (*cohaerentia, ordo, dispositio naturae*) – entre a cabeça e a mão deve existir o ombro e o braço, entre o soberano e os oficiais executivos devem existir instâncias intermediárias. A função da cabeça (*caput*) não é pois a de destruir a autonomia de cada corpo social (*partium corporis operatio própria*), mas a de, por um lado, representar externamente a unidade do corpo e, por outro, manter a harmonia entre todos os seus membros, atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio (*ius suum cuique tribuendi*), garantindo a cada qual o seu estatuto (‘foro’, ‘direito’, ‘privilégio’); numa palavra, realizando justiça. E assim é que a realização da justiça – finalidade que os juristas e politólogos tardomedievais e primomodernos consideram como o primeiro ou até o único fim do poder político – se acaba por confundir com a manutenção da ordem social e política objetivamente estabelecida³¹².”

Hespanha e Xavier afirmam que na Península Ibérica e em Portugal ocorreu a mais longa sobrevivência do pensamento político corporativo, que se estendeu até o século XVII. Esta concepção corporativa, que se referia a uma ordem natural de governo e aos deveres reais dela derivados, permitia importantes limitações ao poder real. Na verdade ao atrelar o exercício do poder à justiça, o rei se via obrigado a seguir o direito, seja obedecendo a lei ou respeitando-o como instância geradora de direitos

³¹² HESPANHA & XAVIER In MATTOSO. op. cit. pp.123

particulares (respeito aos direitos adquiridos). No período seiscentista é clara a obrigação do rei submeter-se às leis, sejam elas fundamentais ou ordinárias. Também era definido que o cancelamento de um direito adquirido somente poderia ser feita em sede judicial. Destarte, os tribunais ocupavam na organização jurídica do Antigo Regime uma função essencial. Atuavam como órgãos de defesa do direito individual e da justiça em geral.

Moralmente falando o corporativismo defendia a primazia da ética sobre a conveniência. Socialmente, produzia a imagem de uma sociedade rigorosamente hierarquizada, visto que somente assim seria possível manter o mesmo rigor nos direitos dos estados ou ordens. É sabido que esta sociedade se dividia em três ordens: o clero, a nobreza e o povo. Porém da Idade Média para a Moderna, esta estrutura tornou-se mais complexa.

Em meio ao povo distinguiam-se os estados “limpos” (letrados, lavradores, militares, por exemplo), dos estados “vis” (artesãos e oficiais mecânicos). Este grupo privilegiado dentro do povo vai, lentamente, sendo assimilado à nobreza, o que, por sua vez, leva à diferenciação no seio desta com o conceito de “fidalguia”. Os tratados da época sobre a natureza da condição de “nobre”. Distinguia-se a nobreza natural da nobreza política. A primeira pertenciam os príncipes, a nobreza titulada, os nobres matriculados nos livros da nobreza, os nobres por fama imemorial. Esta é a nobreza que passa de geração a geração. Quanto à nobreza política, ela decorre de normas do direito positivo. É esta que se adquire pela ciência, pela milícia, através do exercício de determinados ofícios e pelo transcorrer do tempo. Virgínia Valadares informa que em Portugal e nas colônias os letrados eram representantes qualificados dos interesses da Coroa, existindo um notório predomínio dos advogados, a ponto de chegarem, no século XVIII, a uma posição semelhante à dos fidalgos. Segundo a autora, “o grupo dos bacharéis chegou mesmo a assumir aspectos de casta, perpetuando a sua posição e ocupando a maioria dos cargos administrativos do governo e das funções judiciais³¹³.” É importante frisar que inovações drásticas nesta ordem são mal vistas e recebidas.

Villalta afirma que as concepções corporativas de poder derivadas da Segunda Escolástica estiveram presentes da Península Ibérica até o século XVIII.

(...)”Impregnavam a doutrinação política, constituindo-se como as premissas do pensamento político luso-brasileiro e hispano-americano. Nos domínios portugueses especificamente, nem as reformas

³¹³ VALADARES, Virgínia. op. cit. pp.255

pombalinas, e nem a expulsão dos jesuítas lograram eliminá-las, com o que elas sobreviveram até o período da Independência³¹⁴.”

Desta forma, temos os homens letrados como Cláudio Manuel da Costa, formados no rigor dos estatutos da Universidade de Coimbra, indivíduos completamente inseridos nesta concepção de sociedade e seus ardorosos defensores. As reformas introduzidas pelo Marquês de Pombal na Universidade, eliminando a escolástica jesuítica não a eliminaram contudo, das arraigadas tradições portuguesas e da mentalidade se sua elite.

4.2- A PRESENÇA DA SEGUNDA ESCOLÁSTICA NO POEMA VILA RICA

Luís Reis Torgal adverte que o pensamento político não pode ser compreendido como uma sucessão de idéias legadas através do tempo. Segundo ele, “os conceitos são fundamentalmente constituídos em função de um espaço e de um tempo bem determinados³¹⁵”. Destarte, as idéias que compõem as concepções políticas de Cláudio Manuel da Costa têm de ser compreendidas à luz das condições concretas vivenciadas por nosso autor e por toda elite letrada mineira setecentista. Resta, portanto, a pergunta: Para um homem da posição e formação de Cláudio Manuel da Costa quais seriam as condições que tornariam um governo ideal? A leitura iluminista da obra de Cláudio Manuel e de outros poetas mineiros que lhe foram contemporâneos não é rara, como já apontamos aqui. Está presente em Fábio Lucas, e ainda em Edward Lopes, Hélio Lopes e Nilze Paganini³¹⁶. Entretanto, o historiador deve debruçar-se sobre esta chave interpretativa com extremo cuidado. Por vezes aquilo que para os autores citados pode parecer um discurso “iluminista” nada mais é que a reafirmação do velho modelo político português. A armadilha, por vezes, pode ser sutil, pois palavras como liberdade, e bem comum não são privilégios da matriz iluminista.

Nos anos que antecederam à Conjuração, Cláudio Manuel exerceu as funções de advogado, minerador, funcionário da capitania e poeta. Em 1759 recebeu o diploma de sócio da Academia Brasílica da Bahia. Em 1762, Cláudio Manuel foi nomeado pelo governador Conde de Bobadela, como secretário de Governo. Permaneceu na mesma

³¹⁴ VILLALTA. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. op. cit. pp.27

³¹⁵ TORGAL op. cit. pp.5.

³¹⁶ LOPES citado por LUCAS. Op. cit. ; PAGANINI. Op. cit.

função no governo de Luís Diogo Lobo da Silva. Na companhia deste fez longa viagem pelos sertões da Capitania entre agosto e setembro de 1764. Esta viagem, à qual Cláudio Manuel da Costa se refere como “dilatada e aspérrima³¹⁷”, marcou vivamente o seu espírito, pois lhe deu a oportunidade de conhecer profundamente o território mineiro. Segundo Sérgio Alcides, “pela viagem, o poeta fez sua própria 'bandeira' ao centro das Minas³¹⁸”. Vieram deste giro pela capitania as informações que o poeta usou para as suas vivas descrições da Capitania no épico *Vila Rica*. Deixou o cargo em setembro de 1765 e a ele voltou levado pelo Conde de Valadares, para voltar a deixá-lo no governo do general Antônio Carlos Furtado de Mendonça. A partir daí voltou a exercer a advocacia. De que forma este cargo público e a convivência com os governadores teriam afetado Cláudio Manuel e sua consciência dos problemas da pátria? Como uma viagem pelos sertões da capitania afetou sua idéia de civilidade e polidez? Alcides afirma que administrar Minas seria como “estender o Estado ao sertão e evitar *que o sertão atingisse o Estado*³¹⁹”. Em que momento o poeta, que deveria possuir “responsabilidade social e compromisso político”³²⁰, optou por exercer este papel fora das estruturas do Estado português? Na mansão de Cláudio Manuel reuniam-se freqüentemente homens abastados e letrados, embora Villalta afirme que o centro das discussões político-literárias de Minas fosse a casa de Gomes Freire de Andrade.

A partir da década de 1780 firmou sua amizade com o ouvidor de Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga. A casa de Cláudio Manuel era freqüentada pelo intendente de Vila Rica, Francisco Bandeira, o ex-ouvidor Inácio José de Alvarenga Peixoto, os padres Carlos Correia, da paróquia de São José do Rio das Mortes e Cônego Luís Vieira da Silva, da catedral de Mariana e o contratante João Rodrigues de Macedo.

Pertencentes aos setores dominantes de Vila Rica, estes homens vêem sua vila com o olhar de proprietários, de membros destacados da elite econômica local. Com seus interesses contrariados pela política fiscalista e centralizadora da metrópole, com seus preconceitos aflorados a partir da administração de Luís da Cunha Menezes, que, longe de seguir as regras da sociedade corporativa, passava sobre os direitos da nobreza da terra e promovia membros das camadas inferiores a posições sociais de prestígio, eles, segundo Reinaldo Marques, “mostravam-se apegados a valores feudais e pós -

317 COSTA In :PROENÇA FILHO. op. cit. Nota 67. pp.1089

318 ALCIDES. *Estes penhascos*. op. cit. p. 253

319 Idem ibidem pp.118

320 VERNEY. op.cit.pp.147-148.

feudais típicos da ordem aristocrática, da qual são guardiães³²¹.”

Segundo Ronald Polito, na obra de Tomás Antônio Gonzaga, “desde os primeiros poemas, pode-se já encontrar um ideal de um rei sábio - ' um rei sábio, um rei justo, um rei prudente³²²”.

Reinaldo Marques destaca que no *Tratado de Direito Natural*, Tomás Antônio Gonzaga discorre “*escolasticamente* sobre o que é a cidade, sua causa eficiente e formas de organização³²³”.

“Dentro do pensamento jusnaturalista da época, é bem verdade que o nosso tratadista entende por cidade a sociedade civil, os reinos e impérios. Confere ao termo uma extensão semântica bem mais abrangente do que a que veio a ter seu significado moderno, atual. Atribui a causa do surgimento da cidade ao temor da violência de uns homens sobre outros, instalado em razão da passagem do estado de Natureza, em que os homens eram livres e iguais, ao estado de Sociedade, marcado pelo arbítrio, a tirania e a violência.³²⁴”

E não foi apenas em seu *Tratado* que Tomás Antônio Gonzaga recorreu à Escolástica como argumento para a defesa de suas idéias. Nas *Cartas Chilenas* há um contundente crítica à decadência dos costumes civilizados, enquanto crescia a arrogância de pardos e comerciantes. Em Welington Cunha, esta obra de Gonzaga é vista não como um ataque à Coroa portuguesa, mas uma “defesa de antigos administradores, citados nas *Cartas Chilenas* como parâmetro da comparação que vitupera a administração de [Luis da Cunha] Menezes³²⁵”. As *Cartas Chilenas*, em que Gonzaga critica o governador Luís da Cunha Menezes através do personagem Fanfarrão Minésio, contém exemplos claros do apego deste autor ao pensamento escolástico³²⁶. O Fanfarrão é achincalhado em seus hábitos e na corrupção de suas atitudes. Gonzaga não o perdoa por subverter os antigos padrões de conduta e tradicionais valores. Diz Gonzaga:

“Lá vai aquele que de avara sede
É por gênio arrastado: que tesouros não espera
ajuntar!
Do alheio cofre
Se há de esgotar aferrolhada soma.

³²¹ MARQUES. *Poeta e poesia inconfidentes*. op. cit. pp.180

³²² POLITO. op.cit. pp.261

³²³ Idem ibidem pp.161. O grifo é meu.

³²⁴ Idem ibidem pp.161

³²⁵ CUNHA. op. cit. pp.26

³²⁶ VILLALTA, Luís Carlos. As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira. In RESENDE & VILLALTA. op. cit. pp.579-607 ; POLITO. op. cit.

Desgraçada justiça! Da igualdade
Tu não sabes o ponto: é a balança
Do interesse que só por ti decide.
Que despachos injustos, que dispensas,
Que mercês e que postos não se compram
Ao grave peso de selada firma³²⁷.”

“Tu não o viste
em trajes de casquilho, nessa corte?
E pode, meu amigo, de um peralta
formar-se, de repente, um homem sério?
Carece, Doroteu, qualquer ministro
apertados estudos, mil exames.
E pode ser o chefe onipotente
quem não sabe escrever uma só regra
onde, ao menos, se encontre um nome
certo?”³²⁸”

“Caminha o nosso chefe, todo Adônis,
diante da bandeira do Senado.
Alguns rigoristas não lho aprovam,
dizendo que devia respeitoso,
da maneira que sempre praticaram
os seus antecessores, ir ao lado,
por ser esta bandeira um estandarte
onde tremulam do seu reino as armas³²⁹.”

Em Sérgio Buarque de Holanda, lemos:

Em realidade tudo se encontra no poema menos as idéias de subversão que se poderiam esperar. O autor empenha-se antes em ver restaurada a justiça – zelo de magistrado – do que em assistir a uma transformação da sociedade. Sua revolta não é contra as instituições que podem abrigar a injustiça, mas contra a injustiça que deturpa as instituições. Ele se revela aqui o extremo oposto de um revolucionário, pois é precisamente contra o afrouxamento da tradição que se volve quase sempre o seu sarcasmo impiedoso. A velha ordem, transitoriamente perturbada pelo Fanfarrão, parecia-lhe destinada a perdurar como lei eterna e indiscutível. (...) Contra os novos costumes, prenúncio da barbárie revolucionária, sua atitude é a de um rigorista à moda antiga.”³³⁰

Gonzaga não se limita a denunciar os abusos do governador, que subverte as regras do bom convívio entre rei e vassalos, mas apresenta um modelo de bom governo e governante. Segundo Polito:

“Tal qual no *Tratado*, a sociedade civil, política, não é algo que se oponha ao projeto de felicidade humana, antes aparece como um meio

³²⁷ GONZAGA. Cartas Chilenas. In: PROENÇA. op. cit. pp.792

³²⁸ Idem ibidem pp.790

³²⁹ Idem ibidem pp.791

³³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “As Cartas Chilenas”. In: *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva 1979. pp.226

para sua efetivação. Se no *Tratado* ‘aprovou Deus as sociedades humanas’, nas *Cartas Chilenas* se trata de discutir os meios para melhor governá-las com vistas ao problema da paz e da felicidade pública, já que a causa para os desastres relatados repousa em última instância numa explicação transcendental³³¹”

As passagens citadas e muitas outras possuem, como já mostrou Villalta, forte conotação corporativa, remetendo à Segunda Escolástica. Nas “Cartas” o governante ideal é aquele que respeita os súditos, não os sobrecarrega com impostos excessivos, prática a justiça, concede a cada qual o que lhe é de direito de acordo com as tradicionais regras hierárquicas, zela pela felicidade geral.

*“Os mesmos reis não honram seus vassallos?
Deixam de ser, por isso, uns bons monarcas³³²?”*

Luís Carlos Villalta também aponta a presença do pensamento escolástico nos ideais da Conjuração Mineira. Quando analisamos a obra poética dos poetas inconfidentes já podemos localizar, portanto, a matriz do pensamento político que os levaria à Conjuração.

Em Alvarenga Peixoto, Luciano Figueiredo identifica, nos próprios versos encomiásticos, referências sutis que indicavam a percepção da condição colonial e a defesa de “um governo justo e de respeito à realidade local”. Em certos trechos o poeta deixaria mesmo manifestar-se um desejo autonomista.³³³

“Isto que Europa barbaria chama
De seio de delícias tão diverso,
Quão diferente é para quem ama
Os ternos laços do seu pátrio berço.”³³⁴

Aguiar considera que o exame da obra de Cláudio Manuel da Costa, a mais extensa dentre a dos poetas árcades, permite-nos perceber um nítido amadurecimento do autor no plano ideológico e compreender a passagem de sua poesia de “um arcabouço estético falseado, para uma poesia comprometida com os problemas locais, próximos à vivência do poeta em Vila Rica³³⁵”. Desta forma, ao recompor o pensamento político de Cláudio Manuel devemos debruçar-nos não apenas sobre o épico, mas sobre o conjunto de sua obra. À medida que, o funcionário régio Cláudio Manuel da Costa se transfigura

³³¹ POLITO. op. cit. pp.130

³³² GONZAGA In PROENÇA FILHO. op. cit. pp.804

³³³ FIGUEIREDO, Luciano. Paineis históricos. In PROENÇA FILHO. op. cit. pp XXXV

³³⁴ PEIXOTO, Inácio José de Alvarenga. In PROENÇA FILHO. op. cit. pp.978

³³⁵ AGUIAR. Poetas inconfidentes.... pp; 342

no poeta, ele adquire o distanciamento estratégico necessário para referir-se à realidade da sua Pátria. Não pretendemos negar que o poeta fala se uma posição contraditória, em que procura resguardar seu papel de membro da burocracia metropolitana ao mesmo tempo em que expõe um sentimento de cunho nativista. Assim ele pode denunciar a espoliação de sua gente, e a exploração da terra.

É famoso o corajoso trecho em que, referindo-se à derrama, Cláudio Manuel diz:

*“O vasto empório das douradas Minas
Por mim o falará: quanto mais finas
Se derramam as lágrimas no imposto
De uma capitação, clama o desgosto
De um país decadente (...)”.*³³⁶

Analisando o soneto LXXXIII, podemos identificar nele a presença de mais um discurso político na obra de Cláudio Manuel. Nele a referência à natureza rude da Rússia seria uma forma de retratar a pátria Minas. Vejamos o soneto:

Polir na guerra o bárbaro Gentio,
Que as leis quase ignorou da natureza
Romper de altos penhascos a rudeza,
Desentranhar o monte, abrir o rio;
Essa virtude, a glória, o esforço, o brio
Do russo Herói, esta a grandeza,
Que igualou de Alexandre a fortaleza,
Que venceu as desgraças de Dario:
Mas se a lei do heroísmo se procura,
Se da virtude o espírito se atende,
Outra idéia, outra máxima o segura;
Lá vive, onde no ferro não se acende;
Vive na paz dos povos, na brandura:
Vós a ensinai ó Rei; em vós se aprende³³⁷.”

Segundo Alcides o primeiro quarteto combina com descrições outras que o poeta faz de Minas Gerais, somente revelando se tratar da Rússia no quarteto seguinte. O Herói, Pedro, o Grande, é louvado, porém acima dele está o Rei de Portugal D. José I, que civiliza com “brandura” e sem o uso da violência. Equiparando Minas e Rússia, diz Alcides, Cláudio Manuel espera serem possíveis em Minas as obras civilizatórias de Pedro, o Grande.

Constantemente vemos os letrados mineiros setecentistas serem criticados por sua proximidade com o poder. Os poemas que homens Cláudio Manoel da Costa,

³³⁶ COSTA In PROENÇA FILHO. op. cit. pp.124

³³⁷ Idem ibidem pp.88

Alvarenga Peixoto e outros escreveram para louvar reis e autoridades, os textos que dedicaram aos poderosos de sua época são sempre usados contra seus autores no intuito de comprovar sua cumplicidade com as estruturas de poder consolidadas e de alguma forma desmerecer as críticas feitas em seu discurso. Os poemas encomiásticos de Cláudio Manuel da Costa já foram vastamente discutidos. Vistos por alguns como pura mostra de submissão e interesse, o poeta os teria escrito apenas no afã de obter cargos e benesses das autoridades portuguesas. Antônio Cândido, por exemplo, refere-se aos poemas encomiásticos de Cláudio Manuel como o ato de “incensar poderosos em verso banal³³⁸” Entretanto, não é novidade afirmar que suas dedicatórias são, muitas vezes, meras formalidades marcadas pela ambigüidade. Melânia Aguiar e Sérgio Alcides destacam esta possibilidade de leitura. Aguiar afirma que nos poemas de Cláudio, a partir de 1768, onde se passaria a notar sua maior preocupação com os interesses da pátria Minas, existe um grau de denúncia dos problemas da capitania e uma tentativa de obter a simpatia dos poderosos para as dificuldades da pátria. A este respeito ela diz:

“ A incoerência desta aproximação – *poesia de louvação/ poesia de resistência* – pode ser de alguma forma explicada se considerar que a não integração da poesia nos 'discursos correntes da sociedade' é fato recente entre nós e que as figuras do poeta e do homem público eram complementares³³⁹”.

Exemplo disto seria o poema *O Parnaso Obsequioso* recitado em homenagem ao governador conde de Valadares em dezembro de 1768. No trecho a seguir o poeta prevê o retorno da fartura sob o governo de Valadares:

Ao distante país das novas Minas
Hoje o vemos passar; altos progressos
Dele espere o seu Rei; o povo aflito
Ali respirava; desde o seu seio
Liberal se verá brotar a Terra
Quanto avara recata,
O diamante, a safira, o ouro, a prata.
Ah! Não esconda a Terra
Jamais o seu tesouro,
Que o Deus purpúreo e louro
Debalde o não criou.
Benigna corresponda
Ao pródigo cuidado
De quem dos céus foi dado
Por dar-lhe mais valor³⁴⁰.

338 CÂNDIDO. op.cit. p. 105

339 AGUIAR In PROENÇA FILHO op.cit. pp.36

340 COSTA In PROENÇA FILHO Op.Cit. PP.316

Sérgio Alcides, sem que haja nisto uma oposição ao afirmado por Aguiar, destaca que o poeta louvava não as ações passadas dos poderosos, mas aquelas que eles deveriam vir a empreender. Desta forma, Alcides é coerente com sua afirmativa sobre o velado conteúdo político dos versos de Cláudio Manuel. Alcides afirma:

“A palavra era capaz de veicular idéias sobre o bom governo dos povos, o caráter do bom governante, a justiça, a paz. Ainda que o louvado, na prática contrariasse cada um dos preceitos argumentados pelo louvador, sua mera enunciação constituiria um ato político (...). Sobretudo quando a louvação se baseava toda em expectativas do louvador, e não em realizações do louvado³⁴¹.”

Neste ponto Fábio Lucas concorda e afirma: “*poemas laudatórios no século XVIII eram meios de expressar idéias libertárias*”³⁴².

É importante ficarmos atentos para o fato de que o conteúdo político nos versos de Cláudio Manuel não extrapola aquele possível em um homem de sua formação e posição social. O poeta desejava melhorias para a pátria Minas, mas em particular para a elite econômica e intelectual a qual pertencia. Para compreender o ousada pretensão do poeta recorremos a Alcides, em que: “O louvor exprimia uma ação civilizatória que em última análise significaria uma paridade cultural entre a Colônia e o Reino³⁴³,”

Aguiar destaca a possibilidade de vincularmos a obra claudiana e de outros inconfidentes à Conjuração Mineira. Segundo a autora:

“A produção literária do Arcadismo em Minas Gerais, realizada pelos chamados 'poetas inconfidentes', tem sido vista como totalmente distanciada de sua pregação política, pregação que, às claras, acarretaria para estes poetas a prisão e a morte ou degredo. Sua obra mais divulgada, em que pese seu inegável valor literário, não se acha efetivamente comprometida, levando a um julgamento incorreto desta produção como um todo. Entretanto, uma análise atenta dos escritos feitos principalmente num horizonte mais próximo ao dos episódios da Inconfidência revelara, ao contrário, um forte pendor político, em consonância com os fatos históricos conhecidos³⁴⁴.”

No entanto a questão está longe de estar resolvida pois, em outro trabalho recente, Welington Cunha referindo-se especificamente ao *Vila Rica* diz:

“Sabemos bem, hoje, da vontade de submissão que residia em autores como Cláudio Manuel da Costa. Seu *Vila Rica* exalta antes de tudo o

³⁴¹ ALCIDES. *Estes penhascos*. Op.Cit. PP.213

³⁴² LUCAS. Op. cit

³⁴³ ALCIDES. *Estes penhascos*. PP.206

³⁴⁴ AGUIAR In RESENDE & VILLALTA. op. cit. pp.336

bom cumprimento da empreitada do ouro para enriquecimento e glória do Estado do Brasil subordinado à Metrópole, não sendo propriamente um texto que evidencie qualquer forma de estímulo ou referência à Inconfidência, ainda que para muitos nacionalistas seja tentador identificar nele a exaltação de feitos bandeirantes para constituir a redescoberta do Brasil por nativos.³⁴⁵

Partindo desta leitura, Cunha parece não perceber a intrincada e contraditória rede de relações e interesses à qual estava ligado Cláudio Manuel da Costa. A interpretação do autor se baseia unicamente naquilo que o poema retrata diretamente, parecendo ignorar o complexo e delicado jogo *poesia de louvação / poesia de resistência* praticado pelos poetas setecentistas. Ao analisar a carta dedicatória que Cláudio Manuel antepôs ao poema, Cunha a considera exemplo de “modéstia do bom súdito, submisso à hierarquia do corpo místico do Império”³⁴⁶. No entanto, uma leitura atenta da carta nos remete a outro tipo de análise. Vejamos seu teor:

“Quem ignora que por quase trinta anos descansaram com felicidade nas mãos dos Exm. Freires as Minas do ouro do nosso Portugal? Quem não viu alegres os povos, satisfeito o monarca, e conseguida em toda a sua extensão a igualdade da justiça por todo esse espaço do saudoso governo d’aqueles Heróis? (...) Parece que o rei desejava fazer eternos na proteção destes vassallos, tão apartados do seu trono, aqueles espíritos, que tanto apetecia ter ao seu lado; Esta foi a maior significação de amor, com que distinguiu aos moradores das Minas; E este o testemunho maior, com que qualificou o conceito, que formava dos Exm. Freires.”³⁴⁷

Consideramos que nesta passagem Cláudio Manuel se coloca em uma posição de louvação ao bom governo, mas não podemos isolar esta carta do conjunto do poema que ela precede. A leitura do todo da obra nos demonstra o súdito fiel, mas que espera do governo da capitania e da metrópole o cumprimento de sua parte no pacto, qual seja a justiça para com os súditos. Sendo assim o poeta não tem receio de denunciar os abusos cometidos.

Partidária de uma visão mais ampla sobre o conjunto da obra de Cláudio Manuel e dos outros poetas inconfidentes, Melânia Aguiar insiste em ver no ano de 1768 um marco na obra do poeta. Este seria o momento em que ficaria evidente o amadurecimento político do poeta. Nas suas “Poesias Manuscritas” e em trecho do *Vila Rica* a autora aponta a existência de aspectos que nos remetem ao Cláudio Manuel

³⁴⁵ CUNHA. op. cit. pp.41.

³⁴⁶ CUNHA. op. cit. pp.65

³⁴⁷ COSTA In PROENÇA FILHO. op. cit. pp.357

inconfidente. Nas poesias manuscritas, há trecho em que o poeta que, em outros momentos, havia louvado as ninfas do Mondego e do Tejo, em oposição às do “pátrio ribeirão”, muda de posição e passa a exaltar as “habitantes do pátrio rio”:

“Formosas habitantes
Do pátrio Ribeirão, as flutuantes
Madeixas sacudi, deixai o seio.
Os olhos cintilantes
Do vendado Menino, doce enleio,
Brilhem nas margens onde Flora entorna
Os roxos lírios de que a testa adorna.³⁴⁸”

Mais claro que o sentimento nativista dos versos acima, como prova de uma manifestação inconfidente na obra de Cláudio, é o trecho do poema Vila Rica que permaneceu inédito até ser resgatado por Aguiar para a edição de 1996 organizada por Domício Proença Filho. Trata-se de trecho do canto V em que a fala de um dos rebelados instiga os habitantes da região contra o governo. Aguiar levanta a possibilidade de esta ter sido a razão para tal trecho ter permanecido inédito até o momento em que o resgatou em um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa. Vai ainda mais longe e acredita que a tardia publicação do poema, apenas em 1839, talvez se deva a isso. É de suma importância ter conhecimento deste trecho:

“Bárbara esquadra desta gente ocupa
Toda a falda de um monte; em roda os matos
Dão abrigo aos rebeldes, que insensatos
Não pensam mais que em fazer crer a todos
Que a antiga liberdade por mil modos
Será turbada, se o bom Chefe os rege.
Entre nós, diz Francisco, *se protege*
A maldade debaixo deste indulto
A traição, a vingança, o roubo, o insulto,
Tudo concorre a nos fazer ditosos.
Em paz tranquila a desfrutar gostosos
Vivemos no País que outro não manda;
Sem susto o delinquente entre nós anda;
Que será quando um braço mais potente
Arroje o castigo e o raio ardente?
Quando as nossas paixões intime o freio?
De qualquer desafogo no receio
Cheios de medo sempre, e sempre indignos,
Não saberemos contestar malignos
A oposição dos Montanheses feros.
Quando conosco hão de portar-se austeros
Os chefes recebidos! Não é novo
Viver sem leis, e sem domínio um povo

*Nações inteiras têm calcado a terra
Sem adorar a mão que o Cetro aferra;
E tal houve que creu felicidade
Desconhecer inda a justiça: a idade
Tem [] a humana inteligência
Para abraçar sem susto o que é violência:
Que tormento maior a um livre peito
Que a um homem, a um igual viver sujeito?
A liberdade a todos é comua;
Ninguém tão louco renuncia a sua .
As leis, que um ente humano lhe prescreve,
Cego capricho sustentar-nos deve
Neste, diga-se embora fanatismo,
Embora seja abismo de outro abismo.
Talvez justa noção, princípio, ou dogma
O comum bem outros projetos soma;
Mas dou que haja razão que assim o dite,
Que um saudável conselho facilite
O bem e a paz na obediência eu vejo
Que não podemos já viver sem pejo.
Ao ludíbrio dos mais sacrificados
Nos tratarão de membros empestados;
Sobre nós cairá todo o castigo,
Que nos encobre agora um rosto amigo.
Longe, longe, tão baixos pensamentos;
Este é o fim, que segue a passos lentos
O novo Chefe; eu o prevejo: posso
Contestar-lhe o poder : o resto é vosso.
Calou o infame, em um tremendo grito
Soa aplaudida a idéia do delito;
É geralmente a rebeldia aceita³⁴⁹.”*

Como se pode perceber na fala do rebelde, Cláudio Manuel questiona o domínio da Coroa sobre Minas. Certamente é contraditório que em um poema que louva a chegada do Estado português à capitania, com a conseqüente chegada da ordem e da civilização, o poeta valorize um ato de rebeldia. No entanto, antes de negarmos a interpretação de Aguiar, convém lembrarmos que neste momento em que resgata as origens da capitania e o restabelecimento da ordem, Cláudio Manuel já é o mesmo poeta que procura apontar aos poderosos as dificuldades pelas quais passa a pátria Minas. Isto permitiria a ele, no seu costumeiro estilo veladamente político, apresentar uma alternativa a um poder que, no momento em que escrevia se tornava cada vez mais distante dos ideais do bom governo, os quais tinham sido assimilados por ele em seus anos de estudo em Coimbra (1749-1753). No *Vila Rica* vemos a confirmação deste modelo:

349 COSTA In PROENÇA FILHO. Op.Cit. PP.402-403

“Vassallos sois de um Rei, que não vos deve
 O cetro ou a coroa; a origem teve
 Já dos vossos Senhores; por herança
 O Reino Augusto em suas mãos descansa.
 Sendo assim, bem sabeis que é só tributo,
 E não dádiva vossa aquele fruto
 Que adquirem vossas forças; dou que fosse
 Vossa a conquista; o seu domínio e posse
 Só cede o vosso Rei; causa comua
 Seja ela embora, é nossa, porque é sua.
 Eles os seus braços para nós estende,
 Nos mansa e rege; e tudo compreende
 O seu Império na maior distância;
 Nós juramos das leis toda a observância,
 E do primeiro pacto não devemos
 Apartar-nos, pois nele nos prendemos.
 Do castigo e do prêmio ele confia
 Das minhas mãos o arbítrio; eu deveria
 Usar do meu poder; porém cedendo
 À piedade o rigor, de vós pertendo
 Só dignas provas de obediência pura.
 Não quero crer a sem-razão perjura,
 Que dominou em vós; a caluniosa,
 Torpe mentira, cuidado que enganosa
 Fez voar tufo quanto é já notório
 Que tem feito a ruína deste empório;
 Enfim perdão a todos o passado;
 Firma o Rei o perdão que tenho dado.
 Conheço (e com Viana só falava)
 Que em vós e vosso peito dominava
 Um zelo justo pelas leis que guardo;
 De dar as providências já não tardo
 Sobre os dous ímpios que influir puderam
 Nas discórdias civis: eles se alteram
 Com a minha chegada, e vão buscando
 Estranhos climas, libertando o bando,
 Que atraíram talvez, ou que arrastaram:
 Os poucos membros, que entre nós ficaram,
 Farei por conservar na paz, que espero;
 Mas da vossa obediência a prova quero
 Mais sólida e mais firme; ao longo centro
 Dos Sertões passareis, e ali dentro
 Dos seus limites contereis seguros
 Na doce paz os ânimos impuros;
 Que os não manche outra vez o humor nocivo
 Da infame Rebeldia; o braço ativo
 Saberá esgotando todo o empenho,
 Destroçá-los, puni-los: mas que venho
 A meditar? De vós tudo confio;
 De vós, do vosso zelo, esforço e brio.³⁵⁰”

No poema *Vila Rica* os rebeldes emboabas são condenados por Cláudio Manuel por romperem com o pacto que lhes fazia dever obediência a um rei justo. A rebeldia ali não se justificava, pois a autoridade metropolitana, representada por Antônio de Albuquerque desejava de seus súditos apenas aquilo que por direito lhe concediam a tradição e o costume.

*“Felizes vós, feliz também eu devo
chamar-me neste dia, pois que escrevo
Com letras de ouro o meu, e o nome vosso
Entre as vitórias e entre as palmas posso
Seguro descansar; enfim caída
Vejo de todo a rebeldia erguida,
E vassalos de um Rei, que mais vos ama ,
Buscais acreditar a vossa fama
Com o dote imortal, que a Nação preza,
De uma fidelidade portuguesa.
De meus antecessores longe o susto;
Goze-se a doce paz, e um trato justo
De amizade e de fé, de hoje em diante
Acabe de apagar o delirante,
Fanático discurso, que inda excita
De algum vassalo a dor; não se limita
O Régio braço: a todos se dilata,
A todos favorece, acolhe e trata
Sem outra distinção mais do que aquela
Que demanda a virtude ilustre e bela.”³⁵¹*

Como já foi enfatizado, a prerrogativa do rei de governar não retira dele a obrigação de respeitar as leis, respeitar os direitos de cada um, não sobrecarregar os povos com impostos excessivos, praticar a clemência e a graça, em suma zelar pela felicidade de seu Reino. Em texto de José Subtil, lemos que “fazer justiça é “*a arte das artes e a alma do governo*”³⁵². O rei era o chefe da casa, deveria governar seu povo como à família. Segundo Torgal: “Vários autores salientam que o rei não poderá desrespeitar ' as leis fundamentais' do reino, que são, por assim dizer, um conjunto de disposições essenciais que representam direitos da comunidade e que estabelecem uma espécie de 'constituição' costumeira”³⁵³,

Nas *Poesias Manuscritas* de Cláudio Manuel temos sonetos dedicados ao Marquês de Pombal, entre os quais destacamos o número IX:

³⁵¹ Idem ibidem pp.433-434

³⁵² SUBTIL, José. Os poderes do centro. In: MATTOSO. op. cit.

³⁵³ TORRAL. op. cit. pp.39

*“Cingida a testa de mimosas flores,
Firme na branca mão a tocha acesa,
Corre a fidelidade portuguesa,
A entornar sobre vós castos louvores
Sabe que, malogrados os furores
Da perfídia, triunfais; que atada e presa
Levais ao carro por troféu da empresa
A ruína dos bárbaros Traidores.
Um busto de oiro, um Templo consagrar-vos
Ela quisera no infeliz receio
De eternamente não poder gozar-vos.
Mas deste obséquio consultando o meio,
Ela vê que só pode levantar-vos
A Efígie na memória, o Altar ao seio.”³⁵⁴”*

Hespanha e Xavier afirmam: “Do ponto de vista social, o corporativismo promovia a imagem de uma sociedade rigorosamente hierarquizada, pois numa sociedade naturalmente ordenada, a irredutibilidade das funções sociais conduz à irredutibilidade dos estatutos jurídico-institucionais (dos 'estados', das ordens). O direito e o governo temporais não podem fazer outra coisa que não seja ratificar esta ordenação superior³⁵⁵.”

Novamente em suas Poesias Manuscritas, Cláudio Manuel realiza um tradução livre de uma ode de Voltaire dedicada ao Rei da Prússia. É bastante interessante ler o poema, pois nele fica clara a visão que Cláudio Manuel possuía sobre os atributos e qualidades cabíveis ao monarca.

*“A mãe da morte, a trêmula Velhice,
Com a sua mão de ferro tem quebrado
As forças de meu corpo, e fez que eu visse
Dos males seus meu ânimo atacado.
Eu te desprezo, idade fatigada:
Eu vivo junto a um sábio, eu te não temo;
Ele, no último extremo,
A vida me fará menos pesada.
Correi meus dias últimos sem medo,
Correi junto a um Herói, que altivo e forte
Vós faz gozar da vida o sonho ledado,
Sem susto algum ao triste horror da morte.
Ele me instrui e intrépido me torna;
Firmes meus passos são, pois que ele os guia.*

354 COSTA In PROENÇA FILHO op.cit. pp.525

355 Hespanha e Xavier citam as ordenações afonsinas: “Quando Nosso Senhor Deos fez as criaturas assim razoaveis, como aquellas, que carecem de razom, non quis que duas fossem iguaes, mas estabeleceo, e hordenou cada hua sua virtude, e poderio de partidos, segundo o grao em que as pôs; bem assy os Reys, que em logo de Deos na terra som postos para reger, e governar o povoo nas obras que ham de fazer, assy de justiça, como de graça, ou mercees devem seguir o exemplo daquello, que elle fez, e hordenou, dando, e distribuindo nom a todos por hua guisa, mais a cada huu apartadamente, segundo o grao e condiçom, e estado de que for.” Cf. HESPANHA & XAVIER In MATTOSO op.cit.pp.130.

Um mortal de quem fia
Palas o escudo, de valor se adorna.
Filósofo dos Reis, com que alegria
Aos Elísios irei, pisando flores ;
Do maior dos seus grandes sucessores,
A Marco Aurélio, falarei um dia,
A Salústio lerei a vossa história,
Vossas leis a Licurgo, e vossos versos
a Virgílio. Que glória,
Que talentos tão raros, tão diversos.
Mas logo que eu descer ao Reino escuro,
Não vades vós, Senhor, a visitá-los,
Regei o vosso Povo em paz seguro,
E bem tarde ao depois ide buscá-los.
Eu estarei tecendo junto ao Lete
Novos loiros, se a margem sua cria;
Agradecida e pia,
Minha mão este obséquio vós promete.^{356,}

A louvação de Cláudio Manuel ao estabelecimento do domínio metropolitano na capitania e a conseqüente crítica a desordem que lhe era pregressa, estão presentes em diversos momentos do poema *Vila Rica*. No trecho abaixo a sombra de D. Rodrigo, assassinado quando tomava posse do governo da capitania, adverte D. Antônio de Albuquerque:

“Falta de fé, traições, crimes atrozes
Só terás de encontrar; se as minhas vozes
Teu crédito merecem, deixa , evita
A infame estrada...^{357,}

Entretanto, o serviço ao rei ainda era motivo de glória, pois diante da sepultura simples e despojada de D. Rodrigo o poeta afirma:

“ A vida pelo Rei sacrificada
Basta a deixar a sepultura honrada!^{358,}

Logo mais adiante Cláudio Manuel prossegue na louvação ao estabelecimento da ordem, louvando o Herói Antônio de Albuquerque:

“Albuquerque , eu o vejo, em nobre aumento
Fará brilhar a Lusa Monarquia
Nós lhe daremos nova glória um dia^{359,}

356 COSTA In PROENÇA FILHO. op.cit. pp.486-487

357 COSTA In PROENÇA FILHO op.cit. pp.379

358 Idem ibidem. pp.396

359 COSTA In PROENÇA FILHO op.cit. pp.400

No episódio em que o índio Argasso ataca Garcia pela posse da índia Aurora, vemos Garcia nobremente abrir mão de seu amor pela índia para cedê-la a Argasso. Alcides interpreta este trecho como sendo mais um momento do poema em que o português pratica uma ação em benefício da ordem e da paz, bem de acordo com as idéias presentes na segunda escolástica

“ (...) Cedê-la ao índio é acima de tudo um sacrifício político em prol da distribuição da ordem colonial pelos sertões americanos. Mesmo a missão de seu líder, o português Antônio de Albuquerque, não era outra ali senão *reduzir* as extensões do sertão às proporções bem ordenadas da região colonial, nos moldes que o Estado português pretendia impor.^{360,}”

Logo no Canto I temos Cláudio Manuel citando os irmãos Freire de Andrada, condes de Bobadela. Os quais merecem do autor todos os elogios cabíveis a fiéis prepostos de um rei justo e sábio.

“E vós, honra da Pátria, glória bela
Da casa e do Solar de Bobadela
Conde feliz, em cujo ilustre peito
De alta virtude respeitando o efeito
O irmão defunto reviver admiro:
Afável permiti que eu tente o giro
Das minhas asas pela glória vossa,
E entre a série de Heróis louvar-vos possa.^{361,}”

Já Wellington Cunha nega ao *Vila Rica* um sentimento nativista, considerando que o amor à pátria faz parte de um sentimento mais amplo do poeta como súdito do Império Português. Sérgio Alcides também discute esta questão e aponta que “em muitos de seus aspectos, o poema *Vila Rica* mostra um letrado plenamente identificado com a empresa colonizadora^{362,}”. Porém em salienta que esta identificação é apenas aparente. Segundo ele o poeta se identifica mais com a negociação feita para viabilizar a colonização do que com esta. Já manifestamos nossa discordância de que no *Vila Rica* haja alguma negociação. No nosso entendimento o que Cláudio Manuel louva não elimina o fato de que o poder real se impôs e sim o fato deste poder ter se imposto respeitando as virtudes esperadas de um representante do rei, como a clemência e a graça. Em nenhum momento do poema Antônio de Albuquerque deixa de demonstrar a certeza de que representa o poder “absoluto” do rei, mas também deixa claro, em

360 ALCIDES. *Estes penhascos*. op.cit. pp.227

361 COSTA In PROENÇA FILHO. op. cit. pp.377

362 ALCIDES. *Estes penhascos*. op.cit. pp.229

trechos já citados neste trabalho, que existem formas “rituais” para fazer valer a autoridade real. Além do *Vila Rica* são inúmeras as passagens de sua obra em que Cláudio manifesta esta posição, por exemplo, nestes versos em que louva a administração de D. Antônio de Noronha:

*“Da prudente mão que dirigia
As rédeas do Governo a ti fiado
Choraremos a falta: ela fazia
E do Rei, e do Povo o doce estado
Quem por teu benefício, quem gemia
Ao peso da opressão, quem melhorado
Não via o seu destino, socorrido
Da tua proteção, de ti ouvido?
Conservado o equilíbrio da balança
De Nêmesis, o altar com Vico culto
Descansava em pacífica bonança,
Livre a inocência do orgulhoso insulto:
A justiça, a razão., a segurança
de todo o nosso bem, qual nobre indulto
Em ti não encontrou? Por ti vivia
Da virtude o esplendor por ti Luzia³⁶³.”*

*“Esta arte rara de vencer sem armas,
Tu a sabes, ó ínclito Noronha,
E tu só a praticas, Nós te vemos
Voltar de glória e de triunfos cheio,
Entre as aclamações de um Povo amante³⁶⁴.”*

Se consideramos que, como Melânia Aguiar enfatiza, o conjunto da obra de Cláudio Manuel da Costa, a partir de 1768, revela um letrado cada vez mais comprometido com os problemas da sua pátria Minas o poema *Vila Rica* adquire aos nossos olhos outro significado. Aguiar afirma:

“pode-se falar em evolução na obra de Cláudio Manuel da Costa, não no sentido estrito de um aperfeiçoamento poético crescente, mas no sentido de uma tomada gradual de consciência do seu papel de poeta e de homem público numa sociedade em formação, compelida a criar seus próprios valores. Dos intrincados poemas encomiásticos da juventude (...) ao canto épico do *Vila Rica*, vai uma longa distância, e esta mudança gradual, que é política, é também estética, no sentido de busca de expressão autêntica dos valores locais³⁶⁵”.

Mais adiante, referindo-se a outras partes de sua obra, ela prossegue:

“O presente que normalmente é o tempo por excelência da poesia

³⁶³ COSTA In PROENÇA FILHO. op. cit. pp.484

³⁶⁴ Idem ibidem pp.516

³⁶⁵ AGUIAR In PROENÇA FILHO op.cit. pp34

encomiástica, somatório das qualidades e feitos gloriosos do homenageado, apresenta-se como um mero estágio para o futuro, aqui identificado ao passado do mito, à idade de ouro, cheia de benfeitorias realizações e de felicidade perene (...). Em Cláudio, o estado de decadência da capitania com o escasseamento do ouro e, a par disso, a pressão da metrópole não permitem, de leve, o paralelo desta sociedade com a idade feliz que o Poeta descreve em seu Parnaso.³⁶⁶”

Se no *Parnaso Obsequioso* temos um retrato da idade feliz, o *Vila Rica* sem sombra de dúvida retrata o nascimento desta idade de ouro.

Quanto à polêmica acerca da existência ou não de um sentimento nativista no poema, devemos discordar da posição manifestada por Cunha. Concordamos com Aguiar e vemos no *Vila Rica* e no conjunto maior da obra de Cláudio Manuel a citada “busca de expressão autêntica dos valores locais”. Também não compartilhamos a opinião de Cunha de que a existência do sentimento nativista e patriótico em relação às Minas Gerais seja um anacronismo dos leitores de Cláudio Manuel. Na hipótese por nós defendida aqui é perfeitamente possível a Cláudio Manuel da Costa ver as Minas como parte do Império e ser nativista, no sentido de desejar que fossem novamente restabelecidas as estruturas do Estado corporativo português que havia vigorado no passado louvado por ele. Cláudio Manuel deixa claro em todo o poema que se a chegada da ordem e da civilização à capitania teve como instrumento Antônio de Albuquerque, ela não teria sido possível sem os desbravadores paulistas. Segundo Hélio Lopes (...) “O poeta mineiro muito discretamente afasta o nome do herói do frontispício da obra e o relega a segundo plano³⁶⁷”.

São inúmeras as passagens em que o poeta glorifica os paulistas, seus ancestrais pelo lado materno, em mais uma manifestação de cunho nativista.

Os “portugueses europeus”, em oposição aos “portugueses paulistas”, são criticados por Cláudio Manuel por serem os responsáveis pela anarquia que havia tomado conta das Minas. Na comitiva de Antônio de Albuquerque se registra desentendimento entre paulistas e portugueses, assim descrito por Cláudio Manuel:

De inadvertido brinco ação grosseira
Turbara nesse tempo a comitiva;
Querem que entre eles o partido viva
De Europeus e Paulistas, e já passa
A desafio em uns o que foi graça.
Conta-se que por mofa algum dizia
Que seguro em si só não vai Garcia;

366 Idem ibidem pp.34-35

367 LOPES. op.cit. pp.181

Que ao valor europeu em pouco ou nada
 Disputar do Paulista pode a espada.
 Leva-se Borba do furor, atreve-se valente
 Ao mesmo tempo a rebater Pegado
 O colérico ardor; vê-se insultado
 No respeito Albuquerque: *Olá dizia,*
Os braços suspendei; de rebeldia
É este um sinal claro; não se deve
Tanto despique à ofensa, que tão leve.
Se ao Paulista de fraco alguém acusa,
Ele de seus espíritos só usa,
Quando a honra do empenho ao campo o chama.
Não é valente, não o que se inflama
No criminoso ardor de cada instante
Dar provas de soberbo, e de arrogante.
Os europeus são fáceis neste arrojo.
Se justo imaginais foi o despojo
Das Minas, que lhes tiram, porque avaros
Se pertendem mostrar (bem que são raros
Os que entre eles se arrastam da cobiça),
Dizei: não pede a próvida justiça
Que zele cada um, qua guarde, e reja
O que adquire o seu braço, quando a inveja
Lho pertende roubar? Estas conquistas,
A quem se deve rá maisque aos paulistas?
Mas eu ponho de parte os argumentos,
Que com substância igual aos fundamentos
Fazem desta disputa assaz ligeira;
Seguiremos a máxima grosseira
Dos espíritos vis, que têm formado
Nestas Minas um corpo levantado?
Acaso um mesmo Rei não nos rege?
Do tronco português não é que herdamos
O sangue de que as veias animamos?
Não faz comuas um Vassalo as glórias
Do seu Rei? Do seu Reino? Das vitórias
Que um ganha, o outro perde, não alcança
A todos os infortúnio ou a bonança?
Somos nós dessa estirpe que brotara
Do antigo Cadmo a bárbara seara,
O ferro no seu sangue estão banhando?
Árbitro entre vós outros me conheço,
Do Europeu, do Paulista faço apreço,
E distinguindo em todos a virtude
não espereis que de projeto mude.
Não faz a Pátria o Herói, nascem de Aldeias
Almas insignes, de virtude cheias;
E nem sempre na Corte nobre e clara
Ingênuas série, portentosa e rara
Se vê de corações, que resplandecem
Pela glória somente , e nela crescem.³⁶⁸”

No discurso de Filoponte, no Canto VI do poema temos mais uma vez a exaltação dos paulistas feita através do elogio aos bandeirantes desbravadores.

*“Levados do fervor que o peito encerra
Vês os Paulistas, animosa gente,
Que ao Rei procuram do metal luzente
Co’as próprias mãos enriquecer o Erário.
[...]
A exemplo de um contempla iguais a todos
E distintos ao Rei por vários modos
Vê os Pires, Camargos e Pedrosos,
Lemos Toledos, Paes, Guerras, Furtados,
E os outros, que primeiro assinalados
Se fizeram no arrojo das conquistas
Ó grandes sempre, ó imortais paulistas!
Embora vós, Ninfas do Tejo, embora
Cante do Lusitano a voz sonora
Os claros feitos do seu grande gama
Dos meus paulistas louvarei a fama
Eles a fome e a sede vão sofrendo
Rotos e nus os corpos vêm trazendo;
Na enfermidade a cura lhes falece,
E a miséria por tudo se conhece..³⁶⁹”*

Nos versos acima, Cláudio Manuel da Costa faz, talvez, o maior elogio que poderia aos “seus” paulistas. Baseando-se em Camões, Cláudio refere-se às Ninfas do Tejo, como o poeta português. No entanto, se Camões o fez para louvar Vasco da Gama, Cláudio Manuel o faz para louvar os paulistas. Portanto, os paulistas são equiparados ao grande descobridor das Índias, àquele que forneceu a rota para as inumeráveis riquezas do oriente para a Monarquia Lusa.

A lealdade paulista é exaltada e demonstra-se que a rebeldia e a desordem são prejudiciais a ambos: os súditos e ao rei.

*“Em seu zelo outro espírito não obra
Mais que o amor do seu Rei: isto lhes sobra
Abertas as montanhas, rota a Serra,
Vê converter-se em ouro a pátria terra;
O Etíope co’o Índios misturando
Eis obedece ao provido mandado
Dos bons conquistadores: desde o fundo,
De ouro e diamantes o país fecundo
Produzas grandes, avultadas somas,
Tu por empresa, nobre engenho, tomas
Fabricar ainda o esférico instrumento,
Que o trabalho fará menos violento.³⁷⁰”*

Já que a rebeldia era injustificada visto que o rei, representado por Antônio de Albuquerque, cumpria a sua parte do pacto, Cláudio prega a submissão ao monarca.

*“Já dos rebeldes o esquadrão ferino
Se conjura a fazer o roubo indigno,
Tomando outro partido esses, que devem
Respeitar um só Rei; ímpios se atrevem
A lançar desde os lares que tem feito
Os míseros Vassalos: o preceito
Intimado na voz do Rei lhes tira
As armas, um e outro se conspira,
E em vários choques, em ataques vários,
Ou morem já, ou buscam solitários
E fugitivos o seu pátrio berço³⁷¹.”*

Falhando o apelo à submissão, justifica-se o uso da violência como arma contra a rebeldia.

*“Ide, infelices; o ânimo perverso.
Cessará uma vez de maltratar-vos;
O Rei sabe uni-los, sabe dar-vos
Justa satisfação, justa vingança³⁷².”*

*“Estamos, disse, em uns países novos,
Onde a polícia não tem inda entrado;
Pode o rigor deixar desconcertado
O bom prelúdio desta grande empresa.
Convém que antes que os meios da aspereza
Se tente todo o esforço da brandura.
Não é destro cultor o que procura
Decepar aquela árvore que pode
Sanar, cortando um ramo, se lhe acode
Com sábia mão a reparar o dano.
Para se radicar do Soberano
O conceito, que pede a autoridade,
Necessária se faz uma igualdade,
Da razão e discurso; quem duvida
Que de um cego furor corre impelida
A fanática idéia desta gente?
Que a todos falta um Condutor prudente
Que os dirija ao acerto? Quem ignora
Que um monstruoso corpo se devora
A si mesmo, e converte em seu estrago
O que pensa e medita? Ao brande afago
Talvez venha a ceder; e quando abuse
Da brandura, e **obstinado se recuse**
A render ao meu rei toda a obediência,*

³⁷⁰ COSTA In PROENÇA FILHO op. cit. pp.408

³⁷¹ Idem ibidem pp.408

³⁷² Idem ibidem pp.409

***Então porei em prática a violência;
Farei que as armas e o valor contestem
O bárbaro atentado: e que detestem
A preço de seu sangue a torpe idéia.***³⁷³”

Para infligir maior temor aos rebeldes a natureza se traveste. O Gênio da terra a faz inspirar terror nos culpados emboabas:

*“A um fundo Rio estavam sobranceiras
Espessas matas de árvores copadas;
De seus ramos, quais já foram mostradas
Ao Troiano, que tenta o Reino escuro,
Em vãs imagens pende o sonho; um duro
Tronco escolhera o Gênio; ali fizera
Em uma e outra fúnebre quimera
Respirar o terror, forjar-se o susto.
Dali manda se espalhe a todo o custo
Uma e outra ilusão; partem voando
As fantásticas sombras; vão pintando
Grilhões, cadeias, cárceres, suplícios,
Degoladas cabeças, artifícios
Nunca inventados de instrumentos vários
Que estão ameaçando aos temerários,
E rebeldes Vassalos a Ruína;
Confundem-se os infames, e destina
Cada um desde já buscar o meio
De pôr de parte o crime enorme e feio,
E acreditar aos pés do Herói que chega
A fé, com que ao seu Rei se rende e se entrega.”*³⁷⁴

O “herói” Antônio de Albuquerque, exemplo do administrador ideal é exaltado:

*“Já dos parentes, dos amigos vossos
Se vão juntando e vêem correndo os grossos,
Esquadrões, que pertendem desde a Serra,
Fazer aos ímpios a sanguínea guerra
Mas tu sucedes, Albuquerque invicto,
No bastão a Fernando; o Rei proscrito
As ordens de tem já, porque temperes*

O orgulhoso furor: não consideres

*Tão segura porém a tua entrada;
A vil conspiração mal apagada
Inda ao longe te forja e te fulmina
Nos levantados chefes a ruína.”*³⁷⁵

O Canto VIII se inicia anunciando como as figuras alegóricas do Interesse e da

³⁷³COSTA In PROENÇA FILHO op. cit. pp..420. O grifo é meu.

³⁷⁴ Idem ibidem pp.421

³⁷⁵ COSTA In PROENÇA FILHO op. cit. pp.421

Hipocrisia, entre outras, seguiam tramando contra Albuquerque:

*“(...) O Interesse fomentava
Novas discórdias; e o altar impuro,
Aos sussurros de um fúnebre conjuro,
Subir fazia desde o horrível centro
Vorazes fúrias, e do Abismo dentro
A guerra ateia, que aos mortais destroça;
Tiram bravos leões uma carroça,
Em cujo assento aparecer se via
Com vulto horrendo a infame Rebeldia;
Víboras os cabelos são, que estende
Sobre a enrugada testa; um Etna ace3nde
Em cada olho, e da boca em cada alento
O veneno vomita o mais violento.
Tem por despojos a seus pés caídas
Púrpuras rotas, destroçadas vidas
De Reis, de Imperadores, vem cercada
Da Traição e do Engano, e disfarçada
Entre estes monstros com fingido rosto
A Hipocrisia tem seu trono posto³⁷⁶.”*

O ânimo dos rebeldes assim insuflado objetiva perturbar a missão de Antônio de Albuquerque. Para demonstrar isto Cláudio Manuel dá voz à própria Hipocrisia:

*“Sei que vacila o seu arrojo, e vejo
Que muito além do natural desejo
Vão correndo as cansadas diligências,
Com que até aqui no esforço das violências
Quisemos impedir a triste entrada
Deste Herói, que nos traz ameaçada
Toda a ruína de uma longa idéia.
Se talvez a sombra vã não lisonjeia
Meus altos pensamentos, eu discorro
Que a mim me toca só a dar o socorro
Ao decadente impulso desta empresa.
Não sei de que triunfo na certeza
Eu me prometo um dia a segurança
De um eterna, pacífica bonança.
Se passou Albuquerque, e tem rompido
Ao centro destas \minas, destruído
Eu verei de uma vez o seu projeto.
Tomo a meu cargo simular o aspecto
De uma rendida sujeição, levando
Na lisonja encoberto o insulto, e quando
Ele acredite mais nossa obediência,
Farei que, rota a máscara, a violência
Dentro dos nossos braços o acometa;
Que morra a frio sangue, ou que se meta
Às brenhas fugitivo, e busque a estrada*

³⁷⁶ Idem ibidem pp.421-422

Que lembra de Fernando a retirada³⁷⁷.”

Nas passagens seguintes é através de uma fala do Itamonte a Garcia que ficamos sabendo que Antônio de Albuquerque conseguiu submeter os rebeldes e a Manuel Nunes Viana:

*“Ele vê a seus pés esse que há pouco,
Levado de um furor insano e louco,
Embargar pertendia a sua entrada³⁷⁸”*

Prosseguindo em sua fala, o Itamonte anuncia que até então ocultara dos europeus as riquezas da terra e que gostaria que ele, Garcia, fosse o primeiro a descobri-las.

*“Um corpo de Europeus a quem oculto.
Tenha ainda os tesouros que sepulto
Permite o céu que sejas o primeiro, a quem eu patenteie por
inteiro
Todo o segredo das riquezas minhas.
Já desde quando no projeto vinhas
De encontrar as preciosas esmeraldas,
Eu te esperava deste monte às faldas.
O Deus destes tesouros impedia
Até aqui descobri-los, e fingia
Meu rosto aos homens tão escuro e feio
Porque infundisse em todos o receio.³⁷⁹”*

Observe-se aqui que Antônio de Albuquerque é preterido pelo Itamonte no momento de revelar suas riquezas. É por Garcia que ele esperava. Um paulista, filho da terra, mais uma vez confirmando o sentimento nativista de Cláudio Manuel.

No canto seguinte, Cláudio Manuel coloca nos lábios de Eulina a previsão dos futuros governadores da Capitania, iniciando com D. Rodrigo e chegando até o Conde de Valadares. Prevê também a fundação das primeiras vilas e comarcas. Este trecho, talvez mais do que o restante do poema, ganha significado especial em nosso estudo e tem sua compreensão ampliada se o lemos juntamente com o Fundamento Histórico.

Na previsão da Ninfa, lemos a glória da chegada da civilização e da ordem às Minas, com o progresso que se lhe seguiu. Insistimos aqui no argumento já apresentado anteriormente que mais do que louvar dominação portuguesa que se estabelece, Cláudio louva as conseqüências positivas dela para a pátria Minas. Trata-se da chegada da idade

³⁷⁷COSTA In PROENÇA FILHO op. cit. pp.422

³⁷⁸ Idem ibidem pp.426

³⁷⁹ Idem ibidem pp; 426

de ouro tão exaltada pelos homens de sua geração e cuja perda era tão lamentada em seu tempo.

No Fundamento Histórico temos a precisão da informação a respeito dos fatos narrados, enquanto no poema, dentro de uma esfera mítica, ficam patentes os duros obstáculos enfrentados pelos desbravadores, nunca suficientes para demovê-los de sua missão.

Dentre os primeiros governadores, é naturalmente a Albuquerque que cabem os maiores elogios.

*“O famoso Albuquerque, e a grande soma,
Dos tesouros que guardo eu lhe preparo.
Melhor do que nos mármore de Paro,
Ou nos polidos bronzes de Corinto,
Ele e seu nome levará distinto.
De uma vez as cabeças decepando
Da Hidra venenosa, que soprando
Ainda o fogo está da rebeldia.
Fará subir com nobre valentia
De choupanas humildes a altas torres
Essas povoações, que a ver discorres
Desde esta margem te meu fundo centro
Quanto do seio meu se encerra dentro
Liberal eu virei dar-lhe em tributo;
Da grande cópia do amarelo fruto
Os curvos lenhos em fecundas frotas
Irão levar a regiões remotas
As preciosas porções, que nunca vira
Em tal grandeza o Rei, que dividira
As águas de Eritreu, e desde o Tiro
Ao claro Ofir voou com longo giro³⁸⁰”*

Após a criação das três primeiras vilas, segue a sucessão dos demais governadores, aos quais Cláudio Manuel refere-se sempre de maneira elogiosa.

D. Braz Baltazar da Silveira é referido como “o magnânimo Silveira”; D. Pedro de Almeida, Conde Assumar, é o “claro Almeida”, “digno filho de Marte”; D. Lourenço de Almeida é aquele que “restabelece o real decoro”; o Conde de Galveas ex-embaixador em Roma é o “Herói” cujas virtudes “testemunha a Itália toda”; o Conde de Bobadela, já elogiado com seu irmão no Canto I e na carta dedicatória, foi enviado a Minas pelo “benigno céu” e ambos são os “generosos Andradas”; Luís Diogo Lobo da Silva é o “grande Lobo” e finalmente, o Conde de Valadares possuiu “singulares dotes”³⁸¹. A alguns destes homens Cláudio serviu como funcionário da capitania, a outros

³⁸⁰ COSTA In: PROENÇA FILHO op. cit. pp.431

³⁸¹ COSTA In PROENÇA FILHO op. cit. pp.432 a 434.

pediu favores e dedicou versos encomiásticos. Desde o seu retorno à pátria em 1753 manteve relações com todos estes e com os que se lhe seguiram.

Nestas suas relações com os poderosos, já foi apontado em diversos momentos, as atitudes de Cláudio eram, ao menos na aparência, contraditórias. Na sua vida pessoal e pública, Villalta afirma que Cláudio Manuel da Costa possuía uma “personalidade dualista, marcada pelo dilema entre o Rei e a Sedição, a Fé e a Carne, o Reino e a Pátria, Deus e o Diabo³⁸²”. Até que ponto esta dualidade do poeta era resultante da necessidade de manter as aparências em uma sociedade como a mineira, inserida como estava na lógica do Antigo Regime português a obra de Cláudio Manuel da Costa esta aí para comprovar.

O fato é que se em 1773, data de conclusão do poema *Vila Rica*, Cláudio Manuel já havia produzido diversos poemas e um épico com “elogios repletos de trapaças”. A situação da capitania e da elite letrada da qual ele era o mais importante representante tendeu a piorar a partir daí.

Sob o governo de D. Maria I e seu poderoso ministro Martinho de Melo e Castro ocorrem alterações na política da Metrópole em relação à América. Maxwell aponta o afastamento das elites locais de importantes funções públicas e a ascensão de pessoas de baixa extração a estes cargos, desobedecendo uma das regras do Estado corporativo português de dar a cada qual segundo sua posição e seus méritos. A tradição e as ordenações afonsinas são postas de lado. Tal fato gerou profunda insatisfação na elite letrada mineira. Exemplo disto está nas *Cartas Chilenas* de Tomás Antônio Gonzaga. Como Polito aponta, “do ponto de vista cristão todos são iguais, do ponto de vista civil, são diferentes³⁸³.”

Villalta observa que o abandono da idéia de Império, tão valorizada nos tempos de Pombal, é substituída pela aplicação pura e simples dos interesses da Metrópole. O governador Luís da Cunha Menezes (1783-1788), ridicularizado por Tomás Antônio Gonzaga nas *Cartas Chilenas*, foi o introdutor desta nova política nas Minas. A adoção destas medidas se afastava, portanto, da idéia corporativa de poder, a mesma que dava aos povos o direito de resistir à tirania e a opressão. Porém antes mesmo da queda de Pombal e da “viradeira” promovida por D. Maria I, a Metrópole já adotava medida que iria em choque com os desejos e ambições da elite mineira. Trata-se da adoção da Lei da Boa Razão (1769) que determinou a superação do direito costumeiro e eliminou o

382 VILLALTA. O diabo na livraria dos inconfidentes. op. cit. pp.383

383 POLITO. op. cit. pp.145

poder dos juizes locais. De acordo com a lei, o direito costumeiro somente teria validade se vigorasse há mais de cem anos, não contrariasse a lei escrita e fosse de acordo com a boa razão. Assim, mais uma condição presente no pensamento dos teóricos escolásticos era desrespeitada pela coroa portuguesa na segunda metade dos setecentos.

Como já demonstramos, Luís da Cunha Menezes agia não por vontade própria, mas por determinação do ministro Martinho de Melo e Castro. Valadares destaca que este ministro em instrução do Visconde de Barbacena em 24 de janeiro de 1788 fez uma retrospectiva da situação da capitania e de sua gentes. Nesta descrição retratou os mineiros como aventureiros, desobedientes, insubmissos e rebeldes. Opinião diferente havia sido a do Marquês de Pombal que em carta a Luiz Pinto de Souza Coutinho:

“O povo que V. Sa. vai governar é obediente e fiel a El Rei, a seus governadores e ministros, é humilde, amante do sossego e da paz (...) a razão natural ensina que a obediência forçada é violenta e suspeitosa, e a voluntária segura e firme (...). Não altere coisa alguma com força nem violência, porque não é preciso mudar costumes inveterados, ainda que sejam escandalosos (...). Contudo, quando a razão o permite e é preciso desterrar abusos e destruir costumes e moderação: que o modo vença mais que o poder (...). Em qualquer resolução que V.Sa. intentar, observe estas três coisas: Prudência para deliberar, Destreza para dispor e Perseverança para acabar³⁸⁴.”

Torna-se, assim, compreensível que tantos versos encomiásticos tenham sido dirigidos por Cláudio Manuel ao Marquês de Pombal e nenhum ao ministro Martinho de Melo e Castro. Havia uma nova prática política metropolitana imperando nas Minas. Se as características econômicas das Minas, levaram a Coroa a abandonar – ou reduzir práticas políticas patrimonialistas tradicionais – a população local, particularmente a elite, desenvolveu a percepção de que seus interesses eram próprios e opostos aos da Coroa.

Heloisa Starling aponta a multiplicidade de interesses contrariados pela metrópole nas Minas e mostra que o discurso político da elite atingia outros segmentos da sociedade mineira graças a personagens que tinham acesso a vários segmentos sociais³⁸⁵. O corporativismo da sociedade não impedia que cada grupo reivindicasse seus interesses junto ao Estado, bem ao espírito da Segunda Escolástica vigente em

³⁸⁴ Apud MENDONÇA, Marcos Carneiro de. O pensamento da metrópole em relação ao Brasil, Pombal a Luiz Pinto de Souza Coutinho, 1767,. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. V. 228, pp.56-61.

³⁸⁵ STARLING Op. cit. pp.55-71

Portugal.

Carla Anastasia em estudo sobre o tema, demonstra que, a “Lei da Boa Razão” determinou a superação de antigas formas de protesto em Minas e o surgimento de um novo repertório de ação coletiva. Por repertório de ação coletiva, a autora entende, juntamente com C. Tilly, conjunto de práticas que “é fruto de um aprendizado cultural e não da internalização de princípios filosóficos abstratos ou de proposições políticas exógenas ao grupo (...) esse repertório implica na escolha de um número restrito de performances com as quais um determinado grupo está familiarizado³⁸⁶”.

Prosseguindo, Anastasia diz:

“Até as últimas décadas do século XVIII, as relações entre dominantes e dominados estavam pautadas por convenções, privilégios e limites colocados ao exercício do poder metropolitano, tanto quanto eram respeitados pelos vassalos os seus deveres para com a Coroa. Se é usual afirmar que os colonos várias vezes reagiram à exacerbação do poder metropolitano, é menos comum chamar a atenção para o fato de que os colonos se beneficiaram com os limites colocados a esse poder. E se esses limites, pautados em uma determinada noção de direitos internalizada pelos colonos, eram desrespeitados, rompiam-se as formas acomodativas, com o conseqüente levantamento dos povos. As autoridades reconheciam a ameaça e respeitavam os direitos por meio de convenções, engendrando a acomodação e impedindo a eclosão de revoltas³⁸⁷”

Considerando a curta vigência da lei da Boa Razão sob Pombal, afastado em 1777, veremos a nova legislação coexistir com as medidas implantadas por Martinho de Melo e Castro. Podemos considerar, desta forma, que a sobreposição de ambos os fatores teriam contribuído muito para o que Anastasia considera a quebra de repertório nos protestos da capitania o surgimento de novas formas de manifestação, que culminariam, segundo ela, na Inconfidência Mineira.

A insatisfação da elite mineira, no entanto, antecederia às reformas de Melo e Castro, retrocedendo a 1769, data da promulgação da lei. Cláudio Manuel da Costa, escrevendo seu poema em 1773, já teria motivos concretos para lamentar os novos tempos e sonhar com uma idade de ouro, que remontava aos primeiros tempos da capitania, em que o poder da Coroa foi sinônimo de ordem, civilidade e polidez e não de opressão. Os versos abaixo publicados em suas *Obras*, de 1768, já manifestavam o modelo ideal de monarca defendido pelos conjurados.

386 ANASTASIA, Carla. A lei da boa razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas. Revista *Varia História*. n.28. UFMG. 2002. pp.32

387 Idem ibidem pp.34 - 35

“A idéia mais feliz de ser aceito
À vontade de um Rei é ter o peito
Sempre animado de um constante impulso
De amar o que for justo (...)”³⁸⁸

Como já foi dito, as obras dos pensadores ilustrados não eram desconhecidas dos poetas mineiros setecentistas. Assim além da forma do poema *Vila Rica*, versos decassílabos, e do tema em comum com Voltaire, a pacificação, pode-se esperar outras influências dos pensadores iluministas na obra de Cláudio Manuel. No entanto, assim como nos outros poetas, vê-se claramente que o limite destas influências era estabelecido pelos interesses da elite mineira e por suas arraigadas concepções corporativas de Estado. O conhecimento e alguma apropriação do ideário iluminista, não torna iluminista nem a Cláudio Manuel, nem aos outros inconfidentes. Como Polito destaca, referindo-se a Gonzaga, a coerência interna de sua obra “indica precisamente a filiação do autor às formas de pensamento mais tradicionais em Portugal da época ³⁸⁹”. Adiante, Polito prossegue: “ Da própria tradição cristã é possível para o autor resgatar não apenas a imagem do rei pacífico e piedoso, por meio do sistema de virtudes católico, mas também do rei sábio³⁹⁰”.

Contrariados em seus interesses, colocados de lado por uma administração que não respeitava os antigos costumes e a hierarquia de uma sociedade corporativa típica do Antigo Regime, Cláudio Manuel da Costa e seus companheiros de serões literários iriam buscar o direito de rebelião que lhes garantia a História de Portugal, tendo como referência a Restauração (1640), e as teorias políticas escolásticas tão enraizadas na formação de cada um deles. Silveira afirma que:

“Nesse sentido a Inconfidência não surgiu como um movimento isolado; estava, em parte, inserida em um desejo, cada vez mais forte em setores da sociedade mineira, de colocar cada coisa em seu devido lugar. Qualquer que fosse se desenrolar, o resultado teria de ser uma sociedade em que tudo pudesse ser claramente definido. Talvez esse desejo pudesse explicar o fato de um homem conservador como [Tomás Antônio] Gonzaga ter-se envolvido em uma conspiração contra o Estado.”³⁹¹

O planejamento da Conjura de 1789, não está, obviamente, previsto nos escritos de seus poetas, mas concordamos enfaticamente com Melânia Aguiar quando esta

³⁸⁸ COSTA In PROENÇA FILHO op. cit.pp.12

³⁸⁹ POLITO op.cit.pp.286

³⁹⁰ Idem ibidem pp.288

³⁹¹ SILVEIRA. *O universo do indistinto*. op. cit. pp.181

autora considera que o conjunto de idéias que inspiraram a tentativa de crime de lesa-majestade está há muito camuflado sob os versos da obra aqui estudada e no conjunto da obra dos poetas inconfidentes.

CONCLUSÃO

Buscamos neste trabalho propor novas possibilidades de leitura do épico *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa.

O caminho percorrido foi caracterizado pela opção de não isolar o épico de seu

autor e de seu contexto histórico, pois de acordo com o que nos propusemos a mostrar são estes fatores determinantes para o significado que poeta teria, metaforicamente, dado a sua obra.

Procuramos defender que toda a ficção presente no poema de um letrado que se pretendia historiador, era mais do que uma licença para tornar os assuntos mais adequados a uma composição do estilo épico.

Dividindo sua obra em duas partes, o *Fundamento histórico* e o poema em si, Cláudio Manuel da Costa pôde se valer das definições aristotélicas de poesia e história. Assim, na epopéia o poeta baseou-se no que *poderia acontecer*, permitindo-se usar livremente a imaginação para transmitir a sua mensagem. Pautando-se pelas regras da necessidade e da verossimilhança, como bem definiu Aristóteles, produziu uma obra poética. No caso do *Fundamento histórico*, o poeta trabalhou com a concepção de que história é o que de fato aconteceu e nos deixou cuidadosa e pormenorizada descrição dos fatos que deram origem ao poema.³⁹² As notas, cuja função é de orientar o caminho a ser percorrido pelo leitor, também exercem a função de delimitação entre o texto ficcional e o histórico.

A permanência de tópicos, herdadas da Antiguidade Greco-Romana e da idéia de imitação como um valor, não retirou de Cláudio Manuel da Costa a capacidade de criar uma obra que espelha sua Pátria.

A presença do nativismo na obra *Vila Rica* e no conjunto das produções do poeta foi analisada aqui em diversas passagens. Vimos como este pensamento nativista se fez valer da utilização de uma mitologia própria, criada pelo poeta, em que os elementos da terra, misturados à herança cultural da Antiguidade Clássica, contribuem para cobrir as Minas de dignidade e lhes dar uma identidade própria, diferente da portuguesa.

Cláudio Manuel da Costa, como apontado em diversos momentos deste trabalho foi por muitos de seus estudiosos e críticos, considerando um homem dividido. Dividido entre estilos literários, dividido entre a Pátria e o Reino, dividido em sua obra e na vida pessoal. Entretanto, como esperamos ter mostrado aqui, havia por trás das ações do homem, político e poeta Cláudio Manuel da Costa uma coerência interna, que não deve ser buscada em nossas concepções e valores contemporâneos, mas na lógica do Antigo Regime, de um Estado absolutista, patrimonialista e católico. Nos padrões de comportamento de uma sociedade corporativa em rápida transformação, tanto no Reino

³⁹² ARISTÓTELES. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. PP.31-60.

como na Colônia, uma sociedade que mudava mais rapidamente do que podiam acompanhar os valores e convicções dos melhores entre seus membros.

Se levamos em conta as questões citadas e ainda a biografia de seus pares, veremos que atribuir incoerência ao comportamento de Cláudio Manuel da Costa é fazer o mesmo com toda uma geração de poetas e letrados, como ele formados em Coimbra, como ele súditos fiéis de um *rei justo*, como ele preocupados com os problemas de sua Pátria e como ele interessados em preservar seu status em uma sociedade mineira descrita por Sérgio Alcides como fortemente marcada pelo “aluvionismo social”³⁹³.

Formada em menos de um século após a descoberta das primeiras minas a sociedade à qual pertencia Cláudio Manuel da Costa teve seus matizes delimitados ao redor da produção aurífera. Não é de causar espanto, que a partir do momento em que a produção ao ouro entra em decadência na segunda metade dos setecentos, a população da capitania passasse a buscar, ansiosa, o caminho do retorno ao passado recente, mesmo levando em consideração que, paralela à decadência, se constituía nas Minas um alternativa baseada nas atividades agrícolas e pastoris³⁹⁴. Tal fato é comprovado pelo crescimento migratório em direção ao sul, como no caso de Rio das Mortes que triplicou a sua população nas décadas finais do século XVIII. Mais do que construir uma perspectiva de futuro, predominava o apego à Idade de Ouro.

Não é de causar espanto que Cláudio Manuel da Costa fosse ao mesmo tempo um nativista preocupado com os problemas de sua terra e se queixasse de não ter recebido dos poderosos representantes do governo metropolitano as recompensas que merecia, como comprovado no Canto IX do *Vila Rica*:

“(…) Tampouco vi a testa coroada
De capelas de louro, nem de tanto
Preço tem sido o lisonjeiro canto,
Que os mesmos que cantei não me tornassem
Duro prêmio; se a mim não sobrassem
Estímulos de honrar o pátrio berço (...)”³⁹⁵

É nítida aí a amargura do poeta que sentia-se preterido e pouco valorizado por aqueles aos quais dedicava seus versos e incensava em suas realizações, pois de acordo com a lógica do Antigo Regime, a cada um deveria ser dado segundo sua posição e seu merecimento.

O poeta que ocupou o cargo de Secretário de Governo em ocasiões diferentes,

³⁹³ SILVEIRA. *O universo do indistinto*. op. cit.97

³⁹⁴ MAXWELL In FURTADO op. cit.pp.395

³⁹⁵ COSTA In PROENÇA FILHO. op. cit. pp.430

permaneceu na vida pública até 1773. Segundo Vasconcelos, este afastamento se deveu ao fato de Cláudio Manuel da Costa não se adaptar ao estilo do novo governador, Antônio Carlos Furtado de Mendonça, que praticava “estroinices” e exigia “cerimônias asiáticas em sua presença, e até repique de sinos quando ia à rua³⁹⁶”. Em Adolfo Gonçalves, porém, a explicação é diversa, e provavelmente mais fidedigna, pois diz que: “Aspirara a cargos no governo, mas por razões insondáveis, freqüentemente encontrara má vontade por parte dos governantes”. Como procuramos expor em outros momentos a adesão de Cláudio Manuel à Conjuração não pode ser reduzida a este simples motivo. Porém, o fato é que aos sessenta anos de idade, o poeta comprometeu-se ao usar sua vasta erudição na elaboração, juntamente com Tomás Antônio Gonzaga e o cônego Luís Vieira da Silva, da legislação do novo Estado que esperavam construir. A partir desta posição é possível reler toda a obra de Cláudio Manuel da Costa e de seus pares e não apenas o poema *Vila Rica*.

Em síntese, acreditamos que as idéias e matrizes políticas da Conjuração Mineira já estavam em gestação há muito tempo antes de seu planejamento. Nos serões literários, nos encontros para jogar gamão, nas festas oferecidas pelo governador D. Rodrigo e nos poemas recitados em todas estas ocasiões, Cláudio Manuel da Costa e a elite mineira setecentista, em geral, retratavam a realidade em que viviam, as lembranças gloriosas do passado e suas aspirações de futuro.

Esperamos ter comprovado que o homem Cláudio Manuel da Costa em meio à complexidade das relações sociais e do jogo de poder no qual estava inserido, apresentou através de sua obra menos compreendida e acolhida, princípios e propostas que visavam resgatar o modelo escolástico de Estado, aquele tempo em transformação, e propor a forma pela qual este modelo seria mais fortemente valorizado e útil à sua pátria, à qual dedicava toda sua devoção.

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, Melânia S. de. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. In: PROENÇA FILHO. *A poesia dos inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2002.

AGUIAR, Melânia. *Poetas inconfidentes de Minas Gerais*: Cláudio, Gonzaga,

396 VASCONCELOS. op. cit. p. 398

Alvarenga. In: RESENDE, Maria E. L. & VILLALTA, Luís Carlos. *História de Minas; as Minas setecentistas*. Tomo 2. Belo Horizonte: Autêntica.

_____. *O jogo de oposições na poesia de Cláudio Manuel da Costa*. Belo Horizonte: Tese de Doutorado. UFMG/FALE. 1973. mimeo.

ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos. Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas. 1753-1773*. São Paulo: HUCITEC, 2003.

_____. O lugar não comum e a república das letras. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLIV, n 2, Belo Horizonte: 2008.

ALVES, Paula Cristina F. D. da Cunha. *Entre a Idade do Ouro e a Idade do Ferro; os percursos da condição humana em Hesíodo e Sophia*. Dissertação de mestrado. Universidade de Aveiro. 2000.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A lei da boa razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas. *Revista Varia História*. n.28. UFMG. 2002.

_____. *Geografia do crime*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1990

ARISTÓTELES. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

AUTOS DA DEVISSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA. Brasília/Belo Horizonte: Câmara dos Deputados, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais V. 2.

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. IN: Enciclopédia Einaudi v.5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino. 1712- 1728*.

BOSCHI, Caio C. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. In: *Estudos Históricos*. N 7. Fundação Getúlio Vargas. 1991.

BRAUNSTEIN, Philippe. Abordagens da intimidade nos séculos XIV-XV. In: *História da vida privada; da Europa Feudal à Renascença*. V.2. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. 6ed. Belo Horizonte: Itatiaia. 1981.

CARVALHO, Laerte Ramos de. A educação e seus métodos. In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL. 1973.

CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. Repercussão da presença de Cláudio Manoel da Costa na história mineira. In: *Suplemento literário do Minas Gerais*. Belo Horizonte: set. 1980.

COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1994.

COSTA, Cláudio Manoel. In: PROENÇA FILHO. *A poesia dos inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2002.

CUNHA, Wellington Soares da. *O poema Vila Rica e a historiografia colonial*. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP. 2007.

CURTIUS, Ernest Robert. A tópica. In: *Literatura européia e Idade Média Latina*. São Paulo: EDUSP, 1996.

FADEL, Bárbara. *Cláudio Manuel da Costa e o fundamento histórico ao poema Vila Rica*. Dissertação de mestrado. UNESP, 1985.

FINLEY, Moses I. Mito, memória e história. In: *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2008.

FRANCO, Caio de Mello. *Inconfidente Cláudio Manuel da Costa- Parnazo obsequioso e as Cartas Chilenas*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. 2.ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.

FURTADO, Júnia. As índias do conhecimento ou a geografia imaginária da conquista do ouro. In: *Anais de história de além mar*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar.

GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha; quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Cia das Letras. 2004.

_____. *Olhos de madeira*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

GONÇALVES, Adolto. *Gonzaga um poeta do iluminismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HANSEN, João Adolfo. Artes seiscentistas e teologia política. In: TIRAPELLI, Percival. *Barroco memória viva: arte sacra colonial*. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2005.

HESPANHA, Antonio & XAVIER, Angela. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (org.) *História de Portugal. O antigo regime (1620- 1807)*. Lisboa: Estampa, 1993. Vol. IV.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “As Cartas Chilenas”. In: *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva 1979. PP. 226

_____. Metais e pedras preciosas. In: *História Geral da Civilização brasileira*. São Paulo: Difel. Tomo I V. 2 . PP. 283.

_____. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

JARDIM, Márcio. Três poetas inconfidentes. In: *Suplemento literário do Minas Gerais*. Jul. 1989

LAPA, Manuel Rodrigues. Os versos anarquistas do *Vila Rica*. *Suplemento literário do Minas Gerais*. Belo Horizonte, n. 86, abr. 1968

LEBRUN, Antoine Louis. *Remarques historiques, politiques, mythologiques et critiques sur La Henriade de Monsieur de Voltaire (1741)*.

LE GOFF, Jacques. Idades Míticas. In: *Enciclopédia Einaudi*. Tomo I. Memória/História. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda. 1984.

LEME, Pedro Taques de A. P. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. Tomo I. Belo Horizonte:

LEPAPE, Pierre. *Voltaire; nascimento dos intelectuais no século das Luzes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1995.

LIMA, Djalma Espedito de. *A épica de Cláudio Manuel da Costa; uma leitura do poema Vila Rica*. Dissertação de mestrado. FFLCH, USP, 2007.

LOPES, Edward. *Metamorfoses, a poesia de Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: UNESP, 1997.

LOPES, Hélio. *A formação política de Minas no poema Vila Rica*. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: UFMG, Janeiro de 1986.

_____. *Introdução ao poema Vila Rica*. Muriaé: 1985

LOPES, Marcos. Voltaire Historiador: virtudes e vícios. In: Caderno de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: Newton Paiva. n.14. Abril de 2000.

LOPES, Ruth Silviano Brandão. Debaixo da máscara do pobre pastor. In: *Suplemento literário do Minas Gerais*. Belo Horizonte, dez. 1977.

LUCAS, Fábio. *Luzes e trevas*. Belo Horizonte: UFMG. 1998.

LUNA, Jayro. “O Vila Rica de Cláudio Manuel da Costa: o labirinto e a trama. In: Retórica da Poesia Épica Brasileira: De Bento Teixeira a Sousândrade. Dissertação de mestrado: São Paulo, FFLCH/USP, 1997 .

MARQUES, Reinaldo Martiniano. *(In)Confidencias da memória na poesia mineira do século XVIII*. Revista do II Congresso da ABRALIC. vol.III.

MARQUES, Reinaldo Martiniano. *Poeta e poesia inconfidentes*. Tese de doutorado. FALE/UFMG. 1993.

MATOSO, Caetano da Costa. *Códice Costa matoso*. V.1 Belo Horizonte: Fundação

João Pinheiro. 1999.

MAXWELL, Kenneth. As causas e o contexto da conjuração mineira. In: FURTADO, Júnia (org.). *Diálogos oceânicos*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. O pensamento da metrópole em relação ao Brasil, Pombal a Luiz Pinto de Souza Coutinho, 1767. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. V. 228.

MENEGUELLO, Cristina. Algumas considerações sobre o conceito de história segundo Voltaire. *Revista Lócus*, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, 1997.

MONTEIRO, John Manuel. Os caminhos da memória: os paulistas no Códice Costa Matoso. In: *Varia Historia*. Número especial: Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: UFMG. 1999.

MUZZI, Eliana Scott. Epopéia e história. IN: PROENÇA, Domicio. *Poesia dos inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2002.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. O livro que falta. *Suplemento literário do Minas Gerais* Belo Horizonte: Mar/ 1976.

PAGANINI, Nilze. *Mimese, história e ficção do Vila Rica*. Dissertação de mestrado. FALE/UFMG. 2000.

[PITTA, Sebastião da Rocha. História da América Portuguesa. http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01495300](http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01495300)

POLITO, Ronald. *Um coração maior que o mundo* Rio de Janeiro: Globo, 2003.

RESENDE, Maria E. L. A disputa pela história; traços inscritos na memorialística histórica mineira dos finais do setecentismo. In: *Varia História*. no 20. Belo Horizonte: UFMG. 1999.

RIBEIRO, João. Carta ao Sr. José Veríssimo sobre a vida e as obras do poeta. In: *Obras Poéticas de Cláudio Manuel da Costa*. Tomo I, Rio de Janeiro: Garnier. 1903

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais; Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais; Memória histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1995.

ROCHA, Maria Christina de Caldas Freire. Discurso mítico e construção histórica. *Revista do Mestrado de História da Universidade Severino Sombra*. No 01. 1998.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas; idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG. 2008.

_____. *A construção de um mito: Antônio de Albuquerque e o levante emboaba*. Artigo inédito.

ROUANET, Sérgio Paulo. Prefácio. In: VOLTAIRE. *Henriada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008.

SILVA, Alba Valéria Niza. *Confluências poéticas nas “fotografias” de Minas de Osvaldo André de Mello*. Dissertação de mestrado. PUC/MG. Mimeo. 2007.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. A historiografia da fundação: breves considerações sobre a história da formação das Minas. In: *Cronos*. No 09. Faculdades Pedro Leopoldo. 2005.

SKINNER, Quentin. Escolástica e liberdade. In: *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. São Paulo: Graal, 4.ed. rev. e ampliada. 2004.

_____. *Norma e conflito*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

STARLING, Heloisa. Visionários; a imaginação republicana nas Minas setecentistas. In: *Revista USP, Brasil República*. 2003.

SUBTIL, José. Os poderes do centro. In: MATTOSO, José. *História de Portugal. O antigo regime (1620- 1807)*. Lisboa: Estampa, 1993. Vol. IV.

TAUNAY, Afonso de E. O historiador dos bandeirantes Pedro Taques e sua obra. In: LEME, Pedro T. de A. P. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. Tomo I. Belo Horizonte: 1980.

TORGAL, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na restauração*. Vol.II. Coimbra, 1981.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas, a conjugação de dois mundos*. 1ª. ed. Lisboa: Colibri, 2004.

VALLE, Ricardo Martins. A construção da posteridade ou a gênese da ruína. In: *Revista USP; Brasil Colônia*. N57. 2003.

VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Poetas de Vila Rica. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano XXV, 1º volume, 1938.

_____. *Breve descrição física, geográfica e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1994.

VASCONCELOS, Diogo. Poetas de Vila Rica. *Revista do Arquivo público mineiro*. BH: Imprensa Oficial, V.I 1937.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia.

VERNEY, Luís Antônio. Carta VI. *Verdadeiro método de estudar*. Valença. Oficina de Antônio Balle. 1748.

VILLALTA, Luís Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. IN: SOUZA, Laura de Mello (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

_____. O diabo na livraria dos inconfidentes. In: NOVAES, Aduino. *Tempo e história*. São Paulo: Cia das Letras 2006.

_____. As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Maria Efígenia & VILLALTA, Luis Carlos. *História de Minas Gerais. As Minas setecentistas II*. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

_____. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese de doutorado. USP. 1999.

VIRGÍLIO. *Eneida*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VOLTAIRE. *Henriada*. Porto: Oficina de Antônio Alvarez Ribeiro. 1789.

_____. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008.